

01-0535/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

01 - 0535 / 2011

DE

2011

MATÉRIA LEGISLATIVA:

PL

01 - 0535 / 2011

DE

16/11/2011

NUM. OFÍCIO A.T.L.:

159 / 2011

PROMOVENTE:

EXECUTIVO

GILBERTO KASSAB

E M E N T A:

APROVA PLANO DE MELHORAMENTOS VÁRIOS NOS DISTRITOS DE
ARTHUR ALVIM , ITAQUERA E CIDADE LÍDER E REVOGA OS
DISPOSITIVOS LEGAIS QUE ESPECIFICA

Há audiência pública realizada.

ARQUIVADO EM 14/02/2012

CHEFE DE SEÇÃO

Adriana da França Silva
Consultor Tec. Legisl. - Bibliotecário
Supervisora Arquivo Geral - SGP-33



Prefeitura do Município de São Paulo

01.535

São Paulo, 11 de novembro de 2011.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. nº 159/11

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei que aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga os dispositivos legais que especifica

A iniciativa tem por objetivo aprovar o alargamento de vias, a fixação de alinhamentos e a reserva de áreas necessárias à implantação do sistema viário integrante do Plano de Desenvolvimento da Zona Leste, contemplando intervenções junto ao Polo Institucional de Itaquera e no cruzamento das Avenidas Jacu-Pêssego e José Pinheiro Borges (Radial Leste), a serem executadas pela DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, por força do convênio celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Município de São Paulo.

Os melhoramentos viários em tela observam as disposições do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Itaquera, bem como as diretrizes definidas no Plano de Trabalho do mencionado convênio, que objetiva viabilizar a execução das obras e serviços indispensáveis à consecução do aludido Plano de Desenvolvimento da Zona Leste.

Assinale-se que, sendo a malha de vias coletoras da região de baixa capacidade e desarticulada, a dificultar a circulação e a formação de centralidades, as intervenções ora propostas deverão, além de permitir melhor uso da infraestrutura e do sistema de transporte existente, aperfeiçoar e adequar o sistema viário do entorno, promover uma ocupação confortável para o pedestre e priorizar a acessibilidade por meio do transporte público de massa, compatibilizando elementos de escala local, regional e metropolitana.

DPS - SEP-22 - 16/11/2011 - 12:05 - 001871 - V18

documentary information, not a
documentary information.

2 a 46 e letter to the

100 47 18 11 11

Ad

Admission
Admission
Admission



Folha nº 02 do proc.
Nº 01.535 de 11 2
Adelina Clotilde - Ass. Parlamentar

Ante o exposto, considerando justificadas as razões da iniciativa e demonstrado o relevante interesse público que a ampara, submeto o projeto de lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração.


GILBERTO KASSAB
Prefeito

Anexos: 2 (duas) vias das plantas 26.941/1 a 26.941/8 e cópia do convênio celebrado entre o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo objetivando viabilizar a execução das obras previstas no Plano de Desenvolvimento da Zona Leste.

Ao

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ POLICE NETO

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo


JAM/MMO/bam
Melhoramentos Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder OF



PROJETO DE LEI Nº

Folha nº 03 do proc
Nº 01-535 de 11

Adelina Cione - Ass. Legislativa

01 - PL
01- 00535/2011

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE:
Const., Just. e Leg. Particip.
Pol. Urb., Metrop. e Meio Amb.
Administração Pública,
Trans., Transp., Al. Econ., Tur., Laz. e Gastron.
Finanças e Orçamento.

Aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga os dispositivos legais que especifica.

A Câmara Municipal de São Paulo

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
À SANÇÃO

16 DEZ. 2011

PRESIDENTE

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOLTA À 2ª DISCUSSÃO

14 DEZ. 2011

PRESIDENTE

DECRETA:

Art. 1º. De acordo com as plantas anexas nºs 26.941/1 a 26.941/8, classificação L-616, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricadas pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado o seguinte plano de melhoramentos no entorno do Pátio de Itaquera do METRÔ, nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder:

I - reserva de áreas:

a) no trecho compreendido desde 49,00 metros além da Rua César Dias até a Rua Dr. Luiz Ayres (Radial Leste) e a Avenida Miguel Ignácio Curi, com largura variável de 29,00 metros a 169,00 metros, em uma extensão aproximada de 1.335,00 metros, destinada à abertura de novas vias, com previsão de implantação de viadutos, alças, direcionais e obras complementares de urbanização;

b) no cruzamento das Avenidas José Pinheiro Borges e Jacu-Pêssego (Avenida Nova Trabalhadores), com largura variável, destinada à implantação de alça direcional, abertura de vias e obras complementares de urbanização;

II - alargamento de vias:

a) da Avenida Itaquera, no trecho compreendido desde a Avenida Líder até a área reservada na alínea "a" do inciso I deste artigo, com largura variável de 20,00 metros a

16 NOV 2011

SEP 42



28,00 metros e extensão aproximada de 600,00 metros, com previsão de rotatória na confluência da Avenida Líder com a Avenida Itaquera;

b) da Rua Dr. Luiz Ayres (Radial Leste), desde 150,00 metros além da confluência dessa via com a Avenida Pe. Estanislau de Campos até 520,00 metros além da Avenida Prof. Engº Ardevan Machado, interligando-se com o Túnel Jornalista Odon Pereira através de via rebaixada, com largura variável de 39,00 metros a 111,00 metros e extensão aproximada de 2.038,00 metros;

c) da Avenida Miguel Ignácio Curi, desde a área reservada mencionada na alínea "a" do inciso I deste artigo até a Avenida Prof. Engº Ardevan Machado, com largura variável de 25,00 metros a 57,00 metros e extensão aproximada de 730,00 metros, com previsão de rotatória na confluência das citadas vias;

d) da Avenida Prof. Engº Ardevan Machado, desde a Avenida Miguel Ignácio Curi até a Rua Dr. Luiz Ayres (Radial Leste), mencionadas nas alíneas "b" e "c" deste inciso, com largura variável de 29,00 metros a 44,00 metros e extensão aproximada de 280,00 metros;

III - fixação de alinhamentos:

a) na esquina das Ruas Saíra e Samambaiçu, lado ímpar;

b) no lado leste da Rua Jurici, confluência com a Avenida Nova Radial Leste;

c) da Via A, desde o trecho aprovado no inciso VI do artigo 1º da Lei nº 13.851, de 18 de junho de 2004, até 161,00 metros além.

Art. 2º. Ficam revogados:

I - a Resolução nº 402, de 21 de maio de 1970, do Conselho Rodoviário do Município, na confluência da Avenida Itaquera com a Avenida Líder;

II - o inciso I do artigo 1º da Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, nos seguintes trechos:

a) na esquina da Rua Saíra com a Rua Samambaiçu, lado ímpar;

b) no setor 143, quadra 62, nas imediações da Estação Corinthians-Itaquera do METRÔ;

c) no lado sul da Rua Dr. Luiz Ayres (Radial Leste), desde a área ajardinada localizada na confluência com a Avenida Pe. Estanislau de Campos até 365,00 metros aquém da Avenida Prof. Engº Ardevan Machado;



III - o inciso I do artigo 1º da Lei nº 13.851, de 2004, no lado leste da Rua Jurici, esquina com a Avenida Nova Radial;

IV - a alínea "a" do inciso V do artigo 1º da Lei nº 13.851, de 2004, correspondente ao binário, nos trechos defronte à Estação Corinthians-Itaquera do METRÔ;

V - o inciso VII do artigo 1º da Lei nº 13.851, de 2004;

VI - o inciso I do artigo 1º da Lei nº 13.737, de 15 de janeiro de 2004;

VII - o inciso II do artigo 1º da Lei nº 13.737, de 2004, desde 305,00 metros aquém da Avenida Engº Prof. Ardevam Machado (Via 1) até 454,00 metros além.

VIII - o artigo 38 da Lei nº 13.872, de 12 de julho de 2004, constante da planta nº 12/25 do Conjunto de Desenhos 5 anexo à lei, nos seguintes trechos:

a) desde o Viaduto Ladeira do Xisto até a Rua Ademir Roldan Pereira;

b) desde a Avenida Campanella até a Rua Rosa Campanella.

Art. 3º. Para os fins desta lei, os imóveis atingidos pelo plano traçado ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 06 de proc.
Nº 01.535 de 11
Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RS 100.406



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Proc. SPDR-186/11
(CC-38.889/11)

DERSA	FLS.
PROJETO	66
5120	

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES, DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER, DA DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A E O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS, DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E DA SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE, OBJETIVANDO VIABILIZAR A EXECUÇÃO DE OBRAS PREVISTAS NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

O ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado por seu Governador GERALDO ALCKMIN, e o MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, neste ato representado por seu Prefeito GILBERTO KASSAB,

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.393.500/0001-31, sediada na Rua Igua-temi nº 107, neste ato representada por seu Secretário Emanuel Fernandes, doravante designada simplesmente SPDR; a SECRETARIA ESTADUAL DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, ins-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 07 do proc.
Nº 01.535 de 11/12
Adelina C. de F. P. Fernandes
R\$ 100,00



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

51200 67

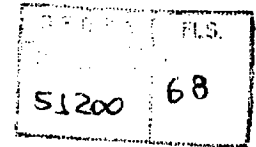
crita no CNPJ/MF sob o nº 66.858.689/0001-06, sediada na Rua Boa Vista nº 175, neste ato representada por seu Secretário Jurandir Fernando Ribeiro Fernandes, doravante designada simplesmente **STM**; a **SECRETARIA ESTADUAL DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.375.200/0001-20, sediada na rua Iaiá, 126 - 12º andar, São Paulo - SP, neste ato representada por seu Secretário Saulo de Castro Abreu Filho, doravante designada simplesmente **ST**; o Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de São Paulo, situado na Avenida do Estado, 777, na Cidade de São Paulo, neste ato representado por seu Superintendente Clodoaldo Pelissioni, doravante simplesmente denominado **DER**, a **DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A**, empresa de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.464.904/0001-25, sediada na Rua Iaiá nº 126, São Paulo - SP, neste ato representada por seu Diretor Presidente Laurence Casagrande Lourenço, e por seu Diretor de Engenharia, Pedro da Silva, doravante designada simplesmente **DERSA**; a **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.269.251/0001-65, sediada no Viaduto do Chá nº 15, neste ato representada por seu Secretário Rubens Chammas, doravante designada simplesmente **SEMPLA**, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 08 do proc.
Nº 01.535 de 11
Adelina Ciccone - Ass. Jurídica
RF. 100.406


**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**



10.577.663/0001-27, situada Rua São Bento, 405, Centro - São Paulo/SP, neste ato representada por seu Secretário Miguel Luiz Bucalem, doravante designada simplesmente **SMDU**, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA E OBRAS**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.392.171/0001-04, situada na Avenida São João nº 473, Centro - São Paulo/SP, neste ato representada por seu Secretário Elton Santa Fé Zacarias, doravante designada simplesmente **SIURB**; a **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.392.155/0001-11, situada na Rua Boa Vista nº 236 - 8º andar, Centro - São Paulo/SP, neste ato representada por seu Secretário Marcelo Cardinale Branco, doravante designada simplesmente **SMT** e a **SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.118.514/0001-82, sediada na Rua do Paraíso, 387, neste ato representada por seu Secretário Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, doravante designada simplesmente **SVMA**, e

Considerando que a Zona Leste de São Paulo, apesar de ter um contingente populacional expressivo, ainda apresenta deficiências quanto às oportunidades de emprego na própria região, obrigando a população a deslocamentos diários em direção à área central,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 09 do proc.

Nº 0.1.535 de 11

Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar

RE 100 406

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

51200 69

sobrecarregando a infraestrutura viária e de transportes públicos, refletindo-se de forma negativa na qualidade de vida de seus moradores;

Considerando que as características físicas da região e a as condições de ocupação do território também não favorecem o desenvolvimento econômico e social e a melhoria da qualidade de vida;

Considerando que no que concerne ao sistema viário, identifica-se uma malha de vias coletoras de baixa capacidade e desarticulada, o que dificulta a acessibilidade, a circulação e a formação de centralidades;

Considerando que a região tem baixa disponibilidade de áreas permeáveis, o que agrava os problemas de drenagem existentes na região;

Considerando que a Operação Urbana Rio Verde Jacu, prevista no Plano Diretor Estratégico do Município (PDE), prevê a renovação urbana da região estruturada pelo eixo do Complexo Viário da Av. Jacu Pêssego;

Considerando que o Complexo Viário Jacu Pêssego já implantado em parceria entre o Estado e o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Forma nº 10 do proc
Nº 01.535 de 11
Adelina Cirino - Ass. Parlamentar
RF 100.408

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

PLS
51200 70

Município de São Paulo promove o acesso com importantes ligações entre a região do ABC e o Porto de Santos, o Rodanel e as principais rodovias estaduais;

Considerando que os estudos urbanísticos desenvolvidos pela Prefeitura para a área que abrange todo o entorno do pátio de manobras do Metrô Itaquera resultaram na implantação do Pólo Institucional Itaquera, que considera entre os objetivos estratégicos, estimular a capacitação profissional e geração de empregos na região;

Considerando que a implantação do Pólo Institucional Itaquera direcionará grandes projetos para essa região da capital, como: o Fórum Judiciário, Fatec/Etec, SENAI, Incubadora e Laboratórios para a área de Tecnologia de Informação, Centro de Convenções e Eventos, Polícia Militar e Bombeiros, Obra Social Dom Bosco e a nova arena do Corinthians, prevista para receber a abertura dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, trazendo progresso e promovendo o desejado equilíbrio entre moradia e emprego;

Considerando que as intervenções para incremento de novos serviços deverão, além de permi-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

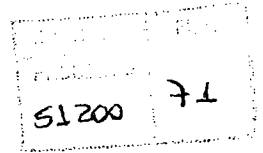
Folha nº 11 do proc.

Nº 01.535

Adelina Ocone - Ass. Parlamentar

R\$ 100.406

PREFEITURA DE
SÃO PAULO



tir melhor uso da infraestrutura e do sistema de transportes existente, incrementar melhorias e adequar o sistema viário do entorno, compatibilizando elementos de escala local, regional e metropolitana, promovendo uma ocupação confortável para o pedestre e priorizando a acessibilidade por transporte público de massa (Metrô e CPTM), de forma a minimizar drasticamente o chamado movimento pendular, no qual grande parte da população da região tem que se deslocar para as áreas centrais da cidade;

Considerando que há necessidade de formalizar os entendimentos mantidos entre o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo para a união de esforços e recursos financeiros, em regime de mútua cooperação, objetivando a implantação das obras necessárias para o desenvolvimento da Zona Leste do Município de São Paulo,

Resolvem os Partícipes celebrar o presente **CONVÊNIO**, com fulcro no artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, e demais legislações pertinentes, de acordo com as cláusulas e condições a seguir elencadas:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 11 do proc.
Nº 01-535 de 11
Adelina Clime - Ass. Parlamentar
R\$ 100.405



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

51200 72

**CLAÚSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objetivo viabilizar a execução de obras e serviços previstos no Plano de Desenvolvimento da Zona Leste, descritos no Plano de Trabalho que integra este ajuste (Anexo I), mediante a cooperação técnica e financeira dos partícipes.

Parágrafo único - O Plano de Trabalho (Anexo I) refere-se ao Pólo Institucional de Itaquera e contempla um conjunto de obras viárias, cujo cronograma de execução será compatibilizado com as necessidades de início de operação de cada um dos empreendimentos projetados.

**CLAÚSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES DO ESTADO**

Para a consecução dos objetivos do presente convênio, o Estado, por intermédio da **SPDR, STM, ST, DER** ou pela **DERSA**, compromete-se a:

I - providenciar a elaboração dos projetos de engenharia dos empreendimentos, bem como o seu detalhamento construtivo;

II - responsabilizar-se pela supervisão ambiental;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 23 de 2010
IP 01.535.011
Adelina Gomes - Ass. Técnica
RF 100.400



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

DESA	PLS.
51200	73

III- promover a execução das obras e serviços de engenharia, objeto deste convênio, mediante a realização prévia de certame licitatório, obedecendo às diretrizes do Plano de Trabalho (Anexo I);

IV - acompanhar e fiscalizar a execução das obras e serviços;

V - implantar a sinalização adequada ao tráfego e à execução das obras e serviços, objeto deste convênio;

VI - mobilizar pessoal especializado para cumprimento dos trabalhos objetivados neste convênio, de modo a obter resultados de elevada qualidade técnica;

VII- apoiar o **MUNICÍPIO**, se necessário, no cadastramento, remoção e reassentamento de famílias ocupantes dos trechos objeto das obras;

VIII- coordenar, em conjunto com o **MUNICÍPIO**, as desapropriações dos imóveis situados nas áreas objeto da execução das obras;

IX - apoiar o **MUNICÍPIO** no gerenciamento social da região necessário à execução das obras;

X - solucionar os problemas de ordem técnica que surjam durante a execução dos serviços;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 14 do proc.
Nº 01.535 de 11
Adelina Cione Ass. Parlamentar
RF 100.406



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

51200 74

XI - planejar a execução das obras, de modo a minimizar as interferências e as dificuldades que possam surgir no desenvolvimento dos serviços;

XII- determinar as providências necessárias para suprir ou sanar as irregularidades, atrasos ou falhas, decorrentes de sua responsabilidade;

XIII- providenciar a fixação de placas indicativas, em locais visíveis, da participação das diferentes esferas de Poder, partícipes deste convênio, nos locais de execução dos projetos, observada a legislação pertinente;

XIV- atender e implantar todas as prescrições e exigências constantes do licenciamento ambiental, bem como as compensações ambientais dele decorrentes;

XV - coordenar, em conjunto com o **MUNICÍPIO**, o Plano de Comunicação Social do empreendimento, arcando com os respectivos custos;

XVI- atender às restrições constantes do "termo de autorização para execução das obras" concedido pelo **MUNICÍPIO**.

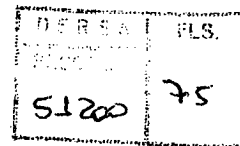


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 15 de 17 pág.
Nº 02.535/09/11
Adelina Cicone - ASS. Parlamentar
R\$ 100.406



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



CLAÚSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Para a consecussão dos objetivos do presente convênio, o **MUNICÍPIO**, por intermédio da **SEMPA**, **SMDU**, **SIURB**, **SMT** ou **SVMA** compromete-se a:

I - providenciar o licenciamento ambiental do empreendimento, com a elaboração dos respectivos Estudos de Impacto Ambiental necessários;

II - editar Decreto de Utilidade Pública, abrangendo as áreas necessárias à execução das obras, coordenando os respectivos processos expropriatórios, em conjunto com a **DERSA**;

III- liberar, mediante solicitação da **DERSA**, as áreas necessárias às obras e serviços, de modo que não ocorram retardamentos na sua execução, salvo impedimentos técnicos ou judiciais, bem como remover benfeitorias existentes ao longo do trecho;

IV - promover, com o apoio do ESTADO, se necessário, o cadastramento, remoção e reassentamento de famílias ocupantes dos trechos objeto das obras;

V - autorizar o uso, pela **DERSA**, das áreas de sua propriedade, que sejam necessárias para a execução das obras;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 16 do proc.
Nº 01.535.00.11
Acelina Leone - Ass. Parlamentar
RF 100.406



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

51200 76

VI - promover, quando necessário, junto às empresas concessionárias, a remoção de linhas aéreas e/ou subterrâneas existentes que impeçam ou dificultem a execução das obras e serviços;

VII- atender às consultas e pedidos de informações emanados da **DERSA**, quanto a dúvidas emergentes da implantação das obras e serviços que sejam de sua esfera de competência;

VIII- garantir a fixação de placas indicativas, em locais visíveis, da participação das diferentes esferas de Poder, partícipes deste convênio, nos locais de execução dos projetos, observada a legislação pertinente;

IX - coordenar, em conjunto com o ESTADO, o Plano de Comunicação Social do empreendimento, arcando com os respectivos custos;

X - operacionalizar os desvios de tráfego necessários à implantação das obras e serviços;

XI - fornecer, sempre que solicitada, informações e esclarecimentos referentes às providências e obrigações assumidas no presente convênio;

XII- manter atualizados os registros contáveis referentes a este convênio, bem como, no término de sua vigência prestar contas dos recursos rece-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 17 (continua)
V. 01.535
Adelina Cícero - Ass. Parlamentar
RF. 100 406



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

DESA	FLS.
51200	77

bidos, especialmente no tocante a sua aplicação e destinação;

XIII- determinar às concessionárias de serviço público, às empresas estatais e às prestadoras de serviço público que operam ou utilizam cabos aéreos no Município de São Paulo, que tornem subterrâneo o cabeamento aéreo existentes, nos termos da Lei Municipal nº 14.023, de 8 de julho de 2005, na região de abrangência do presente convênio.

**CLAÚSULA QUARTA
DO VALOR ESTIMADO**

O valor estimado do presente convênio é de R\$ 478.200.000,00 (quatrocentos e setenta e oito milhões e duzentos mil reais), sendo R\$ 345.900,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões e novecentos mil reais) de responsabilidade do ESTADO e R\$ 132.300.000,00 (cento e trinta e dois milhões e trezentos mil reais) de responsabilidade do **MUNICÍPIO**.

**CLAÚSULA QUINTA
DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste convênio correrão à conta dos recursos consignados nas dotações orçamentárias do **ESTADO** e do **MUNICÍPIO**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 18 do proc.
Nº 01.535 de 11
Ademir Cury - Ass. Parlamentar
RF 100.408



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

51200 78

§ 1º - Compete ao **ESTADO**, pela **SPDR**, viabilizar a transferência dos recursos necessários à execução do objeto deste convênio.

§ 2º - Os recursos estaduais serão transferidos à **DERSA**, mediante convênios, nos quais serão definidos o cronograma de sua liberação compatível com o cronograma físico-financeiro das obras, a forma de sua aplicação e as regras de prestação de contas dos valores percebidos.

CLAÚSULA SEXTA DO GRUPO GESTOR

O acompanhamento da execução do objeto deste convênio caberá ao Grupo Gestor formado por membros indicados pelos partícipes.

Parágrafo único - Compete ao Grupo Gestor a supervisão e o monitoramento das ações para implantação das obras do complexo viário da Zona Leste em tempo hábil para a realização da Copa das Confederações a realizar-se em 2013, inclusive o estabelecimento das diretrizes estratégicas do projeto, especificamente sobre:

1. financiamento e participação da iniciativa privada nos projetos;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 19 do proc.
Nº 61.535-00-11
Adelina Cação - Ass. Parlamentar
RF. 100.103

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

DESA	FLS.
51200	79

2. desapropriação;
3. licenciamento ambiental;
4. licitação;
5. operação e logística de
implantação do projeto;
6. comunicação com a comunidade e
divulgação.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DO PRAZO**

O prazo de vigência do presente convênio é de 34 (trinta e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único - Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o convênio poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA OITAVA
DAS ALTERAÇÕES**

Este convênio poderá ser alterado pelos partícipes, mediante termo de aditamento, objetivando melhor adequação da execução de seu objeto.

**CLÁUSULA NONA
DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

Este convênio poderá ser denunciado, a qualquer tempo, mediante a notificação prévia de 90 (noventa) dias.

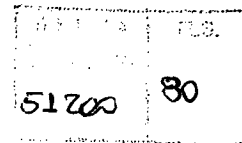


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 20 do proc.
Nº 01.535.89.12
Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RE 100.406



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



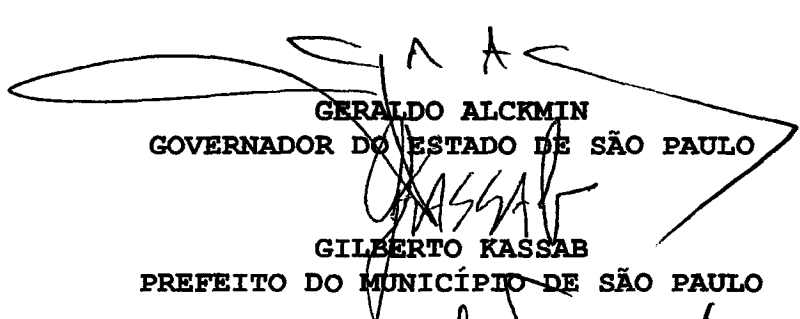
Parágrafo único - Os partícipes poderão rescindir o presente convênio por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou por infração legal.

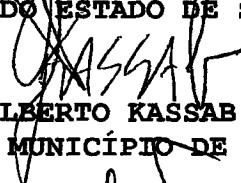
**CLÁUSULA DÉCIMA
DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca da Capital, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas oriundas da execução deste convênio, após esgotadas as estâncias administrativas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente, em seis vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo:

São Paulo, 18 de abril de 2011


GERALDO ALCKMIN
GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO


GILBERTO KASSAB
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO


EMANUEL FERNANDES
SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 21 do proc.
Nº 01.535 de 21
Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF 100.406



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

51200 81

JURANDIR FERNANDES
SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO
SECRETÁRIO DE ESTADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

RUBENS CHAMMAS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

MIGUEL LUIZ BUCALEM
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU

ELTON SANTA FE ZACARIAS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA E OBRAS -
SIURB

MARCELO CARDINALE BRANCO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

CLODOALDO PELISSONI
DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E
RODAGEM - DER

LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO
DIRETOR PRESIDENTE DA DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO
S/A

PEDRO DA SILVA
DIRETOR DE ENGENHARIA DA DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO
S/A



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha nº 12 de proc.
Nº 01.535 de 11

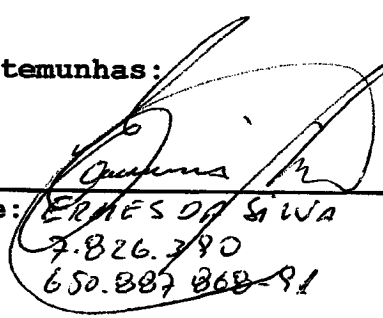
Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100 406



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

DECRETO PLS.
PROCESO
51200 82

Testemunhas:

1. 
Nome: ERNES DA SILVA
R.G: 7.826.780
CPF: 650.887.868-91

2. _____
Nome: _____
R.G: _____
CPF: _____

Folha nº 23 de 23
Nº 01.535 de 11
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar

ANEXO I

a que se refere o "caput" da cláusula primeira do Convênio
firmado entre o Estado e o Município de São Paulo
em 18.04.2011

PLANO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA LESTE

1 - OBJETO

Este plano de trabalho objetiva determinar as atividades e interfaces entre:

PMSP - Prefeitura do Município de São Paulo, e Secretarias SEMPLA, SMDU, SIURB, SMT e SVMA; e
GESP - Governo do Estado de São Paulo, e Secretarias SPDR, STM, ST, DER e DERSA

Para implantar o Plano de Desenvolvimento da Zona Leste, bem como estabelecer responsabilidades das partes, conforme detalhado adiante, para o cumprimento desse objeto, não tratando de aspectos: patrimoniais, convivência, operacionais do conjunto, e de custos (água, luz, limpeza, segurança, dentre outros), que deverão ser tratados em plano específico ou por instrumentos a desenvolver.

2 - JUSTIFICATIVA

A Zona Leste de São Paulo, apesar de ter um contingente populacional expressivo, ainda apresenta deficiências quanto às oportunidades de emprego na própria região, obrigando a população a deslocamentos diários em direção à área central, sobrecarregando a infraestrutura já insuficiente, refletindo-se de forma negativa na qualidade de vida de seus moradores, sendo que as características físicas da região e as condições de ocupação do território também não favorecem o desenvolvimento econômico e social e a melhoria da qualidade de vida.

No que concerne ao sistema viário, identifica-se uma malha de vias coletoras de baixa capacidade e desarticulada, o que dificulta a acessibilidade, a circulação e a formação de centralidades.

A região tem baixa disponibilidade de áreas permeáveis, o que agrava os problemas de drenagem existentes na região.

A operação urbana Rio Verde Jacu, prevista no Plano Diretor Estratégico do Município (PDE), prevê a renovação urbana da região estruturada pelo eixo do complexo viário da Av. Jacu Pêssego, sendo que parte deste complexo já foi implantado em parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Município de São Paulo, promovendo a acessibilidade com

importantes ligações entre a Região do ABC e o Porto de Santos, o Rodoanel e as principais rodovias estaduais.

Os estudos urbanísticos desenvolvidos pela Prefeitura para a área que abrange todo o entorno do pátio de manobras do Metrô Itaquera resultaram no projeto de implantação do Pólo Institucional Itaquera, que considera entre os objetivos estratégicos, estimular a capacitação profissional e geração de empregos na região, e direcionará grandes projetos para essa região da capital, como: o Fórum Judiciário, Fatec/Etec, Senai, Incubadora e Laboratórios para a área de tecnologia de informação, centro de convenções e eventos, Polícia Militar e Bombeiros, Obra Social Dom Bosco e a nova arena do Corinthians, prevista para receber a abertura dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, trazendo progresso e promovendo o desejado equilíbrio entre moradia e emprego.

As intervenções previstas para o Plano de Desenvolvimento da Zona Leste deverão, além de permitir melhor uso da infraestrutura e do sistema de transportes existente, incrementar melhorias e adequar o sistema viário do entorno, compatibilizando elementos de escala local, regional e metropolitana, promovendo uma ocupação confortável para o pedestre e priorizando a acessibilidade por transporte público de massa (METRÔ e CPTM), de forma a minimizar drasticamente o chamado movimento pendular, no qual grande parte da população da região tem que se deslocar para as áreas centrais da cidade.

Esta implantação considera as obras viárias necessárias junto às estações do METRÔ e da CPTM, e junto ao futuro Pólo Institucional de Itaquera.

3 - ESCOPO

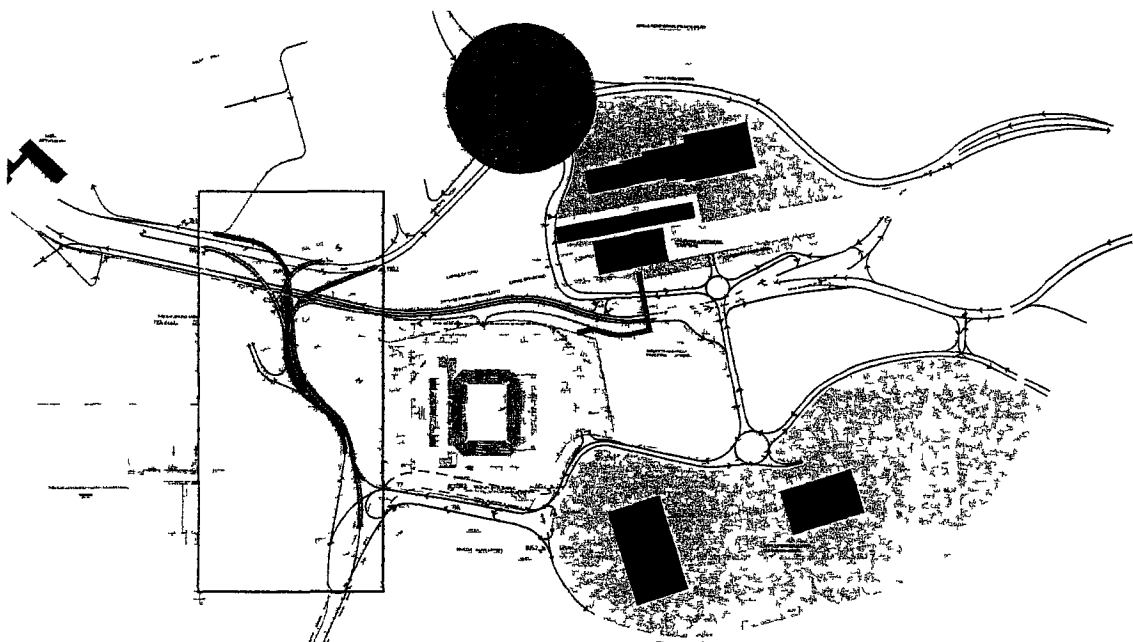
As obras necessárias para a implantação do Plano de Desenvolvimento da Zona Leste estão listadas a seguir:

novas alças de ligação no cruzamento da Avenida Jacu Pêssego com a Avenida José Pinheiro Borges (Nova Radial)

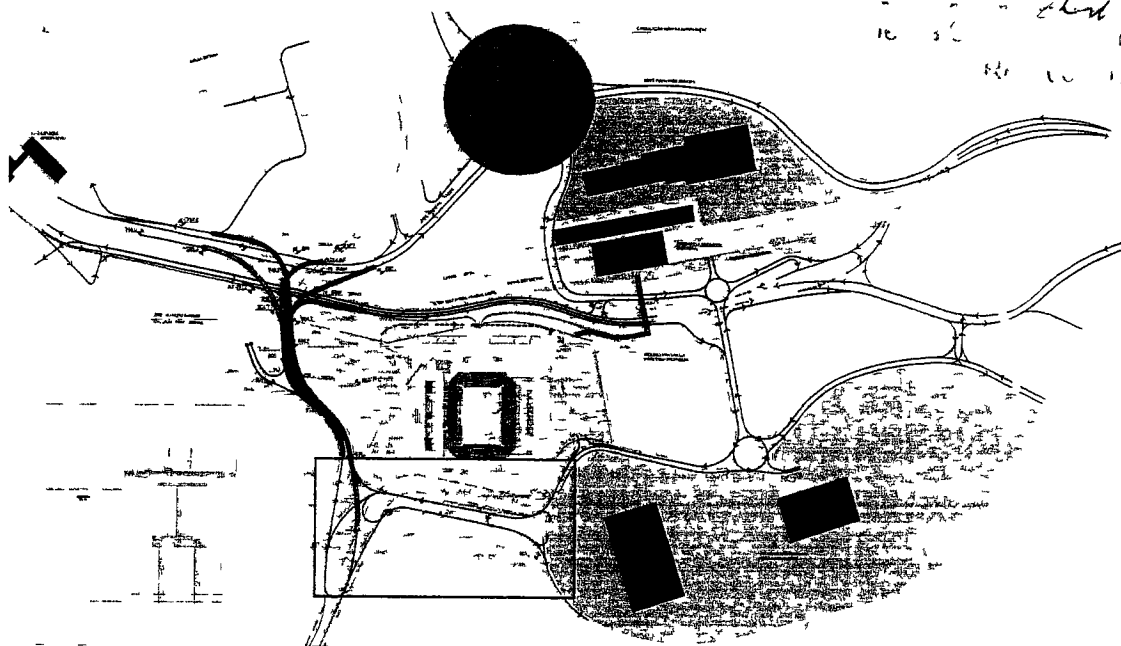
Fil. 1110-25-4-10
 N. 01-535-1-11
 Avenida Curi, 1110-25-4-10
 1110-25-4-10



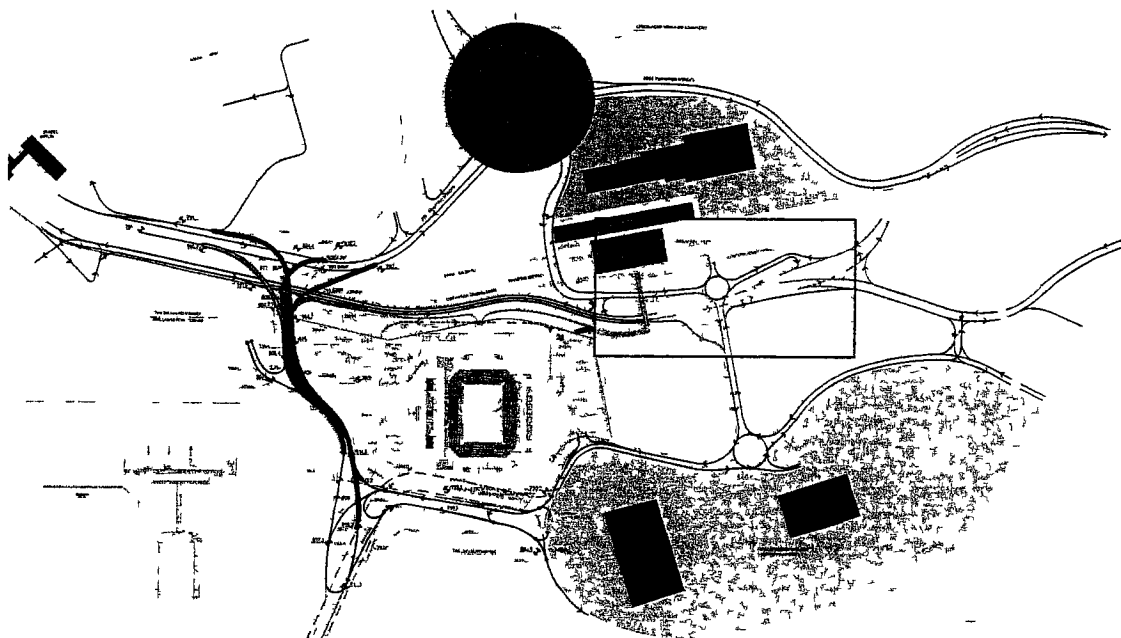
Nova Avenida de ligação NORTE - SUL, no trecho entre a Avenida Itaquera e a Avenida Jose Pinheiro Borges (Nova Radial), incluindo as transposições em desnível sobre as linhas do METRÔ e da CPTM



Nova avenida articulando a ligação NORTE - SUL com a Avenida Miguel Inacio Curi, junto a adutora da SABESP existente

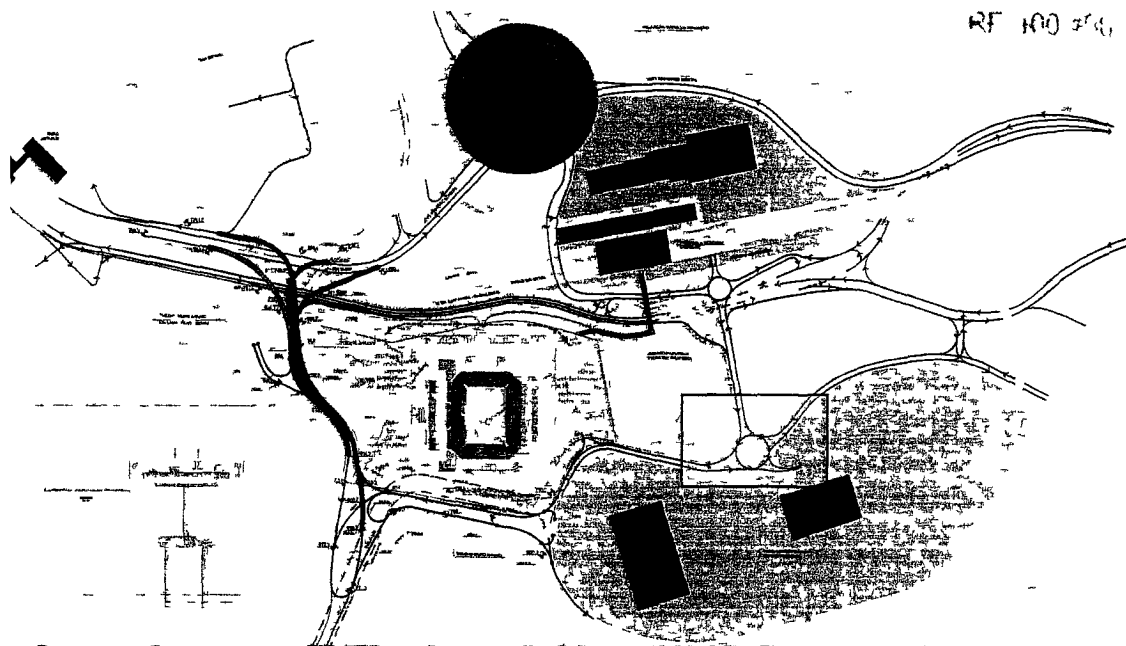


Passagem em desnível na Rua Dr Luis Aires (Radial Leste),
no trecho em frente as estações do METRÔ e da CPTM



Adequação viária no cruzamento da Avenida Miguel Inacio
Curi com a Avenida Engenheiro Adervan Machado

Folha nº 27
 Nº 0.6.535
 Adolpho Cruz
 RF 100 740



4 - RESPONSABILIDADES

As responsabilidades afetas tanto a PMSP quanto ao GESP, relativas a primeira etapa de implantação do plano de desenvolvimento da Zona Leste, estão apresentadas a seguir

disponibilizar recursos financeiros, (GESP e PMSP)

implantar as prescrições e exigências das leis ambientais, (PMSP)

obter as licenças ambientais, (PMSP)

obter DUP, desapropriar e liberar áreas para o empreendimento, (PMSP)

contratar e elaborar projetos de engenharia, detalhamento construtivo e a t o das obras, (DERSA)

contratar e executar as obras, (DERSA)

contratar e executar serviços de engenharia, (DERSA)

ceder uso de áreas necessarias a execução das obras, (PMSP)

interditar e desviar trafego no entorno, (PMSP)

implantar sinalização horizontal, vertical e de orientação, (GESP e PMSP)

fixar placas indicativas da participação de diferentes envolvidos, nos locais de execução das obras, com igual destaque e visibilidade; (PMSP)

coordenar o plano de comunicação social do empreendimento, arcando com todos os custos. (PMSP)

5 - Cronograma Físico - Financeiro

Os prazos e valores previstos para a execução das obras relativas à primeira etapa de implantação do Plano de Desenvolvimento da Zona Leste está descrito a seguir:



PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA LESTE

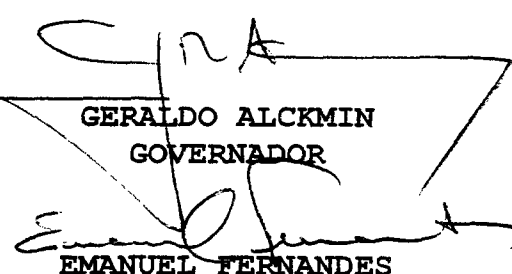
PLANO DE TRABALHO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA LESTE

ATIVIDADES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	VALORES TOTAIS (R\$ x mil)	2011												2012												2013															
			MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ						
1. Minuta do Convênio / Assinatura	GESP / PMSP / ST / DERSA	-	ASSINATURA DO CONVÊNIO																																				INÍCIO DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES			
2. Projeto Funcional / Projeto de Engenharia	DERSA	150	C.V. 150																																							
3. Projeto de Detalhamento Construtivo / ATO	DERSA	9.850	LICITAÇÃO 3.410 6.440																																							
4. Obtenção das Licenças Ambientais	PMSP	-	L.P. L.I.																																							
5. Documentos para Empréstimo BNDES	DERSA / PMSP	-	Entrega de documentos Obtenção do Empréstimo																																							
6. Desapropriação	PMSP	109.000	DUP 32.500 76.500																																							
7. Interferência	PMSP	10.000	1.000 7.600 1.500																																							
8. Plano de Comunicação Social	PMSP	1.300	100 LICITAÇÃO 750 450																																							
9. Apoio à Coord. da Execução do Empreendimento	DERSA	4.800	800 LICITAÇÃO 2.100 1.900																																							
10. Apoio à Coordenação das Ações Ambientais	DERSA	1.400	150 LICITAÇÃO 650 600																																							
11. Supervisão Técnica de Obras	DERSA	11.000	800 LICITAÇÃO 6.800 3.700																																							
12. Supervisão Ambiental	DERSA	2.700	140 LICITAÇÃO 1.700 860																																							
13. Obras Complementares	PMSP	7.000	LICITAÇÃO 2.800 4.200																																							
14. Obras / Programas Ambientais	PMSP	5.000	200 LICITAÇÃO 2.400 2.400																																							
15. Obras de Implantação	DERSA	316.000	12.000 Pré-Qualificação Proposta 215.360 87.640																																							
15.1 - Novas alças de ligação no cruzamento da Av. Jacu Pêssego com a Av. José Pinheiro Borges (Nova Radial)	DERSA	94.000	5.000 42.700 28.300																																							
15.2 - Nova avenida de ligação Norte - Sul, trecho entre a Av. Itaquera e a Av. José Pinheiro Borges (Nova Radial), incluindo as transposições em desnível sobre as linhas do Metrô e da CPTM.	DERSA	127.000	7.000 64.550 35.440																																							
15.3 - Nova avenida, articulando a ligação Norte - Sul com a Rua Miguel Inácio Curi, junto à adutora da SABESP existente.	DERSA	22.000	22.000																																							
15.4 - Passagem em desnível na Rua Dr. Luís Aires (Radial Leste), no trecho em frente às estações do Metrô e da CPTM.	DERSA	68.000	47.100 20.900																																							
15.5 - Adequação viária no cruzamento da Av. Miguel Inácio Curi com a Av. Eng. Adervan Machado.	DERSA	5.000	5.000																																							
TOTAL DO EMPREENDIMENTO			60.950 324.000 103.250																																							
FONTE DE RECURSOS			PMSP 132.300 33.800 89.950 8.650																																							
			DERSA 345.900 17.150 234.050 94.700																																							

Folha nº 29 de 30
 Nº 01.535 de 11
 Adeline Crome - FMS - FISCAL
 RF 100.406

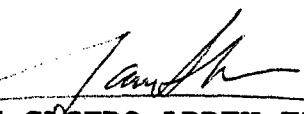
E, por estarem justos e acordados firmam o presente, em seis vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo:

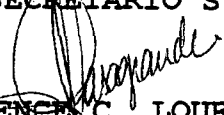
São Paulo, 18 de abril de 2011

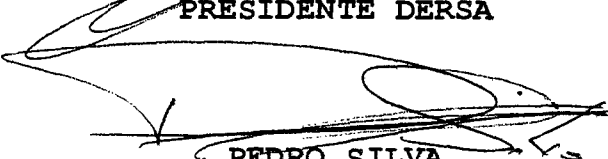

GERALDO ALCKMIN
GOVERNADOR

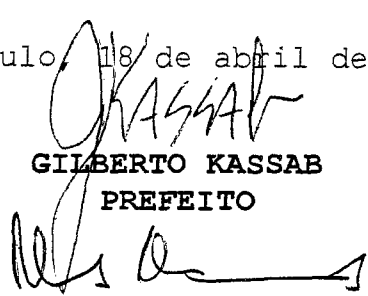

EMANUEL FERNANDES
SECRETÁRIO SPDR

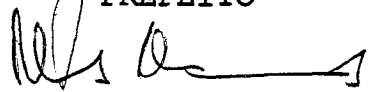

JURANDIR FERNANDES
SECRETÁRIO STM


SAULO DE CASTRO ABREU FILHO
SECRETÁRIO ST


LAURENCE C. LOURENÇO
PRESIDENTE DERSA


PEDRO SILVA
DIRETOR DERSA

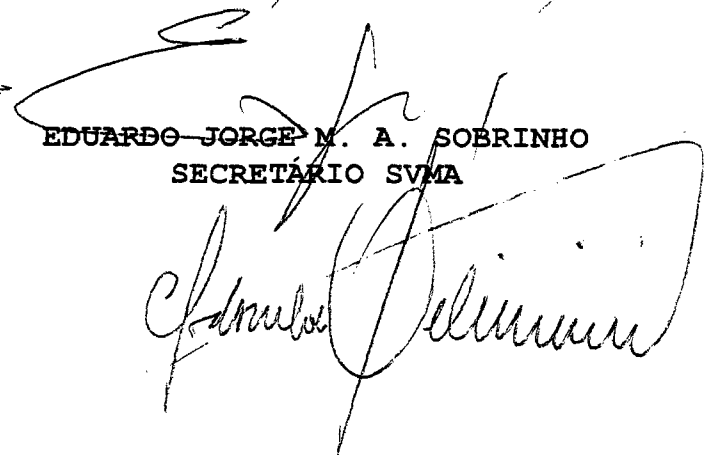

GILBERTO KASSAB
PREFEITO


RUBENS CHAMMAS
SECRETÁRIO SEMPLA


MIGUEL LUIZ BUCALEM
SECRETÁRIO SMDU


ELTON SANTA FÉ ZACARIAS
SECRETÁRIO SIURB

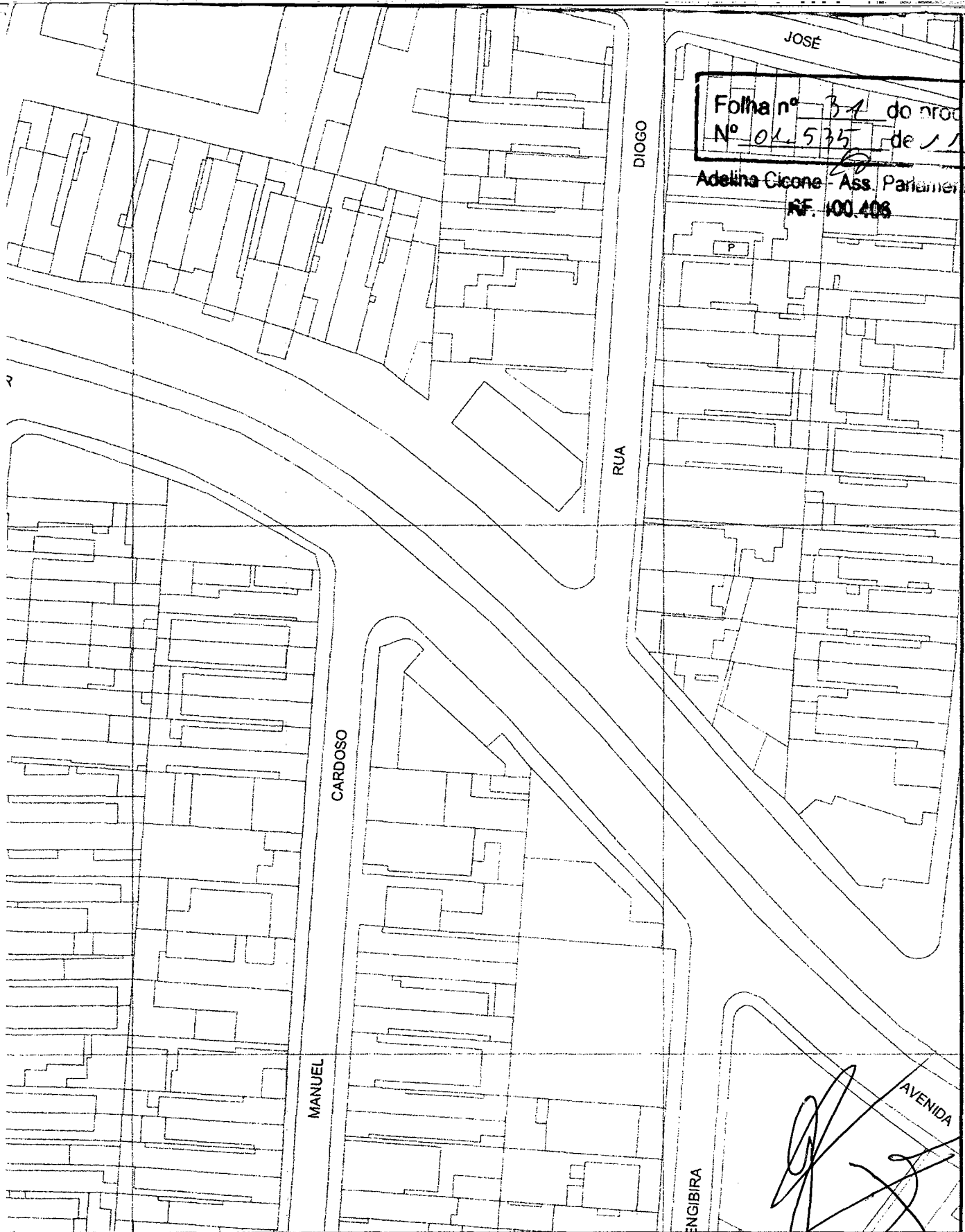

MARCELO CARDINALE BRANCO
SECRETÁRIO SMT


EDUARDO JORGE M. A. SOBRINHO
SECRETÁRIO SVMA

Testemunhas:

1. _____
Nome:
R.G:
CPF:

2. _____
Nome:
R.G:
CPF:



Folha nº 34 do proc.
Nº 01.535 de 11

Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100.408



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS
SUPERINTENDENCIA DE PROJETOS VIÁRIOS
PROJ 3

Assunto: Plano de melhoramentos viários na SP-IQ

Objeto: Polo Institucional Itaquera e cruzamento das avenidas Nova
Trabalhadores e José Pinheiro Borges

CLAS.

L-616

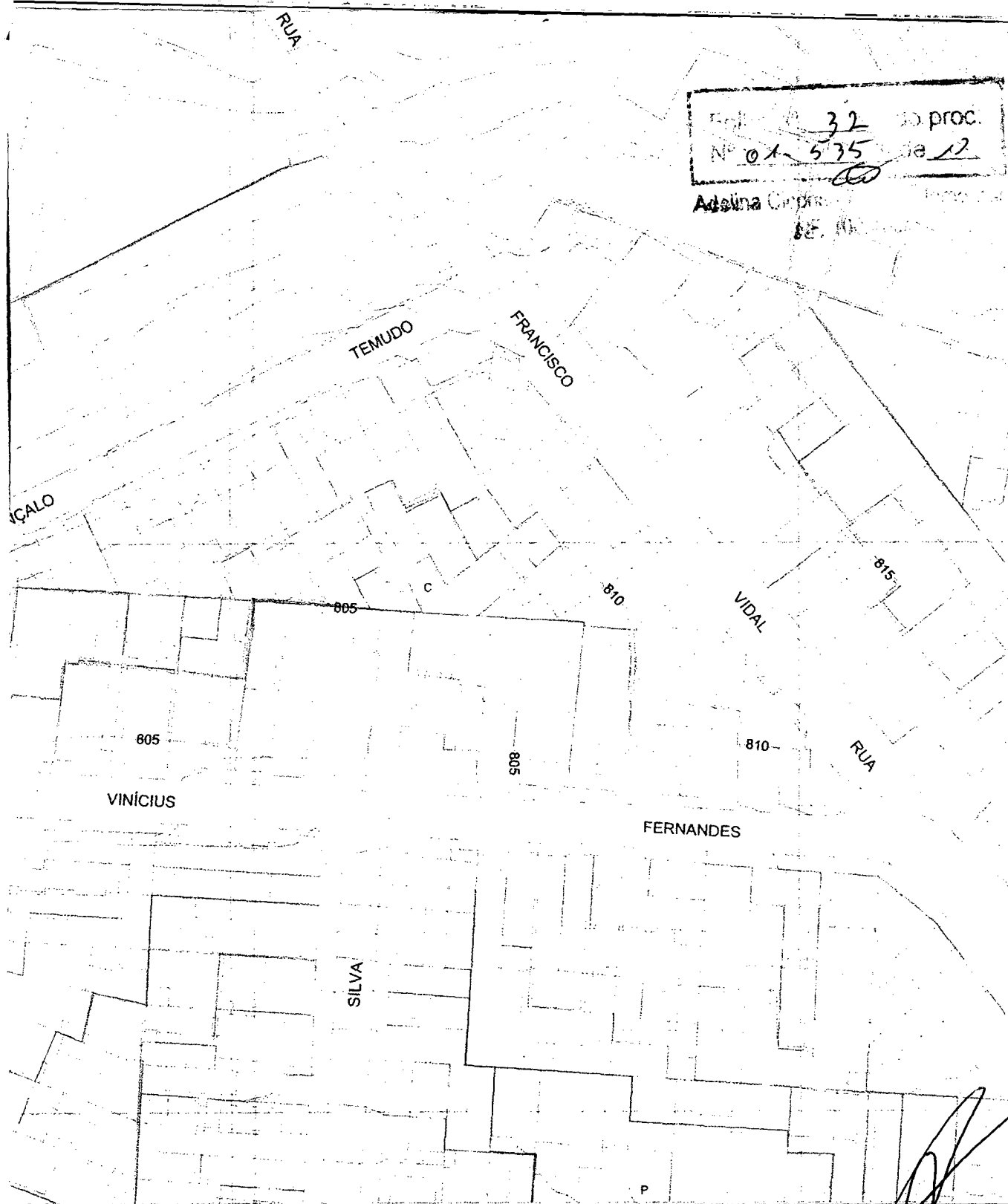
Nº

26.941/1

AMINHADO À APROV. PELO PROCESSO Nº 2011-0.222.339 -1

PROVADO PELA LEI Nº

DE / /



Proj. 32 do proc.
Nº 01-535 de 12
Adelina Capra
85. 11. 11



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS
SUPERINTENDENCIA DE PROJETOS VIÁRIOS
PROJ 3

Assunto: Plano de melhoramentos viários na SP-IQ

Local: Polo Institucional Itaquera e cruzamento das avenidas Nova
Trabalhadores e José Pinheiro Borges

ENCAMINHADO À APROV. PELO PROCESSO Nº 2011-0.222.339 -1

APROVADO PELA LEI Nº

CLAS.

L-616

Nº

26.941/2

DE

/ /

1,80m (ATERRADO)

Folha nº 33 do pro
Nº 01 - 535

Adelina D'Almeida - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

VER-FOLHA Nº 26.941

MOV. TERRA

ALINH. PELO EXISTENTE

ALINH. PELO EXISTENTE

MOV. TERRA

MOV. TERRA

MOV. TERRA

MOV. TERRA

MOV. TERRA

E=349600

E=349700



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS
SUPERINTENDENCIA DE PROJETOS VIÁRIOS
PROJ 3

Assunto: Plano de melhoramentos viários na SP-IQ

Local: Polo Institucional Itaquera e cruzamento das avenidas Nova
Trabalhadores e José Pinheiro Borges

ENCAMINHADO À APROV. PELO PROCESSO Nº 2011-0.222.339 -1

APROVADO PELA LEI Nº

CLAS.

L-616

Nº

26.941/3

DE

/ /

Folha nº 34 do proc.
Nº 61.535-1

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

CORTE

IGNÁCIO

CORTE

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS
SUPERINTENDENCIA DE PROJETOS VIÁRIOS
PROJ 3

Plano de melhoramentos viários na SP-IQ

Polo Institucional Itaquera e cruzamento das avenidas Nova
Trabalhadores e José Pinheiro Borges

INHAÇÃO À APROV. PELO PROCESSO Nº 2011-0.222.339 -1

OVADO PELA LEI Nº

CLAS.

L-616

Nº

26.941/4

DE

/ /

Folha nº 35 do r. d.

Nº 26.941/3 de 1/1

Adelina Cicone Ass. Pedagógica
FAIXA DA PETROBRÁS (RELOCADA)
R. 100.408

A RELOCADA-PETROBRÁS

000000

FA N° 26.941/3

FAIXA DA PETROBRÁS (EXISTENTE)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS
SUPERINTENDENCIA DE PROJETOS VIÁRIOS
PROJ 3

Assunto: Plano de melhoramentos viários na SP-IQ

Local: Polo Institucional Itaquera e cruzamento das avenidas Nova
Trabalhadores e José Pinheiro Borges

CLAS.

L-616

Nº

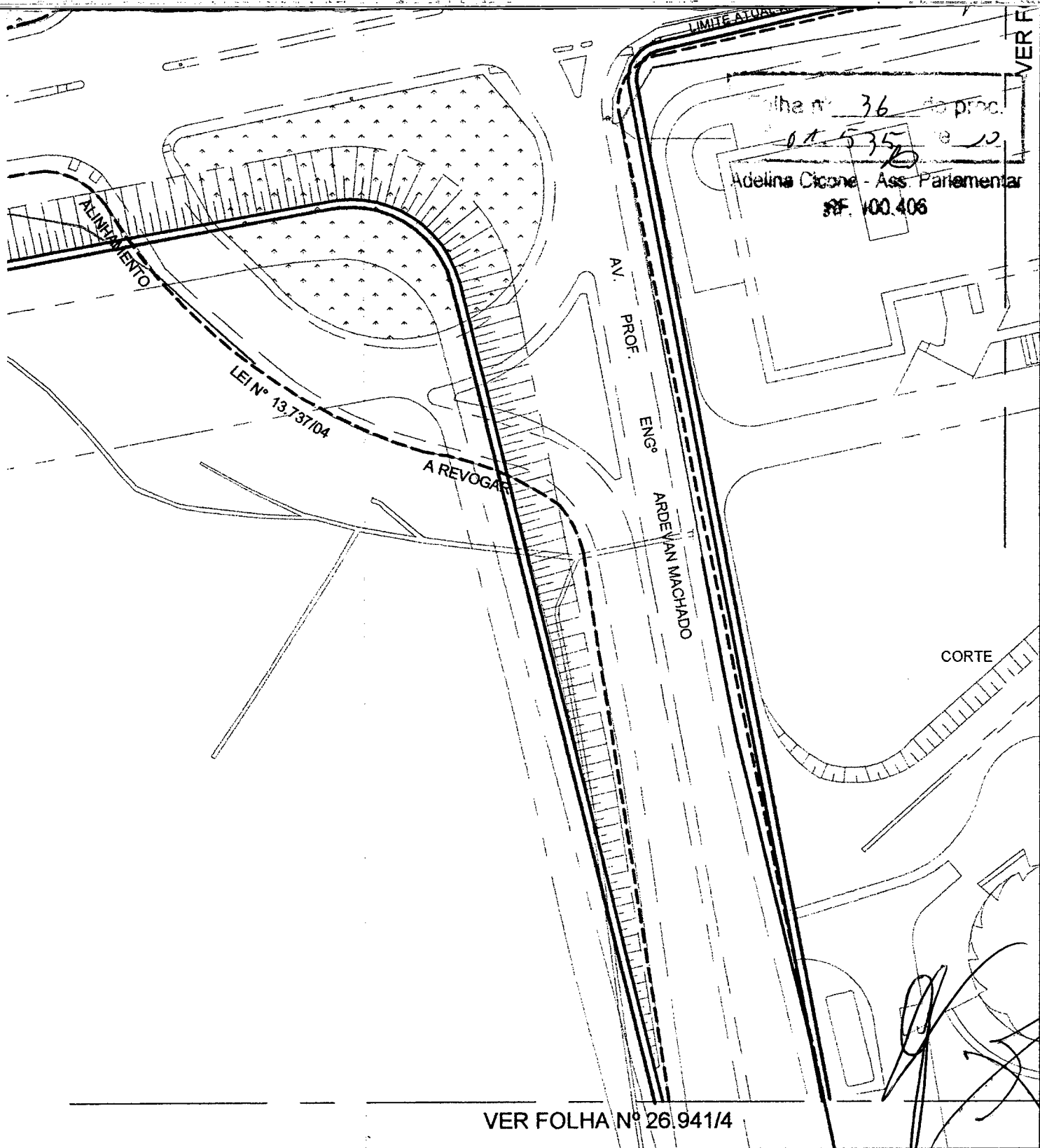
26.941/5

ENCAMINHADO À APROV. PELO PROCESSO Nº 2011-0.222.339 -1

APROVADO PELA LEI Nº

DE

/ /



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS
SUPERINTENDENCIA DE PROJETOS VIÁRIOS
PROJ 3

Assunto: Plano de melhoramentos viários na SP-IQ

Local: Polo Institucional Itaquera e cruzamento das avenidas Nova
Trabalhadores e José Pinheiro Borges

CLAS.

L-616

N°

26.941/6

ENCAMINHADO À APROV. PELO PROCESSO N° 2011-0.222.339 -1

APROVADO PELA LEI N°

DE

/ /



Folha nº 37 do proc.
Nº 01.535 de 1/1

Adriana Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100.408



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS
SUPERINTENDENCIA DE PROJETOS VIÁRIOS
PROJ 3

Assunto: Plano de melhoramentos viários na SP-IQ

CLAS.

L-616

Local: Polo Institucional Itaquera e cruzamento das avenidas Nova
Trabalhadores e José Pinheiro Borges

Nº

26.941/7

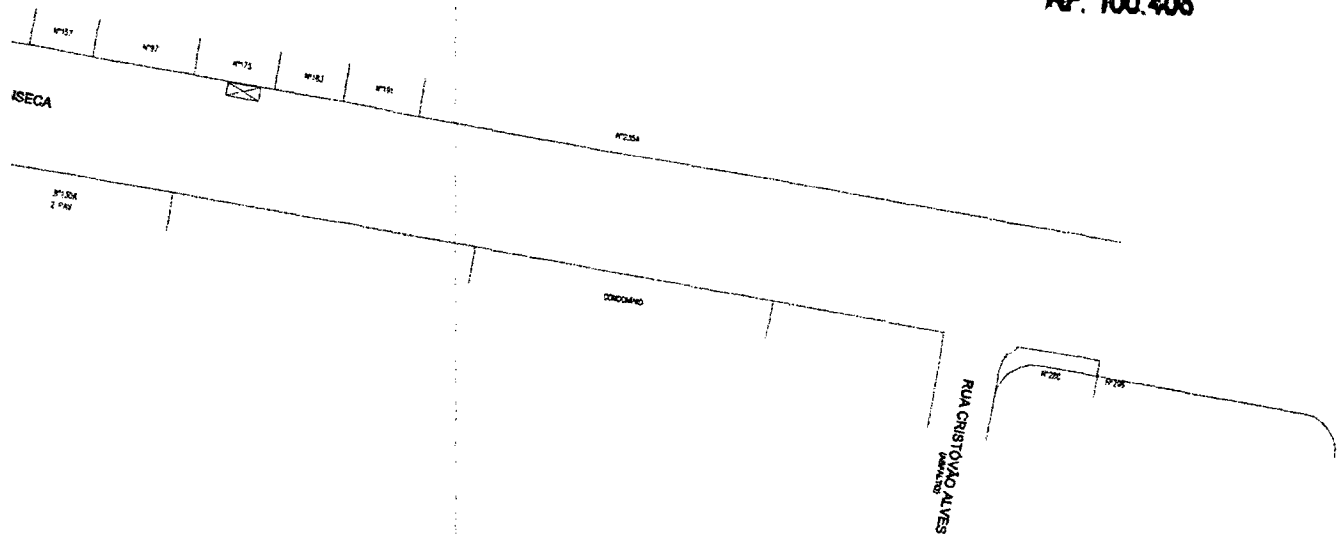
ENCAMINHADO À APROV. PELO PROCESSO Nº 2011-0.222.339 -1

APROVADO PELA LEI Nº

DE / /

Folha nº 38 do proc.
Nº 01-535 de 11

Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS
SUPERINTENDENCIA DE PROJETOS VIÁRIOS
PROJ 3

Objeto: Plano de melhoramentos viários na SP-IQ
Polo Institucional Itaquera e cruzamento das avenidas Nova
Trabalhadores e José Pinheiro Borges

CLAS. L-616
Nº 26.941/8

APROVADO À APROV. PELO PROCESSO Nº 2011-0.222.339 -1

APROVADO PELA LEI Nº DE / /



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 42

do processo nº 02-625 de 20.11.18, 11.11.2011 (a)

Adelina Cicone Batocchio
Assistente Parlamentar
RF 100.406

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das
Proposituras

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

18.11.2011
Jader Augusto Pimenta
JADER AUGUSTO PIMENTA

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo
SGP.22

Recebido em 25/11/11

Setor de Pesquisa

48 78 28.11.11

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL - SÃO PAULO

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento

Isis B. de A. Silva
Coordenadora
07/11/07



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Folha 48
Proc. 001-00535/11
18/05/2011

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 0535/11

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Municipal nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, que aprova plano de melhoramento no Distrito de Itaquera, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.645, de 10 de setembro de 2003, que revoga o plano de melhoramentos viários aprovado pela Lei nº 8.866, de 14 de março de 1979, e aprova novos alinhamentos nos Distritos de Vila Matilde e Penha, Subprefeitura da Penha
- Lei Municipal nº 13.737, de 15 de janeiro de 2004, que revoga parcialmente a Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, e aprova novo plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera, Subprefeitura de Itaquera, especialmente seu artigo 1º;
- Lei Municipal nº 13.738, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza o Executivo a doar área de propriedade municipal situada na Avenida Dr. Luís Aires, Distrito de Itaquera, Subprefeitura de Itaquera, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB/SP;
- Lei Municipal nº 13.762, de 19 de janeiro de 2004, que autoriza a celebração de consórcios com os Municípios de Guarulhos e de Mauá;
- Lei Municipal nº 13.851, de 18 de junho de 2004, que aprova plano de melhoramento nos Distritos de Artur Alvim, Itaquera, José Bonifácio, São Miguel, Lajeado e Guaianases, e dá outras providências, especialmente seu artigo 1º;
- Lei Municipal nº 13.872, de 12 de julho de 2004, que aprova a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacú, especialmente seu artigo 38;
- Lei Municipal nº 14.055, de 28 de setembro de 2005, que revoga parcialmente o plano aprovado pela Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, e aprova plano de melhoramentos viários no bairro Cidade A.E. Carvalho, Subprefeitura de Itaquera;
- Lei Municipal nº 14.880, de 9 de janeiro de 2009, que aprova plano de melhoramentos nos Distritos de Iguatemi e São Rafael, na Subprefeitura de São Mateus;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

42
Pode 101-0558/4
10/11/11
R. 101/11

- Lei Municipal nº 14.883, de 12 de janeiro de 2009, que altera a Lei nº 13.851, de 18 de junho de 2004, que aprova plano de melhoramento nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera, José Bonifácio, São Miguel, Lajeado e Guaianases;

- Resolução nº 402, de 21 de maio de 1970, do Conselho Rodoviário do Município (Sem cópia.).

Cópias dos documentos acima indicados acompanham a presente informação.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls. 03.

São Paulo, 28 de novembro de 2011.

Caio Marcelo de Carvalho Giannini
Procurador Supervisor do Setor de Pesq. e Análise Prévia
CAB/SP 55.289

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : legis

Pesquisa : 8845

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 8.845 19/12/1978 ([ver documento](#))

Revogado(a) parcialmente

Ementa: Aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera, e dá outras providências.

Projeto: Projeto de Lei Nº 227/1978 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Olavo Setúbal

Revogação: Lei nº 13.737/2004 - Revoga parcialmente o inciso I do art. 1º desta Lei.; ([ver documento](#))

Lei nº 13.851/2004 - Revoga parcialmente os incisos I, II e III do art. 1º, no trecho compreendido desde a Avenida Águia de Haia até a Rua Manuel Ribas; revoga totalmente o inciso IV do art. 1º do mesmo artigo desta Lei.; ([ver documento](#))

Lei nº 14.055/2005 - Revoga parcialmente o plano aprovado por esta Lei, e aprova plano de melhoramentos viários do bairro A.E. Carvalho, Subprefeitura de Itaquera. ([ver documento](#))

[[Back](#)]

**Aprova plano de melhoramentos no
Distrito de Itaquera, e dá outras pro-
vidências.**

57
01-0538/78
TAS OESTE 1978
RE. 11.207

Olavo Egydio Setubal, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 14 de dezembro de 1978, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — De acordo com as plantas anexas n.ºs 26.032/1 a 26.032/31-L-616, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricadas pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como partes integrantes desta lei, fica aprovado o seguinte plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera:

- I - Reserva de faixa de área, com largura variável, no trecho compreendido entre a Avenida Águia de Haia e a confluência da Estrada de Itaquera com as Ruas Tomazo Ferrara e Dom Pedro, destinada à implantação de sistema viário — Radial Leste — canalização do Córrego Rio Verde e obras complementares de urbanização, com extensão aproximada de 3.100,00 metros.
- II - Abertura de ruas:
 - a) em prolongamento à Rua Mauá, entre a Estrada de Itaquera e a faixa referida no item anterior, com largura de 17,00 metros;
 - b) em prolongamento à Rua 7 de Setembro, entre a Estrada de Itaquera e a faixa referida no item I, com largura de 17,00 metros;
 - c) ao longo do Córrego Rio Verde, entre a confluência da Rua Serra-na com a Estrada de Itaquera-Carrão até a faixa mencionada no item I, com largura básica de 49,00 metros;
 - d) em prolongamento à Rua Dr. Luiz Aires e a faixa mencionada no item I, com largura mínima de 19,00 metros;
 - e) em prolongamento à Rua Samambaiaçu, entre as Ruas Jurici e Aricurana, com largura de 14,00 metros;
 - f) entre as faixas referidas nos itens I e III, com largura básica de 31,00 metros;
 - g) em prolongamento à Avenida Florindo Campanella e a faixa referida no item I, com largura de 17,00 metros.
- III - Reserva de faixa de área, com largura variável, no trecho compreendido entre a Praça Dona Ana das Dores Carvalho e a Rua Aricurana, na direção Oeste e, na direção Leste, até a Rua Guariuba, destinada à implantação de sistema de interligação viária.
- IV - Formação de praça na área entre a Avenida 25 de Março, Rua Iole Toni Campanella e o leito da Rede Ferroviária Federal S/A.

Parágrafo único — Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos assinaladas nas plantas mencionadas neste artigo.

Art. 2.º — Ficam revogados os alinhamentos estabelecidos pela Lei n.º 4932, de 13 de março de 1956, para a avenida de fundo de vale do Córrego Santa Luzia, no seu trecho final, na direção Sul, a partir da Avenida Águia de Haia.

Art. 3.º — Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão, oportunamente, declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 4.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 19 de dezembro de 1978, 425.º da fundação de São Paulo. — O Prefeito, Olavo Egydio Setubal — O Secretário dos Negócios Jurídicos, Maria Kadunc — O Secretário das Finanças, Sérgio Silva de Freitas — O Secretário de Vias Públicas, Octávio Camillo Pereira de Almeida — O Secretário dos Negócios Extraordinários, Luis Filipe Soares Baptista.

Publicada na Chefia do Gabinete do Prefeito, em 19 de dezembro de 1978. — O Secretário-Chefe do Gabinete, Erwin Friedrich Fuhrmann.

Câmara Municipal de São Paulo

520
01-053571
Isa Maria Rodrigues
RF. 11.197

Base de dados : legis

Pesquisa : 13645

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 13.645 10/09/2003 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Revoga o plano de melhoramento viário aprovado pela Lei nº 8.866, de 14 de março de 1979, e aprova novos alinhamentos nos Distritos de Vila Matilde e Penha, Subprefeitura da Penha.

Projeto: Projeto de Lei Nº 391/2003 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Marta Suplicy

[[Back](#)]

LEI Nº 13.645, DE 10 DE SETEMBRO DE 2003
(Projeto de Lei nº 391/03, do Executivo)

Revoga o plano de melhoramento viário aprovado pela Lei nº 8.866, de 14 de março de 1979, e aprova novos alinhamentos nos Distritos de Vila Matilde e Penha, Subprefeitura da Penha.

)MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, nos termos do disposto no inciso I do artigo 84, do seu Regimento Interno, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - De acordo com as plantas anexas nºs 26.844/1 a 26.844/3, Classificação L-616, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricadas pelo Presidente da Câmara e pela Prefeita como partes integrantes desta lei, fica aprovado plano de melhoramentos, ao norte e sul das vias férreas da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, nos Distritos de Vila Matilde e Penha, na seguinte conformidade:

I. abertura, pelo lado norte, das seguintes vias:

- a) desde a Rua Dr. Heládio até a Rua Mandaguai, com largura variável de 14,00 metros a 21,00 metros;
- b) desde a via aprovada na alínea "a" até a Rua André Francisco, com largura de 9,00 metros;

II. alargamento, pelo lado norte, da Rua Renato, para 14,00 metros, no trecho compreendido desde a Rua Mandaguai até a Rua Chanecó;

III. fixação de alinhamentos:

a) lado norte:

1. junto a atual Praça Benjamin Schalch, desde aproximadamente 120,00 metros aquém do eixo da Rua Guaiaúna até a Rua Major Ângelo Zanchi;
2. lado norte da Rua Cairo, desde a Rua Major Ângelo Zanchi até a Rua Aquilino Vidal;
3. lado norte da Avenida Dr. Orêncio Vidigal, desde o eixo da Rua Aquilino Vidal até aproximadamente 126,00 metros além;
4. da Rua Alvinópolis, desde a atual Praça Benjamin Schalch até a Rua Evans;
5. da atual Rua Projetada, desde a Rua Alvinópolis até a Avenida Dr. Orêncio Vidigal;
6. da Rua Mirandinha, desde a Rua Alvinópolis até a Rua Demini;
7. da atual Rua Leopoldo de Freitas, desde a Rua Alvinópolis até a Rua Celina;
8. da Rua Celina, desde a Rua Atuai até a Rua Maria Carlota;
9. lado oeste da Rua Maria Carlota, desde a Rua Celina até a Rua Alvinópolis;
10. lado leste da Rua Maria Carlota, desde a Rua Alvinópolis até 90,00 metros além;
11. da Rua Nilza, junto à Estação Vila Guilhermina -Esperança do METRÔ, desde o eixo da via aprovada no Inciso I, alínea "a", até a Rua Serra da Prata com 15,00 metros de largura;
12. no lado leste da Rua Alméria, junto à Praça existente, desde a via aprovada no inciso I, alínea "a", até a Rua Serra da Prata;
13. junto à Praça Antônio Alberto, compatibilizados com os alinhamentos da via aprovada no inciso I, alínea "a", até a Rua Renato;
14. da Rua Renato, desde a Rua Chonecó até a Travessa Luiz Alfredo Gozzoli;
15. da Rua São Serapião, junto à Estação Patriarca do METRÔ, desde a Rua Renato até a Rua Buriti Alegre;

b) lado sul:

1. lado leste da Rua Alarico Silveira, desde a Avenida Conde de Frontim até a Rua Dr. Luiz Carlos;
2. da Avenida Conde de Frontim e Avenida Antônio Estevão de Carvalho, desde a Rua Alarico Silveira até a Rua Cabralia Paulista;
3. junto à área ajardinada para acesso à estação Vila Matilde do METRÔ;
4. junto à área ajardinada existente, desde a confluência da Rua Joaquim Marra com a

Avenida Conde de Frontim até o eixo do Viaduto Vila Matilde;

IV - faixa sanitária, pelo lado norte:

- a) desde a Rua Cairo até a Rua Projetada, com largura variável de 6,00 metros a 16,00 metros e extensão de aproximadamente 260,00 metros;
- b) desde a Rua Atuaí até a Rua Maria Carlota, com largura de 40,00 metros e extensão aproximada de 75,00 metros, destinada também à circulação de pedestres;
- c) desde a Rua Maria Carlota até a Rua Evans, com largura de 8,00 metros e extensão aproximada de 135,00 metros;
- d) desde a via aprovada no inciso I, alínea "a" até a Rua Particular (Cód. Log. nº 24.538-0), com largura de 5,00 metros e extensão aproximada de 25,00 metros;
- e) desde a Vela Sem Denominação (Cód. Log. nº 24.539-9) até a Rua Particular (Cód. Log. nº 24.537-2), com largura de 5,00 metros e extensão aproximada de 12,00 metros;
- f) desde a Rua Alméria até a via aprovada no inciso I, alínea "a", com largura de 7,20 metros e extensão aproximada de 338,00 metros;

V - reserva de faixa de área:

- a) lado norte, com largura variável no trecho compreendido desde a Rua Projetada até a Rua Atuaí, e desde a Rua Evans até a Travessa Gaspar André, para implantação do Parque do Rincão;
- b) lado sul, com largura variável no lado leste do Viaduto Vila Matilde, destinada a ajardinamento e acesso ao Viaduto.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias dos alinhamentos constantes das plantas referidas neste artigo.

Art. 2º - Fica revogada a Lei nº 8.866, de 14 de março de 1979, que aprovou plano de melhoramentos nos 3º e 38º Subdistritos, Penha de França e Vila Matilde, respectivamente.

Art. 3º - Para os fins desta lei, os imóveis atingidos pelo traçado ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação ou instituição de servidão.

Art. 4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de setembro de 2003, 450º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

ROBERTO LUIZ BORTOLOTO, Secretário de Infra-Estrutura Urbana

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 10 de setembro de 2003.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Câmara Municipal de São Paulo

Proj. 01-053/11
15/01/2004

Base de dados : legis

Pesquisa : 13737

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 13.737 15/01/2004 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Revoga parcialmente a Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, e aprova novo plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera, Subprefeitura de Itaquera.

Projeto: Projeto de Lei Nº 1/2004 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Marta Suplicy

Legislação explicativa: Lei nº 8.845/1978 - Aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera. ([ver documento](#))

[[Back](#)]

LEI Nº 13.737, DE 15 DE JANEIRO DE 2004
(Projeto de Lei nº 01/04, do Executivo)

Revoga parcialmente a Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, e aprova novo plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera, Subprefeitura de Itaquera.

)MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 14 de janeiro de 2004, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - De acordo com a planta anexa nº 26.887 Classificação L-616, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricada pelo Presidente da Câmara e pela Prefeita como parte integrante desta lei, fica aprovado o seguinte plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera:

I - fixação de alinhamentos da Via 1, desde a Rua Dr. Luiz Ayres (Avenida Radial Leste) até a Avenida Miguel IgnácioCuri, oficializada pelo Decreto nº 36.641, de 18 de dezembro de 1996, com extensão aproximada de 300,00 metros e largura variável de 22,00 metros a 29,00 metros;

II - fixação de alinhamentos na Rua Dr. Luiz Ayres (Avenida Radial Leste), desde 305,00 metros aquém da Via 1 aprovada no inciso I, até a Rua Castelo do Piauí, com extensão total aproximada de 1.195,00 metros.

Art. 2º - Fica parcialmente revogado o inciso I do artigo 1º da Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, que aprovou plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera.

Art. 3º - Para os fins desta lei, os imóveis atingidos pelo traçado ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 15 de janeiro de 2004, 450º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

ROBERTO LUIZ BORTOLOTTI, Secretário de Infra-Estrutura Urbana

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 15 de janeiro de 2004.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : legis

Pesquisa : 13738

Total de referências : 1

01-053301
13738
2007

1/1

Título: LEI Nº 13.738 15/01/2004 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Autoriza o Executivo a doar area de propriedade municipal situada na Avenida Dr. Luis Aires, Distrito de Itaquera, Subprefeitura de Itaquera, a Companhia Metropolitana de Habitação de Sao Paulo - COHAB/SP.

Projeto: Projeto de Lei Nº 897/2003 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Marta Suplicy

[[Back](#)]

LEI Nº 13.738, DE 15 DE JANEIRO DE 2004

(Projeto de Lei nº 897/03, do Executivo, aprovado na forma do Substitutivo do Legislativo)

Autoriza o Executivo a doar área de propriedade municipal situada na Avenida Dr. Luís Aires, Distrito de Itaquera, Subprefeitura de Itaquera, à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB/SP.

MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 14 de janeiro de 2004, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB/SP área de propriedade municipal situada na Avenida Dr. Luís Aires, Distrito de Itaquera, para implantação de conjunto habitacional destinado a funcionários públicos municipais.

Art. 2º - A área referida no artigo 1º, configurada na planta anexa A-13.709/00, do arquivo do Departamento Patrimonial, rubricada pelo Presidente da Câmara e pela Prefeita como parte integrante desta lei, assim se descreve: delimitada pelo perímetro 56-57-58-63-62-61-60-53-54-55-56, com 32.756,49 m² (trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis metros e quarenta e nove decímetros quadrados), remanescente da matrícula nº 110.255, do 9º Serviço de Registro de Imóveis da Capital, de formato irregular, tem início no ponto 56, situado na Via de Ligação, distante 14,24 metros do ponto de cruzamento dos alinhamentos da Rua Dr. Luís Aires e da Via de Ligação; daí segue 119,36 metros, com Azimute de 170º20'39", pelo alinhamento da Via de Ligação, até encontrar o ponto 57; daí deflete ligeiramente à esquerda e segue 40,23 metros, com Azimute de 167º29'44", ainda pelo alinhamento da Via de Ligação, até encontrar o ponto 58; daí deflete ligeiramente à direita e segue 22,06 metros, com Azimute de 169º08'26", ainda pelo alinhamento da Via de Ligação, até encontrar o ponto 63; daí deflete à esquerda e segue 413,46 metros, confrontando com propriedade da Companhia de Habitação de São Paulo (remanescente da matrícula nº 34.674), passando pelos pontos 62 e 61, até encontrar o ponto 60, com os seguintes dados: do ponto 63 ao 62: curva à esquerda; ângulo central: 2º17'35"; raio: 103,00 metros; desenvolvimento 4,12 metros; do ponto 62 ao 61: Azimute de 37º19'08"; distância 22,00 metros; do ponto 61 ao 60: curva à direita; ângulo central: 49º19'02"; raio: 450,00 metros; desenvolvimento 387,34 metros, do ponto 60, deflete à esquerda e segue 377,55 metros, pelo alinhamento da Rua Dr. Luís Aires, passando pelos pontos 53 e 54, até encontrar o ponto 55, com os seguintes dados: do ponto 60 ao 53: Azimute de 289º52'14"; distância 27,59 metros, do ponto 53 ao 54: curva à esquerda; ângulo central: 31º19'24"; raio: 389,46 metros, desenvolvimento 212,91 metros; do ponto 54 ao 55: Azimute de 258º43'07"; distância 137,05 metros; do ponto 55 segue 21,98 metros em curva à esquerda (ângulo central = 97º00'03"; raio = 12,98 metros), pela esquina formada pela Rua Dr. Luís Aires e a Via de Ligação, até encontrar o ponto 56, inicial.

Art. 3º - A área de que trata esta lei foi avaliada em R\$ 7.878.526,14 (sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil e quinhentos e vinte e seis reais e catorze centavos).

Art. 4º - A donatária fica obrigada a:

I - manter na área doanda conjunto habitacional, em conformidade com as diretrizes da legislação pertinente;

II - arcar com todas as despesas oriundas da doação, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento.

Parágrafo único - A seleção dos funcionários públicos beneficiários do conjunto habitacional de que trata o inciso I deste artigo observará os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e igualdade, devendo, ainda, considerar os seguintes critérios, dentre outros:

- I - renda familiar;
- II - renda mensal do funcionário público;
- III - cônjuge ou companheiro(a) funcionário público municipal;
- IV - tempo de serviço público municipal;
- V - em caso de empate, deverão ser considerados como critérios de desempate a composição familiar, dando-se preferência às famílias que possuírem filhos menores de 16 (dezesseis) anos, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, bem como seus dependentes; persistindo o empate, a seleção dar-se-á por sorteio.

Art. 5º - A extinção ou dissolução da entidade donatária, a alteração do destino da área, bem como a inobservância das condições estabelecidas por esta lei ou pelas cláusulas que constarem do instrumento de doação, implicarão a resolução de pleno direito da doação, revertendo ao domínio do Município e incorporando-se ao seu patrimônio todas as edificações, acessões e benfeitorias erigidas, ainda que necessárias, sem direito de retenção e independentemente de qualquer indenização, por parte da Municipalidade, seja a título for.

Art. 6º - Fica assegurado à Prefeitura o direito de fiscalizar o cumprimento das obrigações estatuídas por esta lei e pelo instrumento de doação, o qual deverá prever os encargos cometidos à donatária, os prazos a serem observados e a cláusula de reversão, em caso de inadimplemento.

Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 15 de janeiro de 2004, 450º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 15 de janeiro de 2004.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Câmara Municipal de São Paulo

Folha 60
Proc. nº 01.5535/11
19/01/2004
Marta Suplicy

Base de dados : legis

Pesquisa : 13762

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 13.762 19/01/2004 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Autoriza a celebração de consorcios com os Municípios de Guarulhos e de Mauá.

Projeto: Projeto de Lei Nº 390/2003 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Marta Suplicy

[[Back](#)]

LEI Nº 13.762, DE 19 DE JANEIRO DE 2004

(Projeto de Lei nº 390/03, do Executivo, aprovado na forma do Substitutivo do Legislativo)

Autoriza a celebração de consórcios com os Municípios de Guarulhos e de Mauá.

MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 16 de dezembro de 2003, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar consórcio com o Município de Guarulhos, objetivando a execução das obras de prolongamento da Avenida Nova Trabalhadores (Jacu-Pêssego) e a Rodovia Ayrton Senna da Silva (SP-070), de acordo com as condições estabelecidas no termo de consórcio constante do Anexo I integrante desta lei, rubricado pelo Presidente da Câmara e pela Prefeita.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar consórcio com o Município de Mauá, objetivando a execução de projeto básico de prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego, trecho sul, desde a Avenida Ragueb Chohfi, em São Paulo, até a Avenida Ayrton Senna, em Mauá, de acordo com as condições estabelecidas no termo de consórcio constante do Anexo II integrante desta lei, rubricado pelo Presidente da Câmara e pela Prefeita.

Art. 3º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 19 de janeiro de 2004, 450º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPPLY, PREFEITA

LUIS FERNANDO MASSONETTO, Secretário dos Negócios Jurídicos - Substituto

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

ROBERTO LUIZ BORTOLOTO, Secretário de Infra-Estrutura Urbana

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, aos 19 de janeiro de 2004.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO I INTEGRANTE DA LEI Nº 13.762, DE 19 DE JANEIRO DE 2004

TERMO DE CONSÓRCIO

Consórcio que entre si celebram os Municípios de São Paulo e Guarulhos.

Aos dias do mês de de , o Município de São Paulo, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Marta Suplicy, e, o Município de Guarulhos, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Elói Pietá, celebram o presente Consórcio, de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA I

Os Municípios de São Paulo e Guarulhos ajustam entre si a execução das obras de prolongamento da Avenida Nova Trabalhadores (Jacu-Pêssego) para ligação com a Rodovia Ayrton Senna da Silva (SP-070), no valor total estimado de R\$ 96.800.000,00 (noventa e seis milhões e oitocentos mil reais).

CLÁUSULA II

As obras serão executadas da seguinte forma:

- a) o Município de São Paulo realizará as obras no sistema viário dentro do território de ambos os Municípios, no valor total estimado na cláusula I;
- b) a repartição dos custos será feita de acordo com as obras a serem realizadas dentro da área de cada Município, cabendo ao Município de São Paulo arcar com os custos integrais dos itens 1, 2 e 3 e metade dos valores relativos aos itens 4, 5 e 6 do Cronograma Físico-Financeiro, parte integrante deste Termo, e ao Município de Guarulhos o valor integral do item 7 e a metade dos valores relativos aos itens 4, 5 e 6 do mesmo documento.

CLÁUSULA III

As medições das obras mencionadas nas cláusulas I e II deverão ser aprovadas por representantes indicados pelos Municípios para esse fim. Essas medições serão pagas pelo Município de São Paulo, uma vez aprovadas pelos partícipes, e deverá a parte concernente ao Município de Guarulhos ser quitada anualmente, contra a apresentação de cobrança a ser feita pelo Município de São Paulo.

CLÁUSULA IV

Os Municípios participantes deste consórcio deverão submeter, à apreciação mútua, listade nomes indicados para exercerem a fiscalização conjunta das obras mencionadas nas cláusulas I e II do presente termo.

CLÁUSULA V

A execução das obras, observada a discriminação constante das cláusulas I e II, será efetivada no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura deste termo.

CLÁUSULA VI

Os partícipes deverão consignar, nos respectivos orçamentos de cada exercício, as dotações específicas, a fim de atender às despesas com a realização do objeto do presente consórcio.

CLÁUSULA VII

Para a consecução do objeto deste consórcio poderão ser aportados recursos dos Governos Federal e Estadual, de organismos nacionais e internacionais.

CLÁUSULA VIII

A conservação das obras e demais encargos, após sua conclusão, serão de inteira responsabilidade dos Municípios partícipes, dentro de seus territórios, do mesmo modo que, naqueles limites, as obras serão incorporadas ao patrimônio de cada um.

CLÁUSULA IX

E, por assim estarem acordes, depois de lido e achado conforme, foi este consórcio assinado pelas partes e testemunhas.

São Paulo, de de 2003.

MARTA SUPLICY

Prefeita do

Município de São Paulo

ELÓI PIETÁ

Prefeito do

Município de Guarulhos

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

ANEXO II INTEGRANTE DA LEI Nº 13.762, DE 19 DE JANEIRO DE 2004

TERMO DE CONSÓRCIO

Consórcio que entre si celebram os Municípios de São Paulo e Mauá.

Aos dias do mês de de , o Município de São Paulo, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Marta Suplicy, e o Município de Mauá, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Oswaldo Dias, celebram o presente Consórcio, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I

Os Municípios de São Paulo e Mauá ajustam entre si a execução de projeto básico de prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego, trecho Sul, desde a Avenida Ragueb Chohfi em São Paulo até a Avenida Ayrton Senna em Mauá, no valor total estimado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

CLÁUSULA II

Os serviços citados na cláusula I baseiam-se no estudo preliminar que compõe o Anexo I, integrante deste Consórcio.

CLÁUSULA III

Os serviços serão executados da seguinte forma:

- a) o Município de São Paulo fornecerá o projeto básico e o estudo de impacto ambiental das obras no sistema viário, dentro do território de ambos os Municípios, no valor total estimado na cláusula I;
- b) a repartição dos custos será feita de acordo com os serviços de projeto, topográficos e de desenhos técnicos a serem realizados dentro da área de cada Município, cabendo, estimativamente, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao Município de Mauá e R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) ao Município de São Paulo.

CLÁUSULA IV

As medições dos serviços que compõem as cláusulas I a III deverão ser aprovadas pelos representantes indicados, para essa finalidade, pelos Municípios.

Essas medições serão pagas pelo Município de São Paulo, uma vez aprovadas por ambos os Municípios, e deverá, a parte concernente ao Município de Mauá, ser quitada contra apresentação do projeto básico, a ser feito pelo Município de São Paulo.

CLÁUSULA V

Para a consecução do objeto deste consórcio poderão ser aportados recursos dos Governos Federal e Estadual.

CLÁUSULA VI

E, por assim estarem acordes, depois de lido e achado conforme, foi este Consórcio assinado pelas partes e testemunhas.

São Paulo, de de

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

TESTEMUNHAS:

- 1) _____
- 2) _____

Câmara Municipal de São Paulo

64
01-05-2011
RE: Câmara Municipal
RE: 14.883/2009

Base de dados : legis

Pesquisa : 13851

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 13.851 18/06/2004 ([ver documento](#))

Revogado(a) parcialmente

Ementa: Aprova plano de melhoramento nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera, José Bonifácio, São Miguel, Lajeado e Guaianases, e dá outras providências.

Projeto: Projeto de Lei Nº 34/2004 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Marta Suplicy

Revogação: Lei nº 14.883/2009 - Revoga o inciso II do art. 1º desta Lei. ([ver documento](#))

[[Back](#)]

15
Rec. br. 01-0338/11
10/06/2013
R. 10.107

LEI Nº 13.851, DE 18 DE JUNHO DE 2004

(Projeto de Lei nº 034/04, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)

Aprova plano de melhoramento nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera, José Bonifácio, São Miguel, Lajeado e Guaianases, e dá outras providências.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 15 de junho de 2004, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º De acordo com as plantas anexas nºs 26.881/1 a 13 - Classificação L-616, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricadas pelo Presidente da Câmara e pela Prefeita como parte integrante desta lei, fica aprovado o seguinte plano de melhoramento nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera, José Bonifácio, São Miguel, Lajeado e Guaianases:

I - abertura de via, adequações viárias e obras complementares de urbanização ao longo da faixa desativada da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, desde a Rua Boicorá até o Córrego Itaquera, com largura variável de 25,50 metros a 145,50 metros e extensão aproximada de 7.940,00 metros, aprovando as seguintes obras de arte:

a) Complexo Viário Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores: localizado sob o viaduto na Avenida Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, composto por 2 (dois) viadutos de mesma extensão e 1 (uma) alça de acesso à Avenida David Domingues Ferreira, com extensões aproximadas de 530,50 metros e 192,00 metros, respectivamente, e larguras de 12,65 metros (cada viaduto) e 12,00 metros;

b) passagem inferior na Rua Inajá-Guaçu, com extensão aproximada de 34,00 metros e largura de 14,00 metros;

c) Complexo Viário Nagib Farah Maluf: composto por 2 (duas) passagens inferiores, com extensões aproximadas de 35,00 metros e larguras de 14,00 metros;

d) Ponte sobre o Córrego Itaquera, com extensão aproximada de 30,00 metros e largura de 27,15 metros;

II - prolongamento da Avenida ao longo do Córrego Franquinho, desde a Rua Catende até a via aprovada no inciso I, com previsão de travessia em desnível, transpondo a Avenida Águia de Haia, com extensão aproximada de 660,00 metros e largura variável de 33,00 metros a 68,00 metros;

III - fixação de alinhamento, desde o lado ímpar da Rua José Giordano, até aproximadamente 50,00 metros aquém, reservando área para o prolongamento da Rua Itinguçu;

IV - fixação de alinhamento ao norte da via férrea, junto ao muro existente, desde 40,00 metros além da Linha Imaginária, até a Avenida Águia de Haia, próxima à passagem inferior existente, com extensão aproximada de 245,00 metros;

V - ligação viária e obras complementares de urbanização, desde a Avenida Radial Leste até a Avenida Águia de Haia, a saber:

a) binário junto à Estação Itaquera do Metrô, com extensão total aproximada de 698,00 metros e largura variável de 14,00 metros a 18,00 metros;

b) abertura de via, desde a confluência das vias aprovadas na alínea "a" deste inciso, até a Avenida Águia de Haia, com extensão aproximada de 620,00 metros e largura variável de 28,00 metros a 64,00 metros, compatibilizando-se com a via aprovada no inciso I;

VI - fixação de alinhamentos da via "A", desde a via aprovada na alínea "a" do inciso V, até 43,00 metros aquém;

VII - fixação de alinhamento da Avenida Radial Leste, junto à Estação Itaquera do Metrô, desde sua intersecção com a Linha Imaginária até 360,00 metros além;

VIII - prolongamento da Avenida Radial Leste e obras complementares de urbanização, desde a via de entrada do binário aprovado na alínea "a" do inciso V até a via

66
01-2535
Rodrigo
1977

aprovada no inciso I, através de passagem inferior sob a linha da CPTM, com extensão aproximada de 480,00 metros e largura variável de 25,00 metros a 90,00 metros;

IX - viaduto direcional sobre a pista bairro/centro da Avenida Radial Leste, com extensão aproximada de 241,50 metros e 12,60 metros de largura;

X - prolongamento da Rua Alfredo Costa até a Rua Alzira L. Marzagão, com extensão aproximada de 50,00 metros e largura de 10,00 metros;

XI - alargamento da Rua Porto Amazonas, desde a passagem inferior aprovada na alínea "b" do inciso I, até a Rua Lebon Régis, com extensão aproximada de 100,00 metros e largura de 14,00 metros;

XII - formação de praça na confluência das Ruas Damásio Pinto e Renzo Baldini;

XIII - ligação viária desde a Rua Damásio Pinto até a via aprovada no inciso I, com extensão aproximada de 60,00 metros e largura de 12,00 metros, próxima à Rua Jucuruçu;

XIV - prolongamento da Avenida Nagib Farah Maluf, adequações viárias e obras complementares de urbanização, desde o trecho existente junto à Estação José Bonifácio, até a via aprovada no inciso I, com extensão aproximada de 350,00 metros e largura variável de 93,00 metros a 143,00 metros;

XV - viaduto direcional, interligando a pista local da via aprovada no inciso XIV até a via aprovada no inciso I, com extensão aproximada de 145,00 metros e largura de 11,00 metros;

XVI - prolongamento da via aprovada no inciso I até as proximidades da Estação Guaianases do Metrô, interligando-se em rotatória com a Rua Benedito Leite de Ávila, com extensão aproximada de 576,00 metros e largura variável de 25,00 metros a 44,00 metros;

XVII - alargamento da Rua Tapinhau para 18,00 metros, desde a via aprovada no inciso XVI até a Rua Benedito Leite de Ávila, numa extensão aproximada de 32,00 metros, com implantação de pontilhão para veículos e pedestres até a Rua Boaventura Dias, sobre o Córrego Itaquera-Mirim;

XVIII - 2 (dois) viadutos, transpondo a linha férrea do Metrô, interligando a via aprovada no inciso XVI com a Rua Salvador Gianetti, com extensões de aproximadamente 340,00 metros e 350,00 metros, possuindo, ambos, largura de 9,00 metros;

XIX - ligação viária desde a Rua Benedito Leite de Ávila até a Rua Prof. Alexandre Monat, através de pontilhão transpondo o Córrego Itaquera-Mirim, com extensão aproximada de 51,00 metros e largura de 14,00 metros.

Art. 2º Para os fins desta lei, os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 3º Ficam revogados:

I - parcialmente, o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.849, de 20 de dezembro de 1978, no trecho compreendido desde a Rua Catende até a Avenida Águia de Haia;

II - parcialmente, os incisos I, II e III do art. 1º da Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, no trecho compreendido desde a Avenida Águia de Haia até a Rua Manuel Ribas;

III - totalmente, o inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978;

IV - parcialmente, a Resolução nº 1.305, de 8 de dezembro de 1977, do Conselho Rodoviário do Município, nos seguintes trechos:

a) junto ao Viaduto Jacu-Pêssego;

b) na confluência do prolongamento da Avenida Nagib Farah Maluf, com a via aprovada no inciso I do art. 1º desta lei;

c) na Avenida Salvador Gianetti, próximo à Estação Guaianases do Metrô;

V - totalmente, as Leis nºs 9.059, de 13 de maio de 1980, e 10.499, de 2 de maio de 1988, que aprovaram plano de melhoramento nos Distritos de Itaquera, Guaianases e São Miguel, referente à Rua São Pascal.

RECIBO 67
ENC. 11-030/11
C/O DOUTOR J. AUGUSTO
RF. 11.207

Art. 4º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de junho de 2004, 451º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPPLY, PREFEITA

LUIZ TARCÍSIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

MARCOS QUEIROGA BARRETO, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 18 de junho de 2004.

JILMAR AUGUSTINHO TATTO, Secretário do Governo Municipal

Câmara Municipal de São Paulo

68
PROJ. 13.01-053/11
T. 3. 01-053/11
R. 11.207

Base de dados : legis

Pesquisa : 13872

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 13.872 12/07/2004 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Aprova a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu.

Projeto: Projeto de Lei Nº 137/2004 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Marta Suplicy

Regulamentação: Decreto nº 45.082/2004 - Regulamenta esta Lei. ([ver documento](#))

PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

[\[Back \]](#)

(Projeto de Lei nº 137/04, de Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)

1 de 15

Aprova a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu.

MARTA SUPLICY Prefeita do Município de São Paulo no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 30 de junho de 2004 decretou e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
OBJETIVO DIRETRIZES E ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Art. 1 Fica aprovada a Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu, que compreende um conjunto de intervenções coordenadas pela Prefeitura, com a participação dos proprietários, moradores usuários e investidores, visando promover transformações urbanísticas, sociais e ambientais e melhorias na área de influência da atual Avenida Jacu Pêssego

§ 1º O conjunto de intervenções referido no "caput" deste artigo será implementado considerando-se a legislação pertinente em especial as normas estabelecidas na Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 Estatuto da Cidade, e na Lei Municipal nº 13.430 de 13 de setembro de 2002 Plano Diretor Estratégico

§ 2º A implementação da Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu estará articulada com o conjunto de propostas e iniciativas relativas ao Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste

Art. 2 A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu tem como diretrizes gerais:

- I criar as condições para a atração de investimentos geradores de emprego e renda,
 - II incentivar a instalação de atividades industriais e de serviços na região e estabelecer condições para a sua ocupação racional e produtiva,
 - III melhorar as condições de circulação de pessoas e de distribuição de bens e serviços,
 - IV elaborar projetos de melhoria das condições ambientais e urbanísticas da região do extremo leste da cidade
 - V direcionar a aplicação dos recursos públicos na região
 - VI apoiar a implementação dos planos urbanos e de desenvolvimento da região
 - VII promover a integração inter e intra-regional através da complementação do sistema viário
 - VIII promover a diversificação do uso do solo
- Art. 3 A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu tem como diretrizes específicas:
- I criar condições para incremento e viabilização das atividades industriais, comerciais e de serviços existentes e das que venham a ser implantadas,
 - II implantar em Áreas de Projetos Especiais, um sistema de áreas verdes e espaços públicos especialmente junto aos córregos e áreas de risco de propriedade pública ou privada, por meio da urbanização e remoção da ocupação inadequada ou irregular
 - III promover a melhoria das condições de habitabilidade e a regularização fundiária edilícia e urbanística das áreas ocupadas irregularmente e dos conjuntos habitacionais já consolidados,
 - IV promover a provisão habitacional à população de baixa e média renda mediante implementação de novas tipologias residenciais incentivo a novos empreendimentos imobiliários públicos e privados e adoção dos programas habitacionais de acesso à moradia,
 - V implementar o programa de intervenções constante do Capítulo IV desta lei

Seção I

Da área de abrangência

Art. 4 Fica delimitada a área objeto da Operação Urbana Rio Verde Jacu pelo perímetro assinalado no Desenho 1 anexo a esta lei. Começa no entroncamento da Av. São Miguel com a R. Abel Tavares segue pela Av. São Miguel Av. Água de Hana, R. Pacarana, R. Samambauçu, cruza a ferrovia e a linha do metrô até a R. Davi Banderali, R. Cesar Dias Av. Itaquera, R. Issar Carlos de Camargo Av. Lider R. Pedro de Labatut,

R. Marino Silvani, R. Morubakaba, R. Alvaro Zaver Av. Mar Vermelho, R. Arestim, R. Lenda do Luar R. 108 Av. Arcanduba, Av. Rio das Pedras, Av. Mateo Bet, R. Vitória Azzalin, R. Ângelo Malaniga, R. Eduardo de Martino, R. Felipe Marinetti, R. João Velho do Rego, R. Padre Lorenzo Rossi, Av. Ragueb Chohfi, R. Otavo Faggia, R. Umberto R. Tânia, R. Phobus, R. das Estrelas, R. Forte do Triunfo Av. Ragueb Chohfi, faixa de transmissão R. Anacy Rocha, R. Príncipes dos Piques, R. Bernardo Antunes Rolim, Av. Bento Guelfi Estrada Igatemi, R. Barão Carvalho do Amparo, Estrada São Tiago R. Márcio Beck Machado Av. Souza Ramos, R. Inácio Monteiro, Estrada Igatemi, R. Granadilha, Estrada Nossa Senhora da Fonte, R. Oliveira César R. Doutor Rodrigues de Almeida, R. Cordilândia, R. Ipatinga, R. Maquipo, R. Evaldo Calabrés, R. Irineu Deodoro R. Ervateros, R. Salvador Gineti, cruza a ferrovia, R. 21 Av. Sansão Castelo Branco, R. 15 R. 13 R. Miguel Martins Lisboa, R. Mário Barbosa, R. Francisco Bitancourt, R. Emílio Lamarca, R. Baltazar Cisneros R. Baltazar Barroso, R. Macário da Rocha, R. Paulo Osório Flores R. José Vieira Guimarães, R. Guaritoba de Minas, R. Avinhado, Av. Nordeste, R. Cembura, R. Ivoturuca, Av. Marechal Tito R. Santa Rosa de Lima, R. Dario Ferreira Martins, R. Imeri cruza a ferrovia, R. Pedrosa da Silva, de 15

Av. José Artur Nova, Av. Nitroquímica, R. Benedito B Barreto R. João Lopes Maciel linha do limite do Município R. Japichaua, R. Antonio Egas Muniz, R. Acafrão R. Abel Tavares, encontra com o ponto de origem.

Parágrafo único Os lotes linderos à linha que define o perímetro referido no "caput" deste artigo são considerados pertencentes à sua área de abrangência.

Seção II

Das Áreas de Intervenção

Art. 5º Os parâmetros urbanísticos definidos por esta lei serão aplicados de acordo com as áreas de influência das intervenções propostas assim denominadas e identificadas nos Desenhos 2 e 3 e no Conjunto de Desenhos 5 anexos a esta lei

I eixo viário principal Av. Jacu-Pêssego e Marginais

II centros de comércio e serviços

a) Parque Cruzeiro do Sul

b) São Miguel

c) Imperador

d) Pires do Rio

e) Itaquera,

f) Zona Industrial

III subsectores São Miguel Oeste São Miguel Leste Itaquera

Noroeste Itaquera Nordeste Itaquera Sudoeste Itaquera Sudeste

APA do Carmo ZIR Itaquera, ZEPAG São Mateus

CAPÍTULO II
DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DO ESTOQUE DE ÁREA ADICIONAL

Art. 6 Os parâmetros de uso e ocupação do solo bem como o estoque de área adicional previsto para as áreas definidas no art. 5 são aqueles constantes das Tabelas do Anexo II desta lei observadas as seguintes disposições:

- I as propostas de adesão à Operação Urbana que atenderem os limites dispostos nas Tabelas do Anexo II terão aprovação automática, após deliberação do Comitê Gestor nos termos do art. 31 desta lei ficando dispensadas de aprovação pela Câmara Técnica de Legislação Urbanística CTLU
- II as propostas que não contemplarem os limites dispostos no Anexo II serão submetidas à análise, caso a caso pelo Escritório Técnico e à aprovação do Comitê Gestor e da Câmara Técnica de Legislação Urbanística CTLU
- III para efeito de apresentação das propostas com aprovação automática, considera-se o limite dos valores de Coeficiente de Aproveitamento Taxa de Ocupação Recuos e Gabarito constantes das Tabelas do Anexo II para cada subsector ou área de intervenção
- IV as áreas livres dos lotes resultantes da aplicação dos parâmetros estabelecidos nas Tabelas do Anexo II deverão ter no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua área obrigatoriamente arborizadas e arborizadas sobre terreno permeável
- V deverão ser previstos no interior dos lotes mecanismos de captação e escoamento de águas pluviais para suas áreas permeáveis, evitando-se seu despejo nos sistemas públicos de drenagem

VI a área do volume inferior da edificação definido na Lei Municipal nº 11.228 de 25 de junho de 1992 Código de Obras e Edificações quando ocupada com estacionamento de veículos, não será considerada para efeito de cálculo do coeficiente de aproveitamento

VII nas edificações com taxa de ocupação superior às estabelecidas nas Tabelas do Anexo II será considerada na fórmula de cálculo do volume do reservatório de águas pluviais a área total do lote de modo a possibilitar a captação e armazenamento da totalidade das águas precipitadas, sendo válidos os demais termos da Lei Municipal nº 13.276, de 4 de janeiro de 2002

VIII para efeito de cálculo da contrapartida das propostas de participação na Operação Urbana que implicarem na adoção de taxa de ocupação inclusive para os subsolos superior à prevista nas Tabelas do Anexo II o fator de planejamento (Fp) será majorado em 30% (trinta por cento) sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso VII deste artigo

IX dos coeficientes máximos permitidos por esta Operação Urbana para o uso misto residencial com comércio ou serviços constantes das Tabelas do Anexo II o coeficiente de aproveitamento para os usos não-residenciais será limitado a 1,0 (um)

X dos coeficientes máximos permitidos por esta Operação Urbana para o uso misto industrial com comércio ou serviços constantes das Tabelas do Anexo II o coeficiente de aproveitamento para os usos não-industriais será limitado a 0,5 (cinco décimos)

XI o fator de planejamento para o uso misto de comércio e serviços nos empreendimentos habitacionais de interesse social e de mercado popular será igual a zero sendo o coeficiente de aproveitamento dos usos não-residenciais limitado a 1,0 (um), respeitados os limites estabelecidos nas Tabelas do Anexo II,

XII para os imóveis linderos às Avenidas Ragueb Chohfi, Arcanduba, Sampaio e Souza, Anus Ribeiro, Água de Hana e Estrada do Igatemi fica definido o fator de planejamento (Fp) igual a 0,9 (nove décimos), devendo ser obedecidos os demais parâmetros de cada subsector ou centro de comércio correspondente

I - 70% (setenta por cento) da área para ajardinamento, parques e equipamentos;
 II - 30% (trinta por cento) da área para construção de unidades habitacionais, observado o limite de 90% (noventa por cento) dessa área para HIS e 10% (dez por cento) para HMP e outro padrão.

Parágrafo único. Entende-se por equipamento as construções de pequeno porte destinadas a atividades culturais, educação, esportes, lazer e serviços de manutenção.

Art. 29. Nas Zonas Industriais em Recestruturação e nos centros de comércio e serviços, as áreas dos serviços de apoio às edificações, como creches, berçários, solários, refeitórios, vestiários para funcionários, salas de aula e auditórios, não serão computadas para efeito de cálculo do Coeficiente de Aproveitamento.

Art. 30. Nas edificações caracterizadas como Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular que atenderem aos parâmetros constantes do Anexo II, as áreas de circulação e as áreas comuns não serão computadas para efeito de cálculo do Coeficiente de Aproveitamento.

Parágrafo único. Para fazer uso dos benefícios concedidos à construção de Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular, constantes do Anexo II, o proponente deverá utilizar tipologias colocadas à disposição pela Prefeitura.

CAPÍTULO VI DA GESTÃO DA OPERAÇÃO

Art. 31. Fica criado o Comitê Gestor da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu, com a seguinte composição:

I - 10 (dez) representantes dos seguintes órgãos do Poder Público Municipal:

- a) Gabinete da Prefeitura;
- b) Secretaria do Governo Municipal;
- c) Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
- d) Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano;
- e) Secretaria de Infra-Estrutura Urbana;
- f) Secretaria Municipal de Transportes;
- g) Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;
- h) Subprefeitura de São Miguel;
- i) Subprefeitura de Itaquera;
- j) Subprefeitura de São Mateus;

II - 7 (sete) entidades da sociedade civil, a serem definidas por ato do Executivo, sendo necessariamente 1 (uma) do setor empresarial ligado à indústria, 1 (uma) do setor empresarial ligado ao comércio e serviços, 2 (duas) de trabalhadores, 1 (uma) de moradores da região, 1 (uma) do setor imobiliário e 1 (uma) do setor da construção civil.

Parágrafo único. O Comitê Gestor será coordenado pelo representante do Gabinete da Prefeitura e contará com um Escritório Técnico.

Art. 32. O Comitê Gestor da Operação Urbana Rio Verde-Jacu terá as seguintes atribuições:

- I - deliberar sobre as propostas de adesão à Operação Urbana, a partir da análise e parecer do Escritório Técnico;
- II - gerir os recursos da Conta Especial da Operação Urbana e deliberar sobre sua aplicação, segundo o programa de intervenções constante desta lei;
- III - expedir resoluções sobre procedimentos e outros assuntos relativos à aplicação desta lei;
- IV - aprovar propostas de implementação de programas, convênios e outras parcerias que visem à dinamização da Operação Urbana, a serem propostos e elaborados pelo Escritório Técnico;
- V - deliberar e dirimir dúvidas quanto à aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos nesta lei;
- VI - deliberar sobre a emissão de CEPACs, coordenando a Comissão de Peritos para definição de seu valor e divulgação de tabela respectiva;
- VII - elaborar seu regimento interno.

Art. 33. Fica criado o Escritório Técnico, vinculado ao Gabinete da Prefeitura, com o objetivo de prestar apoio operacional e logístico ao Comitê Gestor da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu.

§ 1º O Escritório Técnico contará com uma estrutura composta por:

- I - 01 (um) coordenador;
- II - 01 (um) representante da Supervisão Técnica de Uso e Ocupação do Solo e Licenciamentos da Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de cada uma das Subprefeituras referidas no inciso I do art. 31 desta lei;
- III - 02 (dois) representantes do Governo do Estado, ligados aos órgãos de licenciamento ambiental;
- IV - outros profissionais de órgãos municipais que se fizerem necessários para a análise e aprovação dos empreendimentos relacionados à Operação Urbana.

§ 2º O Escritório Técnico poderá contar com o apoio de empresas e entidades da sociedade civil, contratadas mediante licitação quando necessário.

§ 3º O Escritório Técnico terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I - receptionar e analisar as propostas de adesão à Operação Urbana;
- II - elaborar pareceres subsidiando o encaminhamento das propostas ao Comitê Gestor;
- III - gerenciar a contratação de serviços, projetos e obras necessários à implementação da Operação Urbana;
- IV - elaborar planos e projetos urbanísticos para a área de abrangência da Operação Urbana;
- V - desenvolver planos e estratégias de captação de recursos para a consecução dos objetivos da Operação Urbana, de acordo com suas diretrizes;
- VI - promover a integração dos agentes públicos e privados para a consecução dos objetivos desta lei;
- VII - coordenar as ações dos diversos órgãos municipais e das Subprefeituras envolvidas;
- VIII - elaborar propostas de convênios e parcerias com agentes públicos e privados;
- IX - aprovar os projetos de empreendimentos participantes da Operação Urbana que dependam do exame de diversos setores da Prefeitura no que se refere às demais disposições da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, à aplicação do Código de Obras e Edificações e à legislação de pólos geradores de tráfego e do meio ambiente, providenciando a emissão dos respectivos alvarás e autorizações.

Art. 34. Fica criada a Conta Especial da Operação Urbana Rio Verde-Jacu, vinculada à realização dos objetivos desta lei e ações decorrentes a cargo da Prefeitura do Município de São Paulo.

§ 1º Constituem receitas da Conta Especial da Operação Urbana Rio Verde-Jacu:

- I - valores em dinheiro ou bens imóveis correspondentes à contrapartida;
- II - rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos;
- III - valores provenientes da venda de Certificados Adicionais de Potencial de Construção - CEPAC;
- IV - quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

§ 2º Os recursos da Conta Especial da Operação Urbana Rio Verde-Jacu, enquanto não forem efetivamente utilizados, deverão ser aplicados em operações financeiras que objetivem o aumento das receitas do próprio fundo.

§ 3º Os recursos da Conta Especial da Operação Urbana Rio Verde-Jacu serão aplicados exclusivamente em investimentos a serem efetivados na Operação Urbana, atendidos os objetivos desta lei, e na execução das intervenções previstas no art. 20.

§ 4º Os recursos auferidos pela Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu também poderão ser utilizados no pagamento das desapropriações necessárias e na promoção e divulgação da Operação.

§ 5º Os recursos referentes ao retorno dos financiamentos das habitações de interesse social deverão ser destinados ao Fundo Municipal de Habitação, que os aplicará necessariamente na produção de Habitação de Interesse Social no interior do perímetro desta Operação Urbana Consorciada.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. O Executivo, por intermédio do Comitê Gestor, fará publicar, no Diário Oficial do Município e em pelo menos um jornal de grande tiragem, relatório semestral com todas as informações referentes à implantação das obras, recursos e receita fiscal auferidos.

Art. 36. A implantação da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu atenderá às exigências da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, mediante a apresentação e aprovação do respectivo Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

Art. 37. Fica o Executivo autorizado a oferecer, como garantia de financiamentos obtidos para a implementação desta Operação Urbana, os Certificados de Potencial Adicional de Construção.

Art. 38. Ficam aprovados os melhoramentos viários constantes do Conjunto de Desenhos 5.

Parágrafo único. Os imóveis atingidos pelos planos viários ora aprovados serão oportunamente declarados de utilidade pública para efeito de desapropriação.

Art. 39. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.

71
DI-053510

Art. 40 Esta lei poderá ser revista decorridos 5 (cinco) anos da data de sua publicação ou após esgotar-se o estoque de área adicional de construção de 3 370 000 00 m² (três milhões, quinhentos e setenta mil metros quadrados)

Art. 41 Para aprovação desta lei não se aplicará o disposto no art. 46 "caput" da Lei Orgânica do Município de São Paulo

Art. 42 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO aos 12 de julho de 2004 451 da fundação de São Paulo

MARTA SUPPLYC PREFEITA

LUÍS FERNANDO MASSONETTO Secretário dos Negócios Jurídicos Substituto

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

ROBERTO LUIZ BORTOLOTTI Secretário de Infra-Estrutura Urbana

GERSON LUIZ BITTENCOURT Secretário Municipal de Transportes

CARLOS ALBERTO ROLIM ZARATTINI Secretário Municipal das Subprefeituras

MARCOS QUEIROGA BARRETO Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

JORGE WILHEIM, Secretário Municipal de Planejamento Urbano

ADRIANO DIOGO Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de julho de 2004

JILMAR AUGUSTINHO TATTO Secretário do Governo Municipal

ANEXO I da Lei n. 13 872, de 12 de julho de 2004

OPERAÇÃO URBANA RIO VERDE JACU

1 DESCRIÇÃO DOS PERÍMETROS DOS CENTROS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

a) Cruzeiro do Sul

Começa na Rua Marechal Rosas, segue pela Rua Antonio de Siqueira, Rua Dr. Ludgero Pinho, Rua Serra de Itaquera, Rua Damascos, Rua Ciane, Rua Claudete da Conceição, Rua São Camilo, Rua Santos Mendes, Rua Cinturão Verde, Rua Maria de Nazaré, Rua Padre Tomaz Joseph Shea, Rua Milton Dionísio, Rua Abel Tavares, Rua Duilio Lenarduzzi, Rua Bigati, Avenida Antonio Augusto de Lima, Rua Guarda dos Ferreiros, Avenida 21 de Setembro, Travessa Mangueirinha, Rua Afonso Moreira Pena, Praça Raimundo Ramos, Rua Estevas de Araujo, Rua Afonso Moreira Pena, Avenida João Batista de Oliveira, Rua Caetano Furquim, Rua Felipe José de Figueiredo, Rua Antonio Carlos Lamego, Rua Belém de São Francisco, Avenida São Miguel, Rua Sapupira, Rua Dr. Chafik Juvenal Chede, Rua Sapupira, Extensão da Rua Sapupira, Rua Mário Alves, Viela Sem Nome, Rua da Tropicália, Rua Varzelândia, Rua Globo do Sol, Rua Flor de Baile, Rua Antonio Louzada Antunes, Rua Sossora, Rua Urumbaba, Avenida Muno de Vêrus, Avenida São Miguel, Rua Marechal Rosas

b) São Miguel

Começa na Rua Salvador de Medeiros, segue pela Rua Jose Dias Miranda, Rua Osvaldo Santini, Rua Mário Rodrigues Fon, Rua Tiago Ferreira, Rua Caetano de Sylvio, Rua Antonio A. Martins, Rua Diego Calado, Rua Ecoporanga, Rua Paulo Vicente, Rua Washington Lopes, Avenida Nordestina, Rua Eng. César Pólito, Rua Maria Branca, Rua Dr. José Guilherme Eiras, Rua Álvaro C. Borges, Praça São João de Cortes, Rua Eva Perico Rachid, Rua Eng. Manoel Osório, Avenida Marechal Tito, Travessa Adelino Guerra, Rua Luis Picolo, Rua Raquel Sinopoli, Rua Severina Leopoldina de Souza, Rua Abatunga, Rua José Ottoni, Rua Rachid Athé, Rua Arlindo Colaço, Rua Salvador de Medeiros.

c) Imperador

Começa na Rua Flor D'Água, segue pela Linha de Transmissão, Rua Japicanga, Rua Lino da Serra, Rua Pantanas do Mato Grosso, Avenida Laranja da China, Rua Dr. Jorge Assunção, Rua Estrelamin, Rua Diego de Salcedo, Rua Augusto Leveck, Rua Padre Orlando Nogueira, Rua Raimundo Gomes Ribeiro, Rua Alfredo da Cunha Martins, Rua Padre Clemente Segura, Rua Tabacarana, Estrada do Imperador, Avenida Coronel Alves Rocha Filho, Rua Paratas, Rua Floco de Neve, Avenida Augusto Antunes, Rua Guarapa, Rua Cairana, Rua Pinheiro do Paraná, Rua Trevo de Santa Maria, Rua Rainha da Noite, Rua Pruva, Rua Flor da Esperança, Rua São Jose do Limoeiro, Viela Sem Nome, Rua Ambrósia, Rua Rodolfo Barbosa de Castro, Rua Jacatata, Estrada do Imperador, Rua Flor D'Água

d) Pires do Rio

Começa na Rua Aureliano José Lessa, segue pela Avenida Afonso Lopes de Baíão, Rua Baltazar Santana, Rua Caja zeiras, Avenida Maria Santana, Rua Erva de Ovelha, Rua Erva de Carpinteiro, Rua Bardana, Estrada do Imperador, Rua Flor do Campo, Rua Fita de Moça, Rua Flor de Pelicano, Rua Grama da Praia, Rua Gravatá do Campo, Rua Nicolau Campa nella, Avenida Pires do Rio, Rua Barbatulão, Rua Craiba, Rua Erva Ianar, Rua Minucio Félix, Rua Flora Souza, Rua Agri mônia, Rua Chico Lopes, Avenida Inajá Guacu, Travessa Elisa Gamin, Rua Laurentino Xavier dos Santos, Rua Marcon, Travessa Sem Nome, Rua José Freire, Rua Erva Goabeira, Rua Fontanezia, Rua Magnetita, Rua Guarapariba, Rua Erva Goabeira, Avenida Ançarinhos, Rua Nífa Eco, Rua Cândida de Carvalho, Rua Samuel de Carvalho, Rua João Vieira, Avenida Pires do Rio, Rua Aureliano Jose Lessa.

e) Itaquera

Itaquera - parte 1

Começa na Rua Santo Cristo, segue pela Rua Jacobina, Rua João de Miranda, Travessa Poyucá, Rua Planaltina do Paraná, Travessa Ivo Paixão, Rua Vitor José de Castro, Rua Catubura, Rua Nova Bassamo, Avenida Pires do Rio, Pista Inferior da Avenida Jacu Pêssego, Travessa Sem Nome, Rua Mariano Moro, Rua São João do Meriti, Rua André Falconieri, Travessa Sem Nome, Rua Manoel Jorge Correa, Avenida Campanella, Rua Olívio Montenegro, Rua Reverendo Alcides Franco, Avenida Campanella, Rua Padre Viegas de Menezes, Avenida Itaquera, Rua Castelo do Piauí, Rua Pinheiro Preto, Travessa Eugênia Fiacre, Rua José Manoel Martins, Rua Barra da Guabiraba, Rua Acotupa, Rua Paulo de Tasso Rodrigues, Rua Américo Salvador Novelli, Rua Indício Alves de Matos, Rua Flores do Piauí, Rua Victorio Santum, Rua Italiana, Rua Sem Nome, Avenida Jacu-Pêssego, Rua Augusto Carlos Baumann, Rua Sábado D'Angelo, Rua Paulo Lopes Leao, Rua Antônio de Moura Andrade, Rua Augusto Carlos Baumann, Rua Cândido Godói, Rua Porto Amazonas, Rua Alberta Hunter, Avenida David Domingues Ferreira, Rua Umarizal, Avenida Pires do Rio, Rua Santo Cristo

Itaquera - parte 2

Começa na Rua Maria A. de Abreu, segue pela Rua Cunha Porã, Rua da Estação, Rua Dr. Paulo Frontin, Lote Desativado da CPTM, Rua Aramar, Rua Rio Fortuna, Rua Cel. Vivida, Rua Joepitanga, Rua Gorti, Rua Tucuxi, Limite da Subprefeitura de Itaquera, Avenida Miguel Inácio Curi, Rua Sem Nome, Avenida Dr. Luiz Ayres, Rua Tomazzo Ferrara, Rua Maria A. de Abreu.

f) Zona Industrial

Lotes lindeiros às Ruas Adriano Bertozzi e Jaime Ribeiro Wright.

2 DESCRIÇÃO DOS PERÍMETROS DAS ÁREAS DE PROJETOS ESPECIAIS

Parque Jacuí

Rua Vilanova de Santa Cruz, Rua Santa Efigênia, Rua Arraial de Catas Altas, Rua Rosa da Venezuela, Rua Rainha do Bosque, Rua São Camilo, Rua Claudete da Conceição, Rua Ciane, Rua Damascos, Rua Serra de Itaquera, Rua Serra da Moeda, Extensão até Av. Dr. Assis Ribeiro, Avenida Dr. Assis Ribeiro, Rua Vilanova de Santa Cruz

Parque Limoeiro

Rua Airi Mirim, Travessa Cleto da Silva, Rua Perpétua do Campo, Avenida Muno de Venus, Rua da Polka, Rua Varzelândia, Rua Arraial de Santa Bárbara, Rua da Tropicália, Rua Mário Alves, Rua Arraial de Santa Bárbara, Avenida São Miguel, Avenida Manoel dos Santos Braga, Avenida César Augusto Romano, Rua Quirino da Silva, Travessa Elza Laranjeira, Rua Semente de Tudo, Rua El Rey, Rua Semente de Tudo, Rua São Pedro do Jequitinhonha, Rua Buranhém, Rua João Tavares, Rua Mário Pait, Rua Manoel dos Santos Braga, Rua Mirassol DOeste, Avenida Laranja da China, Avenida Jacu Pêssego, Avenida São Miguel, Rua Airi Mirim

Parque Jacupeval

Rua Flor da Esperança, Rua Trevo de Santa Maria, Rua Guarapa, Rua Edmundo de Paula Coelho, Rua Daimo Cavallari, Rua Cristóvão Lopes, Estrada do Imperador, Travessa José de Castro Nunes, Rua Rock Estrela, Rua Banquete de Signos, Rua Terra Brasileira, Rua Raça Humana, Rua Tantas Palavras, Rua Benjoero, Rua Encontros e Despedidas, Rua A, Rua Arabela, Rua Subragi, Rua Sem Nome, Rua Arbel, Rua Jequitirama, Rua Cum, Rua Bacurau, Rua Acauã, Rua Carangará, Avenida Catitu, Rua Tubiba, Rua Mutum, Avenida Catitu, Rua Tuuva, Rua Carancho, Avenida Catitu, Rua Mandacua, Avenida dos Agapantos, Rua Cambaxirra, Rua Caunum, Avenida dos Agapantos, Avenida Catitu, Avenida Jacu Pêssego, Rua Flor da Esperança.

Parque das Boas Noites

Avenida André Cavalcanti, Rua Edgard Codazzi, Rua Giovanni Legrenzi, Avenida André Cavalcanti, Avenida Jacu Pêssego, Avenida André Cavalcanti

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : legis

Pesquisa : 14055

Total de referências : 1

72
01-03-11
RECEBUE

1/1

Título: LEI Nº 14.055 28/09/2005 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Revoga parcialmente o plano aprovado pela Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, e aprova plano de melhoramentos viários no bairro Cidade A. E. Carvalho, Subprefeitura de Itaquera.

Projeto: Projeto de Lei Nº 275/2003 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; José Serra

Legislação explicativa: Lei nº 8.845/1978 - Aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera. ([ver documento](#))[\[Back \]](#)

LEI Nº 14.055, DE 28 DE SETEMBRO DE 2005
(Projeto de Lei nº 275/03, do Executivo)

Revoga parcialmente o plano aprovado pela Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, e aprova plano de melhoramentos viários no bairro Cidade A. E. Carvalho, Subprefeitura de Itaquera.

GILBERTO KASSAB, Vice-Prefeito, em exercício no cargo de Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, nos termos do disposto no inciso I do artigo 84 do seu Regimento Interno, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º De acordo com a planta anexa nº 26.868, Classificação P-812, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado o seguinte plano de melhoramentos, no bairro Cidade A. E. Carvalho, Subprefeitura de Itaquera:

I - fixação de alinhamentos junto ao Cingapura Goiti, desde a Rua Guariúba até 30,00 metros além da Rua do Tucuxi;

II - alargamento da viela para 13,00 metros, no trecho compreendido desde a Rua Guariúba até a Rua Joapitanga, numa extensão aproximada de 60,00 metros.

Parágrafo único. Ficam igualmente aprovadas as concordâncias dos alinhamentos constantes da planta referida neste artigo.

Art. 2º Ficam parcialmente revogados os incisos I, II, alínea "g", e III do art. 1º da Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, que aprovou plano de melhoramentos no Distrito de Itaquera.

Art. 3º Para os fins desta lei, os imóveis atingidos pelo traçado ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação ou instituição de servidão.

Art. 4º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 28 de setembro de 2005, 452º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, Vice-Prefeito em exercício no cargo de Prefeito

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 28 de setembro de 2005.

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO, Secretário do Governo Municipal.

Câmara Municipal de São Paulo

740
01-0538XX
ISIS DUE A NOVO
RE. 11.207

Base de dados : legis

Pesquisa : 14880

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 14.880 09/01/2009 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Aprova plano de melhoramentos nos Distritos de Iguatemi e São Rafael, na Subprefeitura de São Mateus.

Projeto: Projeto de Lei Nº 462/2007 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Gilberto Kassab

Notas complem.: - Decretos nºs 50.412/2009 e 50.413/2009 - Declaram de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados nos Distritos do Parque do Carmo e Iguatemi, Subprefeituras de Itaquera e São Mateus, necessários à implantação do prolongamento da Av. Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, aprovado por esta Lei.

- Decretos nºs 50.414/2009 e 50.415/2009 - Declaram de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados nos Distritos de Iguatemi e São Rafael, Subprefeitura de São Mateus, necessários à implantação do prolongamento da Av. Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, aprovado por esta Lei.

[\[Back \]](#)

75
Proj. Nº 01-085/11
1018 Dado 10/08/2009
RE. 11.007

LEI Nº 14.880, DE 9 DE JANEIRO DE 2009

(Projeto de Lei nº 462/07, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)

Aprova plano de melhoramentos nos Distritos de Iguatemi e São Rafael, na Subprefeitura de São Mateus.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 18 de dezembro de 2008, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. De acordo com as plantas anexas nºs 26.916/1 a 11 - Class. P - 1030, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricadas pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado o prolongamento da Av. Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, no trecho compreendido desde 60,00m (sessenta metros) aquém da Rua José Gonçalves Lobo até a divisa com o Município de Mauá, com largura variável de 39,00m (trinta e nove metros) a 218,00m (duzentos e dezoito metros) e extensão aproximada de 6.572,00m (seis mil, quinhentos e setenta e dois metros), nos Distritos de Iguatemi e São Rafael, na Subprefeitura de São Mateus, contemplando as intervenções abaixo descritas:

I - Complexo Viário Av. Ragueb Chohfi x Av. Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, composto por uma passagem inferior, sob a Av. Ragueb Chohfi, alças de acessos, direcionais, melhorias viárias no entorno e áreas destinadas a obras complementares de urbanização;

II - Viaduto São Mateus, na altura da Estaca 1453, propiciando uma travessia inferior, interligando a Rua Confederação dos Tamoios e a Travessa Vereda Tropical, com largura de 18,00m (dezoito metros) e extensão aproximada de 180,00m (cento e oitenta metros);

III - Viaduto São Rafael/Iguatemi, na altura da Estaca 1374, propiciando uma travessia inferior junto à Rua de Servidão, com largura de 18,00m (dezoito metros) e extensão aproximada de 100,00m (cem metros);

IV - Viaduto Sapopemba, na altura da Estaca 1315, transpondo o viário previsto na Av. Sapopemba com seu alargamento e retificação até a altura da estrada da 3ª Divisão e o acesso 1311, com largura variável de 35,00m (trinta e cinco metros) a 58,00m (cinquenta e oito metros) e extensão aproximada de 190,00m (cento e noventa metros);

V - Viaduto São Francisco 2, propiciando a travessia inferior (Retorno 1.299), interligando as Marginais COHAB 1 e 2, na altura da Estaca 1.298, com largura de 15,50m (quinze metros e cinquenta centímetros) e extensão aproximada de 60,00m (sessenta metros);

VI - Viaduto São Francisco 1, propiciando a travessia inferior (Retorno 1.285), interligando as Marginais COHAB 1 e 2, na altura da Estaca 1.284, com largura de 15,50m (quinze metros e cinquenta centímetros) e extensão aproximada de 70,00m (setenta metros);

76
21-05387
1915 03/01/09
DE 11.207

VII - Viaduto COHAB, na altura da Estaca 1271, propiciando uma travessia inferior, com largura de 17,00m (dezessete metros) e extensão aproximada de 100,00m (cem metros), interligando as Marginais COHAB 1 e 4;

VIII - Rotatória 1E e viário de acesso, junto ao Viaduto Nova Mauá, na altura da Estaca 1193, com largura variável de 20,00m (vinte metros) a 86,10m (oitenta e seis metros e dez centímetros) e extensão aproximada de 139,00m (cento e trinta e nove metros);

IX - Prolongamento da Av. Baronesa de Muritiba, da esquina da Rua Dom Giocondo Grotti até a Estrada de Santo André, na altura da Rua Quarenta e Três;

X - Alargar a Estrada da Servidão 6, da Estrada de Santo André até a Av. Rodolfo Pirani;

XI - Alargar a Estrada da Adutora Rio Claro, da Rua Miguel Ferreira de Melo até a divisa com o Município de Mauá.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, os imóveis atingidos pelo traçado ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 2º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 9 de janeiro de 2009, 455º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 9 de janeiro de 2009.

CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

Câmara Municipal de São Paulo

73
01-23511
SIS DADO 23/04/09
RF. 11.207

Base de dados : legis

Pesquisa : 14883

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 14.883 12/01/2009 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Altera a Lei nº 13.851, de 18 de junho de 2004, que aprova plano de melhoramento nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera, José Bonifácio, São Miguel, Lajeado e Guaianases.

Projeto: Projeto de Lei Nº 42/2006 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Gilberto Kassab

[[Back](#)]

78
01-053177
LDB Guerra R. 11.207
RE. 11.207

LEI Nº 14.883, DE 12 DE JANEIRO DE 2009

(Projeto de Lei nº 42/06, do Executivo)

Altera a Lei nº 13.851, de 18 de junho de 2004, que aprova plano de melhoramento nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera, José Bonifácio, São Miguel, Lajeado e Guaianases.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 18 de dezembro de 2008, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. De acordo com as plantas anexas nos 26.910/1 e 26.910/2 Classificação L - 616 do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica revogado o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.851, de 18 de junho de 2004, bem como aprovado o prolongamento da avenida ao longo do Córrego Franquinho, desde a Rua Catende até Rua Boicorá, tendo como diretriz a Rua Durandé, com previsão de viaduto transpondo a Avenida Águia de Haia, numa extensão aproximada de 650,00m (seiscentos e cinquenta metros) e largura variável de 29,00m (vinte e nove metros) a 44,00m (quarenta e quatro metros).

Art. 2º. Para os fins desta lei, os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 3º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de janeiro de 2009, 455º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de janeiro de 2009.

CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

RECEBIDO

Comissão de Constituição e Justiça

Em 28/11/11 As 18h

Th RF _____

HELIO HIDEKI TAKAHASHI
Secretário - RF 11.123

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora

Dalton Siqueira
Para Relatar.
Sala da Comissão de Constituição, Justiça e
Legislação Participativa.
Em 28/11/2011

[Assinatura]
Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias,
nos termos do § 3º do artigo 63 do R.I.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PROCESSO

EM 29/11/11 13:20h

POR João

SAÍDA: 29/11 AS: 16:00

7/Relatar
Sen Adilson
8-12-11
Leito
[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Segue(m) juntado(a) aos autos (data documento(s) rubricado(s)
sob nº _____ e folha de informação nº _____

79

em 08/12/11

HELIO HIDEKI TAKAHASHI
Secretário - RF 11.123



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº	79	do
Processo	04-535/11	
Relatório	Relatório	
Req.	11123	In

LIDO E APROVADO

08 DEZ. 2011

PRESIDENTE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

07 - RPS
07- 00056/2011

Requeiro, nos termos do parágrafo único do art. 66 do Regimento Interno, redução de interstício de 10 (dez) para 5 (cinco) dias para a realização da segunda audiência pública do PL 535/11, de autoria do Executivo.

Sala das Sessões, em

Vereador

Dalton Silvano

CMSP - SP.21 - 08/12/2011 - 15:13 - 000120 - 1/1

[Handwritten signature]

Redução de interstício, de dez para cinco dias, para a realização da segunda audiência pública do PL 535/2011, do Executivo.

N.º	VEREADORES
1	ABOU ANNI
2	ADILSON AMADEU
3	ADOLFO QUINTAS
4	AGNALDO TIMÓTEO
5	ALFREDINHO
6	ANÍBAL DE FREITAS
7	ANTONIO CARLOS RODRIGUES
8	ARSELINO TATTO
9	ATÍLIO FRANCISCO
10	ATTILA RUSSOMANNO
11	AURÉLIO MIGUEL
12	AURÉLIO NOMURA
13	CARLOS APOLINÁRIO
14	CARLOS NEDER
15	CELSO JATENE
16	CHICO MACENA
17	CLAUDINHO DE SOUZA
18	CLAUDIO FONSECA
19	CLAUDIO PRADO
20	DALTON SILVANO
21	DAVID SOARES
22	DOMINGOS DISSEI
23	DONATO
24	EDIR SALES
25	ELISEU GABRIEL
26	FLORIANO PESARO
27	FRANCISCO CHAGAS
28	GILSON BARRETO

N.º	VEREADORES
29	GOULART
30	ITALO CARDOSO
31	JAMIL MURAD
32	JOSÉ AMÉRICO
33	JOSÉ FERREIRA (ZELÃO)
34	JOSÉ POLICE NETO
35	JOSÉ ROLIM
36	JULIANA CARDOSO
37	JUSCELINO GADELHA
38	MARCO AURÉLIO CUNHA
39	MARTA COSTA
40	MILTON FERREIRA
41	MILTON LEITE
42	NATALINI
43	NETINHO DE PAULA
44	NOEMI NONATO
45	PAULO FRANGE
46	QUITO FORMIGA
47	RICARDO TEIXEIRA
48	ROBERTO TRIPOLI
49	SANDRA TADEU
50	SENIVAL MOURA
51	SOUZA SANTOS
52	TIÃO FARIAS
53	TONINHO PAIVA
54	USHITARO KAMIA
55	WADIH MUTEAN

AUTOR

À Comissão de Constituição e Justiça
Em 09/12/2011
CARLOS ROBERTO DA SILVA
Secretário de Apoio Legislativo
SGP.2

Recebido em
CCJUP
08/12/11, 21h30
HÉLIO HIDEKI TAKAHASHI
Secretário - RF 11.120

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Segue(m) juntado(s) neste data documento(s) rubricado(s)
sob nº 80, e folha de informação nº 09/12/11
HÉLIO HIDEKI TAKAHASHI
Secretário - RF 11.120



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 80

do processo nº 01-535 de 20 11 de 09 de 12 de 11 (a) TH

HELIO HIDEKI TAKAHASHI
Secretário - RF 11.123

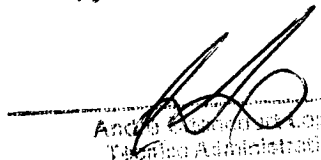
Pedido de vistas ao Vereador/à Vereadora

ADILSON AMADOR

deferido EXTRA 09/12/11

Obs. O prazo para a entrega do pedido é de 2 dias,
nos termos do § 4º, inciso III do R.I.

Segue(m) junta(m), nesta data,
documento(s) n°(s) tr(s) sob n°(s)
81 e 91 e ficha de informação
sob n° 92. 20/12/11


André Luiz de Lemos
Técnico Administrativo
RF 11.004 - SCL/21



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 81 do Proc.
nº 01-535 de 2011
Andre B. Lopes
Técnico Administrativo
01/12/2011

São Paulo, 08 de dezembro de 2011.

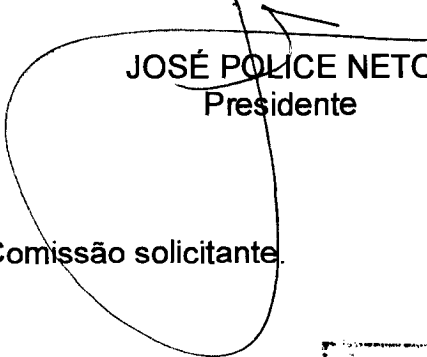
36 - OF-SGP12
36- 00665/2011

Senhor Prefeito,

CÓPIA

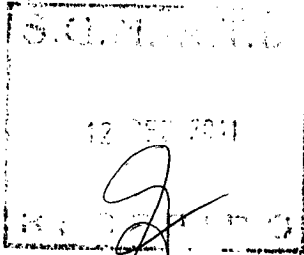
Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, solicito providências junto a Subprefeitura da Penha, para que nos envie subsídios ao Projeto de Lei nº 535/2011, de autoria do Executivo, que "Aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga os dispositivos legais que especifica", para que a Comissão possa emitir parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


JOSÉ POLICE NETO
Presidente

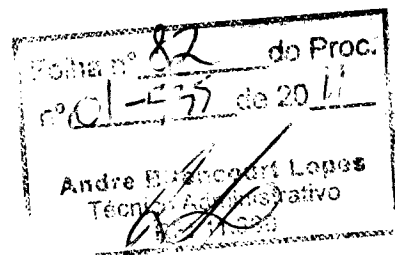
Anexo: Fotocópia do pedido da Comissão solicitante.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo.


12 DEZ 2011
K. J. J. J. J.
Marlene Gimenes da Silva Antonelli
RFI 580.000.000
SON/7/2



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Senhor Presidente

Solicito a V. Ex^a que encaminhe ao Executivo pedido de informações a respeito do **Projeto de Lei nº 535/11**, que aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga os dispositivos legais que especifica. O objetivo é que aquele Poder se manifeste, por meio de seus órgãos competentes, em especial a Subprefeitura da Penha, acerca dos efeitos dos melhoramentos previstos no referido projeto para a região.

Reitero que tais informações são necessárias ao seguro pronunciamento desta Comissão no supracitado projeto de lei, e saliento a importância de se enviar, junto ao ofício de praxe, cópia da folha deste pedido e do projeto de lei.

Vereador Paulo Frange

Presidente da Comissão de Política Urbana Metropolitana e de
Meio Ambiente

Autorizo o encaminhamento, nos termos do
artigo 46 do inciso VIII do Regimento Interno



Vereador José Police Neto

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

08/12/11

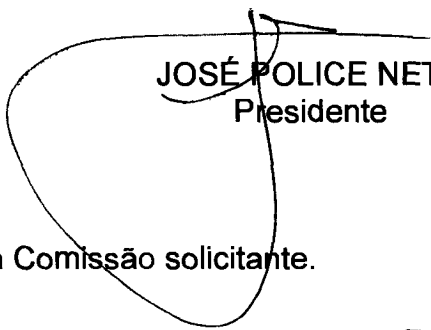
36 - OF-SGP12
36- 00666/2011

São Paulo, 08 de dezembro de 2011.

Senhor Prefeito,

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, solicito providências junto a Subprefeitura de Itaquera, para que nos envie subsídios ao Projeto de Lei nº 535/2011, de autoria do Executivo, que "Aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga os dispositivos legais que especifica", para que a Comissão possa emitir parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


JOSÉ POLICE NETO
Presidente

Anexo: Fotocópia do pedido da Comissão solicitante.

CÓPIA

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo.



Marlene Gizenes Gonçalves Antonelli
RF: 545.562.200
SGM/ATL



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

84
01-535
11

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Senhor Presidente

Solicito a V. Ex^a que encaminhe ao Executivo pedido de informações a respeito do **Projeto de Lei nº 535/11**, que aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga os dispositivos legais que especifica. O objetivo é que aquele Poder se manifeste, por meio de seus órgãos competentes, em especial a Subprefeitura de Itaquera, acerca dos efeitos dos melhoramentos previstos no referido projeto para a região.

Reitero que tais informações são necessárias ao seguro pronunciamento desta Comissão no supracitado projeto de lei, e saliento a importância de se enviar, junto ao ofício de praxe, cópia da folha deste pedido e do projeto de lei.

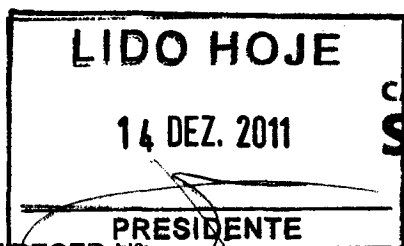
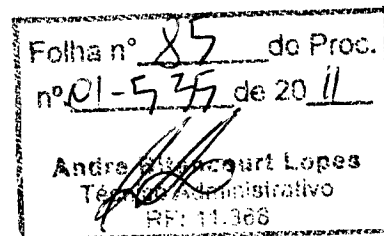
Vereador Paulo Frange

Presidente da Comissão de Política Urbana Metropolitana e de
Meio Ambiente

Autorizo o encaminhamento, nos termos do
artigo 46 do inciso VIII do Regimento Interno

Vereador José Police Neto

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

pl0535-11

PARECEER Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0535/11.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Sr. Prefeito, que visa aprovar plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder, com o objetivo de aprovar o alargamento de vias, a fixação de alinhamentos e a reserva de áreas necessárias à implantação do sistema viário integrante do Plano de Desenvolvimento da Zona Leste, contemplando intervenções junto ao Polo Institucional de Itaquera e no cruzamento das Avenidas Jacu-Pessegueiro e José Pinheiro Borges (Radial Leste), a serem executadas pela DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, por força de convênio celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Município de São Paulo.

O projeto pode prosperar, como veremos a seguir.

Sob o aspecto jurídico, nada obsta o prosseguimento do presente projeto de lei, vez que a propositura dispõe sobre matéria de evidente interesse local, encontrando fundamento no art. 30, inciso I da Constituição Federal e no art. 13, inciso I, da Lei Orgânica.

Por interesse local, segundo Dirley da Cunha, entende-se, não aquele interesse exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo mais direto e imediato. (*in* "Curso de Direito Constitucional", 2ª Ed., Salvador, Juspodivm, 2008, p. 841).

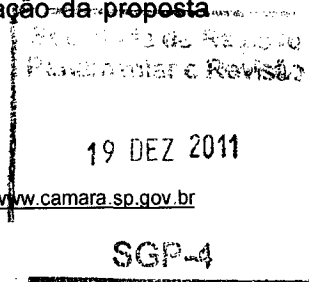
A matéria encontra-se, ainda, dentro da esfera de competência do Prefeito, conforme art. 37, § 2º, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

Com efeito, a decidir quanto à necessidade de realização de obra pública por meio da aprovação de plano de melhoramentos, não configura norma geral e abstrata, mas sim ato específico e concreto de administração, de governo, atribuição exclusiva do Chefe do Executivo.

Compete ao Prefeito, como administrador-chefe do Município, ao qual cabe o exercício do Poder Executivo (art. 56, LOM), decidir sobre a realização de obras públicas.

Como ensina Hely Lopes Meirelles, "a execução das obras e serviços públicos está sujeita, portanto, em toda a sua plenitude, à direção do Prefeito, sem interferência da Câmara, tanto no que se refere às atividades internas das repartições da Prefeitura (serviços burocráticos e técnicos) quanto às atividades externas (obras e serviços públicos) que o Município realiza e põe à disposição da coletividade". Mais do que isso, compete ao Prefeito não somente executar, mas planejar as obras da Municipalidade, "idealizar realizações, analisando, ponderando os elementos necessários à sua econômica e eficiente execução, dentro do esquema geral da administração" (*in* "Direito Municipal Brasileiro", Ed. Malheiros, 6ª ed., págs. 552/553).

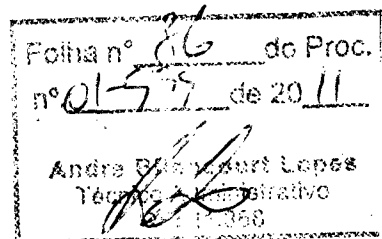
No que concerne ao atendimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal deverão ser juntadas informações que comprovem seu atendimento, até a apreciação da proposta pela Comissão de Finanças e Orçamento.





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

pl0535-11



No que se refere à obediência às normas de Uso e Ocupação do Solo, consta da justificativa que os melhoramentos viários pretendidos observam as disposições do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Itaquera, bem como as diretrizes definidas no Plano de Trabalho do mencionado convênio, que objetiva viabilizar a execução das obras e serviços indispensáveis à consecução do aludido Plano de Desenvolvimento da Zona Leste, informação cujo conteúdo será analisado pela Comissão de mérito competente, que poderá avaliar, ainda, em razão do vulto da obra, a necessidade de solicitar ao Executivo informações quanto à realização de audiências públicas prévias, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto de vizinhança.

A medida fundamenta-se, por fim, no poder de polícia do Município, que visa, na espécie, a tutela do interesse público referente ao traçado urbano.

O quórum de aprovação da proposta, tendo em vista a especificidade da matéria tratada, depende da apreciação da proposta pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Pelo exposto, somos **PELA LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 14-12-11

ARSELINO TATTO

ABOU ANNI

DALTON SILVANO

ADILSON AMADEU

FLORIANO PESARO

ADOLFO QUINTAS

JOSE AMÉRICO

AURÉLIO MIGUEL

DEBORA MARLTON LEITE

MARCO AURÉLIO GUNHA

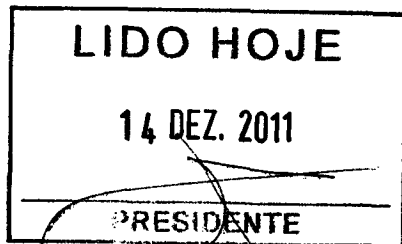
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE 15 / 12 / 2011

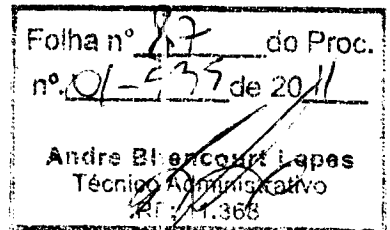
Pág. 86 Col. 01

Conteúdo

SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES
RF. 10.923



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



PARÊCER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 535/11

Trata-se do **Projeto de Lei nº 535/11**, de autoria do Executivo, que *aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga os dispositivos legais que especifica.*

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela **Legalidade** do projeto.

A propositura tem como objetivo promover uma série de melhoramentos na região, entre os quais o alargamento de vias, a fixação de alinhamentos e a reserva de áreas necessárias à implantação do sistema viário integrante do Plano de Desenvolvimento da Zona Leste, contemplando intervenções junto ao Polo Institucional de Itaquera e no cruzamento das Avenidas Jacu-Pêssego e José Pinheiro Borges (Radial Leste), a serem executadas pela DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, por força do convênio celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Município de São Paulo.

As medidas propostas atentam para as disposições contidas no Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Itaquera, aprovado pela Lei 13.885/04, assim como para o mencionado convênio, e procuram estabelecer uma articulação da malha viária local, de modo a implementar obras necessárias à viabilização do Polo Institucional Itaquera.

Considerando que a propositura contribuirá para o desenvolvimento econômico e social, bem como para a qualificação urbana de uma região carente de serviços públicos básicos, a **Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente** manifesta-se **favoravelmente** ao projeto de lei.

A **Comissão de Administração Pública**, por sua vez, considera que o projeto propõe medidas essenciais para a constituição de um importante vetor de crescimento para a cidade, que beneficiará a população de uma forma geral, e manifesta-se de maneira **favorável** à presente propositura.

Tendo em vista que a iniciativa apresenta o mérito de promover melhorias que contribuirão para o aperfeiçoamento das condições locais de acessibilidade e o desenvolvimento econômico da região, a **Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia**, manifesta-se **favoravelmente** à aprovação do presente projeto de lei.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 88	do Proc.
nº 0535	de 2011
Andre Ellenourt Lopes Técnico Administrativo R. 1000	

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 535/11

Quanto ao aspecto financeiro, a **Comissão de Finanças e Orçamento** nada tem a opor, uma vez que as despesas decorrentes da execução da lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, posicionando-se, portanto, com parecer **favorável** ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões Reunidas, em 14/12/11

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PAULO FRANGE

CHICO MACENA

ÍTALO CARDOSO

JUSCELINO GADELHA

QUITO FORMIGA

TÍAO FARIAS

TONINHO PAIVA

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ELISEU GABRIEL

CARLOS NEDER

EDIR SALES

JOSÉ FERREIRA - ZELÃO

JOSÉ ROLIM

MARTA COSTA

SOUZA SANTOS



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 89 do Proc.
nº 21-535 de 2011
Andre Blincoourt Lopes
Técnico Administrativo

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE POLÍTICA URBANA,
METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE TRÂNSITO,
TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA E DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 535/11**

**COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO,
LAZER E GASTRONOMIA**


GILSON BARRETO

AURÉLIO NOMURA


JAMIL MURAD

DAVID SOARES

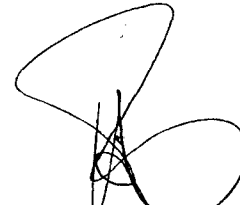
SENIVAL MOURA


DOMINGOS DISSEI


WADIH MUTRAN

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ANTONIO CARLOS RODRIGUES


ANÍBAL DE FREITAS

FRANCISCO CHAGAS


ATÍLIO FRANCISCO

MILTON LEITE

CELSO JATENE


RICARDO TEIXEIRA

DONATO


ROBERTO TRIPOLI

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE 15 / 12 / 2011

Pág. 86 Col. 02

Conteúdo

SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES
RF. 10.923

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 70 do Proc.

Matéria : PL 535 /2011, DO EXECUTIVO

Autor : AURÉLIO MIGUEL

nº 01-535 de 2011
Andre Mitsunori Lopes
Técnico Administrativo

Ementa : Aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Luter. E revoga os dispositivos legais que especifica. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

Reunião : 280ª Sessão Extraordinária

Data : 14/12/2011 - 20:44:53

Nome do Parlamentar

Partido

Voto

ABOU ANNI	PV	Sim
AC. RODRIGUES	PR	Sim
ADILSON AMADEU	PTB	Sim
ADOLFO QUINTAS	PSDB	Sim
AGNALDO TIMÓTEO	PR	Sim
ALFREDINHO	PT	Sim
ANIBAL DE FREITAS	PSDB	Sim
ARSELINO TATTO	PT	Sim
ATTILA RUSSOMANNO	PP	Sim
AURÉLIO MIGUEL	PR	Sim
AURÉLIO NOMURA	PSDB	Sim
CARLOS APOLINÁRIO	DEM	Sim
CARLOS NEDER	PT	Sim
CEL. JATENE	PTB	Sim
CHICO MACENA	PT	Sim
CLAUDINHO DE SOUZA	PSDB	Sim
CLAUDIO FONSECA	PPS	Sim
CLAUDIO PRADO	PDT	Sim
DALTON SILVANO	PV	Sim
DAVID SOARES	PSD	Sim
DOMINGOS DISSEI	PSD	Sim
DONATO	PT	Sim
EDIR SALES	PSD	Sim
ELISEU GABRIEL	PSB	Sim
FLORIANO PESARO	PSDB	Sim
GILSON BARRETO	PSDB	Sim
GOULART	PSD	Sim
ÍTALO CARDOSO	PT	Sim
JOSÉ AMÉRICO	PT	Sim
JOSÉ FERREIRA (ZELÃO)	PT	Sim
JOSÉ POLICE NETO	PSD	Sim
JOSÉ ROLIM	PSDB	Sim
JULIANA CARDOSO	PT	Sim
JUSCELINO GADELHA	PSB	Sim
MARCO AURÉLIO CUNHA	PSD	Sim
MARTA COSTA	PSD	Sim
MILTON FERREIRA	PSD	Sim
NAT. LINI	PV	Sim
NETINHO DE PAULA	PCdoB	Sim
NOEMI NONATO	PSB	Sim
PAULO FRANGE	PTB	Sim
QUITO FORMIGA	PR	Sim
RICARDO TEIXEIRA	PV	Sim
ROBERTO TRIPOLI	PV	Sim
SANDRA TADEU	DEM	Sim
SOUZA SANTOS	PSD	Sim
TIÃO FARIAS	PSDB	Sim
TONINHO PAIVA	PR	Sim
USHITARO KAMIA	PSD	Sim
WADIH MUTRAN	PP	Sim

Totais da Votação :

SIM

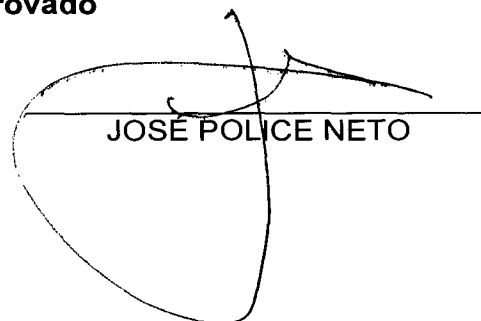
NÃO

50

0

Resultado da Votação :

Aprovado


JOSE POLICE NETO

TOTAL
50
Secretaria de Registro
Parlamentar e Revisão
19 DEZ 2011
SGP-4

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Matéria : PL 535 /2011, DO EXECUTIVO

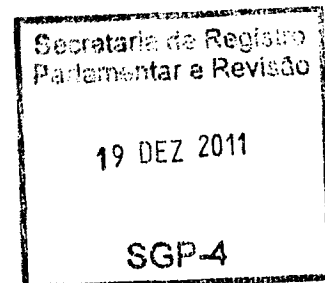
Autor : Mesa

Diário nº 20713 do Proc.
nº 01-535 de 2011
Andre Silveira Lopes
Técnico Administrativo

Ementa : Aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga dispositivos legais que especifica. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

Reunião : 287ª Sessão Extraordinária
Data : 16/12/2011 - 21:54:37

Nome do Parlamentar	Partido	Voto
ABOU ANNI	PV	Sim
AC. RODRIGUES	PR	Sim
ADILSON AMADEU	PTB	Sim
ADOLFO QUINTAS	PSDB	Sim
AGNALDO TIMÓTEO	PR	Sim
ALFREDINHO	PT	Sim
ANIBAL DE FREITAS	PSDB	Sim
ARSELINO TATTO	PT	Sim
ATÍLIO FRANCISCO	PRB	Sim
ATTILA RUSSOMANNO	PP	Sim
AURÉLIO MIGUEL	PR	Sim
AURÉLIO NOMURA	PSDB	Sim
CARLOS APOLINÁRIO	DEM	Sim
CARLOS NEDER	PT	Sim
CELSO JATENE	PTB	Sim
CHICO MACENA	PT	Sim
CLAUDINHO DE SOUZA	PSDB	Sim
CLAUDIO FONSECA	PPS	Sim
CLAUDIO PRADO	PDT	Sim
DALTON SILVANO	PV	Sim
DOMINGOS DISSEI	PSD	Sim
DONATO	PT	Sim
EDIR SALES	PSD	Sim
ELISEU GABRIEL	PSB	Sim
FLORIANO PESARO	PSDB	Sim
FRANCISCO CHAGAS	PT	Sim
GILSON BARRETO	PSDB	Sim
GOULART	PSD	Sim
ÍTALO CARDOSO	PT	Sim
JAMIL MURAD	PCdoB	Sim
JOSÉ AMÉRICO	PT	Sim
JOSÉ FERREIRA (ZELÃO)	PT	Sim
JOSÉ POLICE NETO	PSD	Sim
JOSÉ ROLIM	PSDB	Sim
JULIANA CARDOSO	PT	Sim
JUSCELINO GADELHA	PSB	Sim
MARCO AURÉLIO CUNHA	PSD	Sim
MARCA COSTA	PSD	Sim
MILTON FERREIRA	PSD	Sim
MILTON LEITE	DEM	Sim
NATALINI	PV	Sim
NETINHO DE PAULA	PCdoB	Sim
NOEMI NONATO	PSB	Sim
PAULO FRANGE	PTB	Sim
QUITO FORMIGA	PR	Sim
RICARDO TEIXEIRA	PV	Sim
ROBERTO TRIPOLI	PV	Sim
SANDRA TADEU	DEM	Sim
SENIVAL MOURA	PT	Sim
SOUZA SANTOS	PSD	Sim
TIÃO FARIAS	PSDB	Sim
TONINHO PAIVA	PR	Sim
USHITARO KAMIA	PSD	Sim
WADIH MUTRAN	PP	Sim



Totais da Votação :

Resultado da Votação :

SIM 54
NÃO 0
Aprovado

TOTAL 54

JOSÉ POLICE NETO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 92 v

do processo nº 01-535

de 20

11 2012

/2011

(a)

André Bitencourt Lopes
Técnico Administrativo
RF 11.368

À SGP - 23

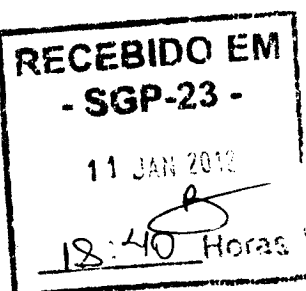
Sr. Supervisor,

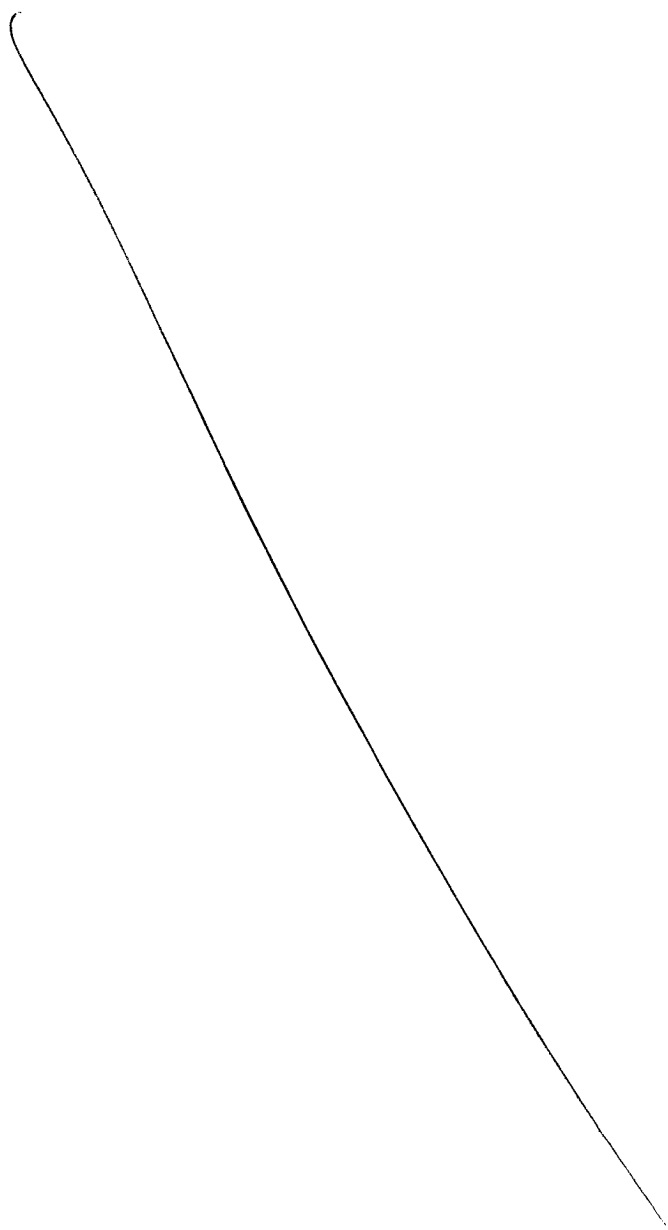
O presente Projeto de Lei foi aprovado em 2ª discussão e votação na 287ª Sessão Extraordinária, no dia 16 de dezembro do corrente.

Encaminho os presentes autos para elaboração dos documentos pertinentes à sanção do respectivo Projeto Legislativo.

20/12/2011

Carlos Roberto da Silva
Secretário de Apoio Legislativo
SGP-2





98 93 97
12 01 12
V



PRESIDÊNCIA

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

SGP.23 nº 5305/11

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência texto da lei aprovada pela Câmara em sessão de 16 de dezembro do corrente, relativa ao Projeto de Lei nº 535/11, de autoria do Executivo, que aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga os dispositivos legais que especifica.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada consideração e respeito.

JOSÉ POLICE NETO
Presidente

Anexo: 01 (uma) via das plantas nºs 26.941/1 a 26.941/8, Classificação L-616.

A Sua Excelência o Senhor
Gilberto Kassab
Prefeito do Município de São Paulo.

JCSS/okm



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

Cópia extraída de fls. 03/05 do processo
(PROJETO DE LEI Nº 535/11)
(EXECUTIVO)

Aprova plano de melhoramentos viários nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder e revoga os dispositivos legais que especifica.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 16 de dezembro de 2011, decretou a seguinte lei:

Art. 1º De acordo com as plantas anexas nºs 26.941/1 a 26.941/8, classificação L-616, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricadas pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado o seguinte plano de melhoramentos no entorno do Pátio de Itaquera do METRÔ, nos Distritos de Arthur Alvim, Itaquera e Cidade Líder:

I - reserva de áreas:

a) no trecho compreendido desde 49,00 metros além da Rua César Dias até a Rua Dr. Luiz Ayres (Radial Leste) e a Avenida Miguel Ignácio Curi, com largura variável de 29,00 metros a 169,00 metros, em uma extensão aproximada de 1.335,00 metros, destinada à abertura de novas vias, com previsão de implantação de viadutos, alças, direcionais e obras complementares de urbanização;

b) no cruzamento das Avenidas José Pinheiro Borges e Jacu-Pêssego (Avenida Nova Trabalhadores), com largura variável, destinada à implantação de alça, direcional, abertura de vias e obras complementares de urbanização;

II - alargamento de vias:

a) da Avenida Itaquera, no trecho compreendido desde a Avenida Líder até a área reservada na alínea "a" do inciso I deste artigo, com largura variável de 20,00 metros a 28,00 metros e extensão aproximada de 600,00 metros, com previsão de rotatória na confluência da Avenida Líder com a Avenida Itaquera;

b) da Rua Dr. Luiz Ayres (Radial Leste), desde 150,00 metros além da confluência dessa via com a Avenida Pe. Estanislau de Campos até 520,00 metros além da Avenida Prof. Eng. Ardevan Machado, interligando-se com o Túnel Jornalista Odon Pereira através de via rebaixada, com largura variável de 39,00 metros a 111,00 metros e extensão aproximada de 2.038,00 metros;

c) da Avenida Miguel Ignácio Curi, desde a área reservada mencionada na alínea "a" do inciso I deste artigo até a Avenida Prof. Eng.

Este documento foi assinado digitalmente em 19/12/2011 às 14:29.

Para verificar a(s) assinatura(s), acesse o documento na versão digital.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ardevan Machado, com largura variável de 25,00 metros a 57,00 metros e extensão aproximada de 730,00 metros, com previsão de rotatória na confluência das citadas vias;

d) da Avenida Prof. Eng. Ardevan Machado, desde a Avenida Miguel Ignácio Curi até a Rua Dr. Luiz Ayres (Radial Leste), mencionadas nas alíneas "b" e "c" deste inciso, com largura variável de 29,00 metros a 44,00 metros e extensão aproximada de 280,00 metros;

III - fixação de alinhamentos:

a) na esquina das Ruas Saíra e Samambaiagu, lado ímpar;

b) no lado leste da Rua Jurici, confluência com a Avenida Nova Radial Leste;

c) da Via A, desde o trecho aprovado no inciso VI do art. 1º da Lei nº 13.851, de 18 de junho de 2004, até 161,00 metros além.

Art. 2º Ficam revogados:

I - a Resolução nº 402, de 21 de maio de 1970, do Conselho Rodoviário do Município, na confluência da Avenida Itaquera com a Avenida Líder;

II - o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.845, de 19 de dezembro de 1978, nos seguintes trechos:

a) na esquina da Rua Saíra com a Rua Samambaiagu, lado ímpar;

b) no setor 143, quadra 62, nas imediações da Estação Corinthians-Itaquera do METRÔ;

c) no lado sul da Rua Dr. Luiz Ayres (Radial Leste), desde a área ajardinada localizada na confluência com a Avenida Pe. Estanislau de Campos até 365,00 metros aquém da Avenida Prof. Eng. Ardevan Machado;

III - o inciso I do art. 1º da Lei nº 13.851, de 2004, no lado leste da Rua Jurici, esquina com a Avenida Nova Radial;

IV - a alínea "a" do inciso V do art. 1º da Lei nº 13.851, de 2004, correspondente ao binário, nos trechos defronte à Estação Corinthians-Itaquera do METRÔ;

V - o inciso VII do art. 1º da Lei nº 13.851, de 2004;

VI - o inciso I do art. 1º da Lei nº 13.737, de 15 de janeiro de 2004;

VII - o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.737, de 2004, desde 305,00 metros aquém da Avenida Prof. Eng. Ardevan Machado (Via 1) até 454,00 metros além;

VIII - o art. 38 da Lei nº 13.872, de 12 de julho de 2004, constante da planta nº 12/25 do Conjunto de Desenhos 5 anexo à lei, nos seguintes trechos:

a) desde o Viaduto Ladeira do Xisto até a Rua Ademir Roldan Pereira;

b) desde a Avenida Campanella até a Rua Rosa Campanella.

Este documento foi assinado digitalmente em 19/12/2011 às 14:29.

Para verificar a(s) assinatura(s), acesse o documento na versão digital.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Art. 3º Para os fins desta lei, os imóveis atingidos pelo plano traçado ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

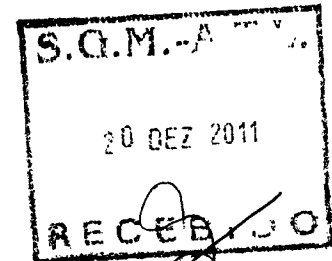
Câmara Municipal de São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

JOSÉ POLICE NETO
Presidente

JCSS/okm



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



Martine Gineiras Giraldi Antonelli
RF: 540.562.200
SOMVATI.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

Recebi ofício SGP-23 nº 5305, de 19/12/11, encaminhando ao Sr. Prefeito texto da lei decretada pela Câmara, relativa ao Projeto de Lei nº 535/11, de autoria do Executivo.

Anexos: 01 (uma) via das plantas nºs 26.941/1 a 26.941/8 – Classificação L-616.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº

48 ✓

do processo nº

01-535

de 20.

11

;

12

, 01

, 12

(a)

À SGP-33,

Senhora Supervisora.

Conforme publicação ocorrida no DOC de 22/12/2011, pág. 03, col. 01/02, foi atribuído a esta matéria o nº de LEI 15.514, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Processo encerrado para esta Unidade.

Folhas 39 a 46 desentranhadas. Processo encerrado com 90 folhas.

Para arquivamento.

SGP-23, 12/01/2012.


JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
n°.....e folha de informação
sob n° 99..... 13/02/2012
..... Eliete L.S.

Eliete Lopes Silvério
RF 11.393 - SGP-33



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha n° 99
do processo 01-535 de 2011 13/02/2012

Eliete L.S.
Eliete Lopes Silvério
RF 11393

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 99 fls.
Arquivado em 13/02/2012
O Funcionário

Eliete L.S.
Eliete Lopes Silvério
RF 11393

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº 102-144 e folha de informação
sob nº 145 14 FEV 2012
Lutz Carlos Thomas Cordeiro - RF 11.060



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Proc. nº 01 – 535/2011

Folha nº 100
Proc. 01. 535/2011
Luiz Carlos Thomaz Cordeiro
Técnico Administrativo
RF 11060

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07 de dezembro de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

REUNIÃO: 12506 DATA: 07/12/2011

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com as presenças dos nobres Vereadores Juscelino Gadelha e Paulo Frange, damos início aos trabalhos da 28ª Audiência Pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que se realiza hoje, 7 de dezembro de 2011. Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br, link auditórios on line.

Esta audiência é para discutirmos a pauta publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, de 3 de dezembro, no *Diário de São Paulo* em 5 de dezembro; e no *Diário Oficial do Município de São Paulo* dias 4, 5 e 6 de novembro de 2011.

Vamos passar à apreciação dos itens da pauta.

PL 535/11, do Executivo. “Apoia o Plano de Melhoramentos Viários de Artur Alvim, Itaquera e Cidade Líder, revogando os dispositivos legais que especifica”.

Foram convidados para discutir os Srs. Rubens Chammas, Néelson Costa, Elton Zacharias, Marcelo Branco, Jurandir Fernandes, Otavio Okano, Eduardo Jorge, Márcio Campos, Coronel Wellington, Luiz Ricardo Pereira Leite e Miguel Bucalem.

Indago quem fará a apresentação do PL 535/11, representando o Executivo. (Pausa)

Informo que o Vereador Chico Macena se encontra presente. (Pausa)

Senhores, sem a aprovação desse projeto não haverá Copa do Mundo porque não tendo melhoramento viário, não teremos como chegar ao Itaquera. Indago da assessoria se não há alguém do Executivo para falar sobre o assunto.

O Secretário Miguel Bucalem quer se manifestar? (Pausa) Insistimos junto ao Secretário Jurandir Fernandes porque o assunto tem um trabalho muito grande junto com o Estado. (Pausa) Vamos fazer uma inversão, deixaremos o PL 535/11 para ser apreciado por último. O Presidente da Casa está buscando alguém do Executivo que possa compor com o Secretário Bucalem e nos ajudar porque o projeto é da maior importância não só para região, mas porque temos um calendário que não tem como mexer, a data da Copa do Mundo. Portanto, vamos deixá-lo para o final para que possamos ouvir plenamente o Executivo.

Peço à assessoria que faça contato com o Secretário Jurandir Fernandes. Seria muito importante porque a região Leste não sabe exatamente quais são as “mexidas” que ocorrerão no sistema viário. A cada dia alguém diz que vai passar uma rua em algum lugar e lá a informação é daqueles que são usuários das vias públicas, de vendedores de cachorro quente, etc. São eles os que mais conhecem do assunto. Através deles, se alguém for ao local saberá tudo que vai acontecer. Mas aqui na Casa vale o que estiver na audiência pública.

Passemos então ao PL 509/11. “Institui o Plano Municipal de Habitação Social da cidade de São Paulo. Já houve as publicações oficiais, e eu gostaria de chamar os representantes da Secretaria de Habitação”. (Pausa)

Beth, você quer compor a Mesa conosco?

Está presente o Vereador Jamil Murad. Obrigado pela presença.

Na última audiência o Secretário Luiz Ricardo Pereira Leite fez uma apresentação. Há mais alguém? (Pausa) Candelária, por favor, componha a mesa conosco.

Aos que quiserem de inscrever, por favor, venham à mesa.

Enquanto a Beth se prepara, estava me lembrando do meu amigo Maná. Imaginem a audiência pública que envolve as hidroelétricas do Norte do país, aonde descobriram quanto problema vai ter. Para chegar na audiência pública tem que ir de barco.

Tereza, você faz a apresentação?

O Secretário Jurandir Fernandes confirmou que não vem.

A Tereza fará primeiro a sua apresentação pessoal para que todos possam conhecê-la melhor.

A SRA. TERESA ERLINGER – Bom dia. Meu nome é Teresa, sou coordenadora do Plano Municipal de Habitação. E o plano que elaboramos na Secretaria de Habitação vem abranger o período de 2009 a 2024, é de médio prazo e está baseado nos preceitos constitucionais, no Estatuto da Cidade, bem como ao que estabelece o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e as metas do milênio.

Ele foi construído, não é um produto contratado por uma consultoria especializada, pelo contrário, vem sendo construído pelos técnicos de Sehab desde 2005, há anos então, e vem no sentido da implementação de um sistema de planejamento de médio e longo prazo para a cidade de São Paulo. Ele começou pela instituição de um sistema de informações habitacionais, o HABISP em que todos os cidadãos de São Paulo podem encontrar informação sobre os assentamentos precários, sobre o atendimento habitacional, sobre os vários programas, projetos e obras que vêm sendo feitos pela Secretaria de Habitação, como também informação sobre zoneamento, parques lineares, obras de saneamento da Sabesp, todos integrados nesse sistema. Ele permite uma visão geral da cidade.

102
01 525 2011
LUIZ
F. G. G.

Temos aqui um mapa com todos os assentamentos precários de São Paulo os loteamentos irregulares favelas e cortiços E a partir de um trabalho bastante minucioso de conhecimento desses assentamentos nós mapeamos cada construção de cada assentamento Por exemplo aqui temos uma foto aérea de Paraisópolis com todas as suas construções desenhadas uma a uma E a partir deste mapeamento, aplicamos uma pesquisa pela Fundação Seade, para verificar o numero de domicílio e o numero de famílias por domicílio em cada uma dessas construções, para a cidade como um todo como vocês podem ver pelas imagens E também cruzamos essas informações com informações sobre zoneamento Aqui temos o mapa das ZEIS em São Paulo Em amarelo, a ZEIS 1, em verde ali embaixo, a ZEIS 3 Além disso temos informações sobre sistema viário a hidrografia da Cidade

A partir de quatro indicadores, quatro informações que estão nesse sistema nós conseguimos mapear quais eram situações mais precárias e as situações menos precárias da Cidade São os indicadores grau de infraestrutura que cada assentamento tem a partir do mapeamento das redes de água e esgoto fornecidas pela Sabesp e a partir de vistorias sobre condição de drenagem iluminação pavimentação, incidência da área de risco geotécnico, que é feito a partir do mapeamento do IPT e cada favela tem o seu mapeamento Nesse exemplo a gente tem o mais alto risco nas cores mais escuras e os mais baixos em cores mais claras Temos um terceiro indicador que é o de vulnerabilidade social, e o quarto que é de saúde

Ou seja, a partir de um retrato das condições de saúde das condições sociais das condições de risco e de infraestrutura nós podemos entender e conhecer melhor a situação das favelas dos loteamento dos nucleos habitacionais – conjuntos e cortiços da Cidade Com isso é possível dar uma nota para cada assentamento, e também saber qual é o melhor assentamento e o “menos pior” No entanto apenas isso não resolve a nossa questão

Para planejar a ação no território, nós agrupamos esses assentamentos Decidimos, então, adotar a sub-bacia hidrográfica como uma unidade de planejamento em consonância com todo o avanço que vem sendo feito no planejamento desde a instauração dos comitês de bacias hidrográficas na década de 90 com os avanços do Programa Guarapiranga, que depois se estendeu para o Programa Mananciais Enfim nós temos mapeados na Cidade todas as bacias hidrográficas, temos o retrato das melhores e das piores No caso as mais escuras são as piores e a pior é naquele marrom mais escuro ao sul, na Represa Billings a Bacia do Ribeirão Cocaia Essas bacias são as que concentram maior numero de assentamentos precários e com o maior índice de precariedade – maior numero de pessoas em situações mais precárias

A partir daí nós definimos em cada sub-bacia um perímetro de ação integrada que congrega vários assentamentos Então hoje a Secretaria não trabalha mais isoladamente – ela não vai para uma favela isoladamente Ela busca uma integração de ação entre favelas e loteamentos num perímetro de ação integrada, e integra ainda a sua ação com a Secretaria do Verde com a implantação de parques lineares e com a Sabesp na implantação das redes de saneamento e coletor tronco Isso vai garantir uma qualidade maior da intervenção uma otimização dos recursos financeiros e uma sinergia maior entre as instituições publicas

Nesse sentido o trabalho social sai do seu foco unico e exclusivo naquele assentamento para fazer um trabalho de construção de redes sociais de apoio que visa melhorar as condições sociais daqueles moradores para além da favela

Esses perímetros de ação integrada foram distribuídos ao longo dos quatro quadriênios Então os mais prioritários estão no primeiro quadriênio, que vai de 2009 a 2012 e depois eles vão sendo distribuídos no segundo no terceiro e no quarto quadriênios conforme mostra o mapa

Temos esse mapeamento das favelas dos loteamentos, dos nucleos dos cortiços e dos perímetros de ação integrada

Em relação às propostas dos programas há três tipos de demanda Uma delas é a inadequação que é aquele tipo de domicílio que pode receber apenas uma melhoria na infraestrutura na regularização fundiária ou na qualidade do domicílio mesmo e ele fica adequado de modo que não precisa ser substituído Então temos os programas de urbanização o programa de mananciais o programa de cortiços e o programa de requalificação da moradia, propriamente Além disso temos programas de apoio à família – Programa Parceria Social, e um programa a ser instituído ainda de subsidio ao aluguel E o um terceiro grupo de programas, que são aqueles necessários para a substituição, para a construção de uma nova moradia, que são os programas de provisão habitacional

Aqui é um foco na zona Norte apenas para exemplificar Aqui são os perímetros de ação integrada por sub-bacia Aqui temos a Sub-bacia do Cabuçu de Cima Mapeamos todas as intervenções que serão feitas – Rodoanel, extensão do corredor MTU Enfim para todos os perímetros nós fizemos um apanhamento dos recursos necessários E aqui um resumo bem geral do que precisamos de recursos

REUNIÃO: 12506 DATA: 07/12/2011

financeiros.

Para o programa de regularização e urbanização de assentamentos seriam necessários cerca de 20 bilhões, e as obras, já andamento, beneficiam 174 mil famílias, 20 mil unidades em construção, 280 cortiços em obras e 1200 cartas de crédito fornecidas pela CDHU, num valor de seis bilhões em investimento.

Para implementar o subsídio ao aluguel, precisaríamos de cinco bilhões, e, na parceria, 200 milhões. Em andamento, há 12 famílias no aluguel e 4 mil famílias na parceria – sendo que este número aumentou no mês passado.

Temos a necessidade de construir, em 2009, 227 mil domicílios, e, até 2024, mais 480 mil domicílios nas faixas de renda de 0 a 6 salários mínimos. É bastante coisa.

Em processo de trabalho: 53 prédios em desapropriação; 2 mil unidades previstas para a Nova Luz; 12 mil unidades previstas para as operações urbanas Água Espraiada, Faria Lima e Água Branca; e convênios, em estudo ou já assinados com o Minha Casa, Minha Vida, que são em torno de 15 mil unidades.

Necessitamos, para tudo isso, de 40 km² de terreno, algo que hoje não temos. E esse é um gargalo do Plano, mas, na verdade, de todas as cidades brasileiras: ter terreno ou imóvel em condições de custo adequado à HIS.

Temos 17 km de ZEIS, mas são necessários 40 km. E temos meio quilômetro em desapropriação. Então, na verdade, é um desafio. Precisaríamos de 91 bilhões para investir em todos esses programas, dos quais 61 bilhões precisam ser diretamente aplicados para subsidiar as famílias de 0 a 6 salários mínimos.

A Prefeitura consegue aplicar, hoje, anualmente, um bilhão e meio de reais, inclusive com recursos de orçamento próprio: 61%, em torno de 920 milhões ao ano, provém da Prefeitura; 15% provém do Governo do Estado, através de convênio com o CDHU; e 24% através de convênios com o Governo Federal.

Precisaríamos de 3,8 bilhões. Ou seja, faltam 2 bilhões e 300 milhões.

Entendemos que, aprovada a PEC da Moradia no âmbito federal, conseguimos ter um aporte de recursos federais que inverta essa proporção, permitindo-nos atender, em termos de recursos financeiros, o que é previsto.

Em linhas gerais é isso. A versão completa do plano está disponível do site do Habisp.

Era o que tinha a dizer por ora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Tem a palavra o Vereador Juscelino.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Em primeiro lugar, quero parabenizar a Sehab pelo trabalho desenvolvido através desse projeto que institui o Plano Municipal de Habitação.

Sabemos que há um conjunto de dificuldades muito grande na cidade de São Paulo, pelas suas diferenças. Há lugares que possuem índice de IDH muito forte, como, por exemplo, a região norte, a região do Jaconá, principalmente, e a região sul, onde há pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. E acho que esse plano mirou muito essa questão de melhoria da qualidade de vida das pessoas, e também abordou o problema dos cortiços, principalmente na área central e em seu entorno – Mooca, Alto da Mooca, Cambuci, (Ininteligível) e Bela Vista –, onde há maior concentração de cortiços na cidade de São Paulo. Então, de uma forma ou de outra, está medido a dificuldade que as pessoas encontram em sua moradia.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu acho que é um plano que tem todas as condições para ser um plano de realidade. Não sei, porque não acompanhei a questão orçamentária, enfim, o orçamento necessário para executar esse plano. Acho que o plano está bom. Acho que falta dinheiro, agora, para implantá-lo. Acho que é nesse sentido que a Sehab e a Hab vão buscar isso. Não sei como foram alocados os recursos para o orçamento do ano que vem – se tem uma complementação, uma parte disso.

Aliás, você podia dar um quadro para a gente de como está essa questão financeira.

Mas esperamos que, nos próximos anos, esse plano seja, de fato, executado na cidade de São Paulo.

Se você tiver algum número em relação à questão orçamentária, seria bom. Senão, pedimos para buscar o orçamento.

A SRA. TERESA ERLINGER – O detalhe do orçamento deste ano eu não tenho em mãos. Mas sempre temos previsto esse investimento em torno de 900 milhões, um bilhão, com recursos que hoje também vêm pelo Fundo de Saneamento. E o Governo Federal tem também a intenção de ir aplicando mais recursos, à medida em que obtiver a aprovação dessa PEC da moradia. É interesse de todo mundo investir na cidade de São Paulo. Agora, o que importa num plano desse horizonte temporário, de médio prazo, é que ele consegue quantificar as necessidades e onde estão os gargalos. Então há gargalo na questão fundiária e na questão financeira. Na questão financeira até menos, e na fundiária talvez um

pouco mais

E o que importa é que a gente consiga construir uma trajetória “Bom então vamos atacar esses dois principais problemas” E os Governos Federal e Estadual que também tem os seu planos elaborados também têm esse interesse de convergir os recursos para a Cidade

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - Teresa há um duvida com relação ao plano aquilo que estamos contemplando é aquilo que está se projetado e que necessitamos? Está sendo atendida aquela demanda reprimida? Porque onde a gente anda na Cidade tem alguém inscrito em algum desses programas esperando casas há cinco seis oito dez anos Esse passivo todo vai ser contemplado antes? Em que momento ele vai ser contemplado?

Aqui eu vejo uma senhora a Dona Maria Zilma do Movimento de Moradia Infelizmente os movimentos não tiveram acesso a essas informações para estar aqui hoje Mas a qualquer um, se perguntar eles vão dizer que estão aí há dez anos esperando casa há 15 anos esperando casa Lembro ainda quando Erundina esteve lá Começa a repetir nome de pessoas Jânio Quadros E eles continuam sem casa

Aí fala “Ah mas esse pessoal está cadastrado” Ele foi cadastrado pelo menos umas vinte vezes Cadastrado pelo serviço social da Prefeitura por uma empresa terceirizada, foi cadastrada pelo pessoal do CDHU, e agora pelo Governo Federal Então a mesma pessoa deve estar cadastrada em vários programas Como a gente consegue identificar qual é a real necessidade?

Primeiro não temos um cadastro unico para aqueles que vão buscar esse espaço, não existe um cadastro unico

Na rua que eu moro inclusive eu sei do caso meu zelador que tem um bocado de cadastro E aí como não saiu nada, ele me deu a boa notícia de que conseguiu comprar 57m², ali perto da Rua Diana sem garagem, novinho por 150 mil reais para pagar em 30 anos A loucura que ele fez de ficar morando num lugar caro ali do lado e não vai conseguir fazer supermercado na região Ele viveu a vida toda em Perus, esperando e agora resolveu ficar ali porque achou um gerente de banco que fez a documentação dele e ele entrou

Eu queria sair do patamar de plano projeto, proposta sonho Aliás tem que ler um livro de um paraibano chamado *Sonho e Feijão* Vamos falar de feijão Não é crítica Teresa mas de verdade como dizer o seguinte para a periferia “Meu o negócio é o seguinte tem um plano de habitação do município O senhor está aqui A sua casa vai sair mais ou menos daqui a cinco anos seis anos oito anos dez anos O senhor está cadastrado? O seu numero é? E agora volto a insistir no raciocínio anterior

Havia uma desconfiança enorme sobre a fila de transplante renal Trabalhei a vida inteira com cardiologia e tínhamos muito pacientes transplantados de rim, e havia muita gente que passava na frente mesmo Porque vinha de Rondônia, chegava aqui, transplantava primeiro e ia embora Agora está tudo na internet, não tem como furar A não ser que seja por gravidade

Então também aqui nós temos a pessoa cadastrada Se ele agora está numa área de risco 4, e nós sabemos quais são os nomes, porque o instituto fez uma pesquisa muito boa, e por isso nós temos certeza de quem está na área de risco 4 nós temos que priorizar aquele momento para poder atender uma demanda emergencial E para isso precisaríamos ter um estoque regulador O que eu queria era encontrar no plano, em que lugar que a gente pode ficar seguro de que estamos aprovando um plano de habitação-feijão – que não seja sonho Porque aí vai mudar o governo e vai vir um outro plano mudando esse, jogando o pessoal para mais dez anos Daqui a quatro anos muda o governo aí vem outro plano

Falo isso porque uma boa parte dos Vereadores desta Casa vem repetindo legislatura Eu estou indo para a quinta, e estou ouvindo isso desde que cheguei aqui Quando cheguei aqui já tinha Vereador indo embora falando que ouviu tudo isso também De prático, onde vai ficar? Porque os numeros aparecem mesmo

Ontem numa mágica apareceu quase 1 bilhão no Orçamento 700 milhões Pá! Surgiu Foi fabricado Papel aceita mesmo Vemos ali que tem mais 6 bilhões 8 bilhões e aí falamos que na Faria Lima bem no nosso nariz tem 180 milhões guardados desde 1995 porque não conseguimos gastar para fazer sequer uma casinha, dentro da Operação Urbana Faria Lima onde o mundo inteiro desce de helicóptero Se não olhamos aqui, imaginem em Guaianases

Entendeu Teresa Eu queria ouvir da Habitação, aproveitar que a Bete está aqui que é uma pessoa sensível e sabe do que estou falando porque nós vivemos o outro lado

Estou, de novo insistindo O Vereador Juscelino é um bruto pé de barro aqui tem outro pé de barro vamos conosco no final de semana para a periferia tomar cafezinho na casa da D Zilma na casa do pessoal que está lá na ponta e está sempre com uma lista de nomes E não muda

O que quero entender é se nesse plano temos um cronograma? O que vai ser entregue? O que está assinado? Quando é que começaremos a ver isso acontecer?

Porque fica complicado demais quando digo que vamos fazer tudo isso aí e só tem 0,38% do território do

Município para tudo isso Como que põe esse pessoal aqui? Nem em prédio de 100 andares conseguiremos

O que temos dedicado de território para implantar esse projeto não será em São Paulo poderá ir para Cotia Embu Não consigo raciocinar com esse numero onde coloco tanta gente sem área sem terreno Na periferia todos sabem que não tem terreno porque eles ficam procurando para vir contar para a Bete onde acharam um terreno novo Mas quando esse terreno é somado, sempre tivemos essa conta, mais ou menos 0 5% do território do Município de São Paulo é ZEIS É muito pouco para atender a essa demanda, mesmo fazendo vertical com quatro andares

O SR JUSCELINO GADELHA - Apenas acrescentando ao que o Presidente falou esse projeto não está pautado na extraordinária É importante que a Secretária Bete e o Secretário Ricardo conversarem com o Líder do Governo para saberem se esse projeto estará pautado no pacote dos projetos que serão votados no final do ano

Chegou agora o relator do Orçamento eu perguntei agora qual era o dinheiro que tinha no Orçamento creio que o Vereador Milton Leite poderia dizer para nós

O que o Paulo colocou do cadastro creio que o grande problema que temos nos movimentos sociais hoje é que o movimento vai migrando e recebendo Então há uma fábrica de movimentos que é um tipo de suga-suga vai migrando e tirando dinheiro da Habitação para o que é de interesse social Ou seja eles vão migrando e recebendo dinheiro de vários temas Sai daqui vai para o outro lado e vai recebendo Se tivesse um cadastro unificado do Governo Federal do Estado e do Município creio que ficaria muito mais fácil Bateu o CPF da pessoa e saberíamos se está cadastrada em algum lugar Há um descontrole nisso

É necessário saber também qual é o cronograma financeiro para implantar o projeto do Plano Em 2012 precisaremos de tanto em 2013 tanto 2014 de tanto e você, conosco e com o Executivo poderá fazer um cronograma para executar de fato o Plano Municipal de Habitação Senão será aquilo que o Vereador Paulo disse passará muitos anos e não conseguiremos fazer o Plano e só estaremos discutindo

A SRA ELISABETE FRANÇA - Bom dia a todos Presidente Paulo Frange A primeira informação que gostaria de passar aos senhores é que desta vez estamos utilizando recursos da Operação Urbana Faria Lima e Água Espraiada para construir unidades habitacionais

Estamos construindo no Real Parque 1 200 unidades inclusive todos estão convidados porque no dia 12 vamos entregar o primeiro bloco para a população que mora ali Na Água Espraiada estamos construindo cerca de mil unidades temos contratadas mais 4 mil unidades para início de obras no começo do ano

Já estamos com 6 100 unidades É a primeira vez no Município de São Paulo que utilizamos recursos da Operação Urbana para habitação de interesse social que como o senhor falou creio que é muito positivo

Em relação ao Plano, nos seus anexos é bastante detalhado e é possível saber para as famílias que moram em cada assentamento qual é o quadriênio da intervenção

Quanto às famílias que estão em cadastro há muitas décadas hoje está uniformizado o atendimento dos programas federal, estadual e municipal Há uma resolução do Governo Federal quando são utilizados recursos do Programa Minha Casa Minha Vida que estabelece áreas de risco famílias de maior antiguidade no cadastro, com mais filhos etc , há uma resolução do Conselho Municipal da Habitação que também estabelece algumas particularidades com relação a São Paulo, há um cadastro oficial – para o federal estadual e municipal – que é o da COHAB

É possível preencher esse cadastro pela internet no portal da Prefeitura é muito simples Se a pessoa tiver alguma duvida temos a Central da Habitação na Rua São João, onde a pessoa pode esclarecer os cadastros antigos

Temos atendido na sequência mas hoje o cadastro da COHAB tem 800 mil inscritos para pessoas de um a seis salários mínimos

Os recursos federais só agora estão sendo utilizados no Município de São Paulo são importantes, eram 3 salários mínimos no Minha Casa, Minha Vida Mas imaginamos que agora que aprendemos o caminho - o CDHU também o Governo do Estado com seu novo programa habitacional - a fila com certeza está andando mais rapidamente

O Plano estabelece claramente essas prioridades

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - Ok A nossa preocupação com habitação de interesse social nas intervenções urbanas é que está saindo, mas ficou 15 anos sem fazer uma casa Entendeu Bete?

Moro ao lado daquela que é uma das mais tristes intervenções urbanas do planeta chamada Água Branca Nunca fizeram uma casinha justamente para quem precisava Ainda estão desapropriando

REUNIÃO 12506 DATA 07/12/2011

terreno para fazer e a Operação já está acabando. Já vamos mudar. Na verdade aquilo virou um enorme vazio, tinha terreno de sobra, ninguém usou o terreno que precisava. Al todo mundo vai comprando terreno, vai verticalizando e fazendo o que interessa e vamos deixando o pessoal ir mudando para a Serra da Cantareira, para Brasilândia, não tem outro lugar.

Temos inscritas duas pessoas, Maria Zilma e Laerte Brasil. Antes tem a palavra o Vereador Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA – Obrigado, Presidente, cumprimento a Sra. Bete França, a Teresa e dizer que somos parceiros e solidários porque constantemente levamos os conflitos, as angústias e a Bete sempre nos recebe para tentar resolver esses problemas da cidade de São Paulo que são agudos.

A respeito dos programas de assentamentos precários, temos percebido que há atuação muito forte em Paraisópolis, Heliópolis e na região do Guarapiranga, na área de mananciais, como uma intervenção que não é pequena, é algo volumoso, vultoso e importante para a cidade de São Paulo. Pergunto se há outro projeto em vista a médio e curto prazo em outras áreas da cidade.

Há 12 mil famílias no Programa Bolsa Aluguel, é isso? Recebemos um número na Câmara que era em torno de 17 mil.

- Manifestação fora do microfone

O SR. CHICO MACENA – Então são 17 mil mesmo.

Na área do Programa de Provisão Habitacional, temos um déficit, talvez a maior dificuldade de atuação hoje. Então a Teresa falou que temos uma necessidade de 40 quilômetros quadrados de área, mas temos 17 de ZEIS. Há algum planejamento de gestão em cima dessas ZEIS porque sabemos até que uma parte são áreas particulares, mas é necessária uma gestão do poder público para garantirmos pelo menos dos 40 quilômetros, dá um pouco menos de 50% da necessidade.

Percebemos constantemente uma pressão na Câmara Municipal de São Paulo para mudança de ZEIS. Sempre há um projeto de alteração. Temos resistido, brigado, para não alterar ZEIS, houve uma tentativa de algumas áreas a zona Leste, houve uma discussão anterior de permuta de áreas mais centrais para jogar as ZEIS para a periferia, voltando os problemas da infraestrutura da cidade, agora no momento seguinte discutiremos o Piritubão onde há duas ZEIS na área, estamos defendendo que permaneçam, indicaremos claramente o que será feito naquelas áreas, são 140 mil metros quadrados. Enfim, há algum projeto ou programa, alguma gestão, para que utilizemos essas ZEIS o mais rapidamente possível, de forma que não fiquem ou para especulação ou para ser objeto de pressão daqueles que as detêm, para que haja mudança de zoneamento.

Sabemos que muita gente guardou isso esperando alterar esse quadro na revisão do Plano Diretor do Município de São Paulo.

Sobre os recursos financeiros, o Vereador Paulo Frange falou sobre as Operações Urbanas. Pergunto se dentro do que será arrecadado nas Operações Urbanas, temos no mínimo 10% destinados à moradia de interesse social. Agora a lei diz no mínimo e o problema é que só usamos o mínimo de 10%. O Executivo sempre tem trabalhado com o mínimo. Há um debate nesta Casa para aumentar os CEPACs da Faria Lima, o Executivo mandou uma proposta de mais 500 mil. Estamos discutindo se há necessidade dessa quantidade porque o próprio técnico do Executivo que esteve presente afirmou que 300 mil seria mais do que necessário.

Suponhamos que se fossem 300 mil ou os 500 mil, se for o valor que foi negociado no último leilão ou seja, 4 mil reais cada título, poderíamos colocar 50% que dariam 2 mil reais para cada título. Portanto teríamos 1 bilhão de reais, onde já temos um saldo em caixa de quase 780 milhões.

Na Faria Lima, temos vinculado para HIS um saldo hoje de 142 milhões - movimentação de 30/9/2011 o último que conseguimos pegar na São Paulo Urbanismo No Real Parque, são 32 milhões, mais 7 de desapropriação, quase 40 milhões que foram efetivamente empenhados.

Ainda assim sobram 142 milhões para os quais precisamos discutir como agilizar e gastar esse dinheiro o mais rápido possível, assim como utilizar as Operações Urbanas para prover a cidade de habitações de interesse social.

Muitas vezes todos os recursos que temos implementado são para obras no sistema viário que na maioria das vezes valoriza apenas o empreendimento privado que lá foi instalado. Assunto que foi mencionado quando foi discutida a lei porque é um dos objetos da Operação Urbana. Mas do ponto de vista dos recursos, há um planejamento de gestão?

Foi falado do Governo Federal, creio que temos de buscar mais recursos porque o tamanho da cidade de São Paulo não justifica um investimento tão pequeno da União, pois aqui está concentrado o maior problema do país, do ponto de vista do tamanho na área habitacional. Mas temos de ter uma gestão mais eficaz dos nossos recursos para não ficarmos com tanto dinheiro em caixa.

A SRA. ELISABETE FRANÇA – Vereador Chico Macena, infelizmente a imprensa só divulga as

intervenções em Paraisópolis e Heliópolis que são as mais centrais Para seu conhecimento temos cerca de 80 intervenções desse mesmo tipo

Na zona Leste, que me vem à memória temos 15 grandes intervenções Jardim Nazaré São Francisco Vila Nilo, na zona Norte, uma delas utiliza o crédito carbono que é a urbanização do Bamburral Há muitas nas áreas dos mananciais por óbvio há necessidade de fazer as intervenções é um programa junto com os Governos Federal e Estadual

No total Vereador, temos 140 mil famílias envolvidas nesses programas de urbanização regularização de loteamentos e de melhorias em cortiços Desses 140 mil domicílios 20 mil vão para novas unidades por estarem em áreas de risco ou em frente de obras Essas unidades também já estão contratadas em andamento ou já entregues

Nos programas da COHAB que é quem gerencia o contrato com a Minha Casa Minha Vida temos já viabilizadas 8 500 unidades de zero a 3 salários mínimos

Então claro que é muito maior o déficit mas tudo está caminhando

Na Operação Urbana estamos realmente junto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretário Miguel e sua equipe aprofundando cada vez mais essa ideia e garantindo via legislação da utilização dos recursos da Operação Urbana para habitação de interesse social

No caso da Faria Lima existe uma limitação que é a da legislação que só contempla a intervenção em três favelas Real Parque Coliseu e Panorama É um limite que não existe na Operação Urbana Água Espraiada

Nas próximas operações que o Secretário Miguel está preparando são cerca de 25% dos recursos são direcionados para habitação de interesse social viabilizando as ZEIS do local de forma a permitir que as pessoas continuem morando perto do local de trabalho onde vivem há bastante tempo Creio que as novas Operações Urbanas que estão sendo preparadas resolvem completamente esse problema

Agora nas anteriores nos deparamos com a legislação Por exemplo imaginávamos construir as unidades para a Favela do Moinho com recursos da Operação Urbana Água Branca e o Ministério Público vetou porque a favela não é no perímetro fica há duas quadras é meio *nonsense* mas enfim a lei deve ser obedecida

O SR CHICO MACENA – Só uma sugestão aproveitando o Secretário Miguel Bucalem Essa é uma mudança na lei que eu acho a Câmara Municipal de São Paulo teria total disposição de fazer rapidamente mudar o perímetro para incluir áreas de interesse social da cidade de São Paulo Se há um problema na lei nós podemos, a Câmara Municipal de São Paulo pode rever o perímetro e aprovar A exemplo do que temos feito para contemplar outros interesses da cidade talvez esse seja mais premente Uma sugestão para o Executivo é encaminhar a esta Casa a mudança na lei para podermos utilizar não só 10% mas quem sabe acima dos 10% previstos nas operações urbanas

A SRA ELISABE FRANÇA – Vereador aproveitando a sua deixa, nós contamos com o Legislativo porque por exemplo a construção da HIS conta como estoque construtivo o que é um absurdo Por exemplo as famílias do Real Parque já moram no Real Parque Então não estamos utilizando estoque Então esse projeto de lei ser aprovado seria importantíssimo HIS não pode gastar estoque construtivo da cidade de São Paulo

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes de passar a palavra aos inscritos gostaria que a Secretaria pudesse nos apresentar algum tipo de proposta em que na construção de Habitação de Interesse Social, nos conjuntos pudéssemos ter inserido a figura do comércio local Ainda é um grande conflito na periferia de São Paulo As pessoas moram quem mora nos morros do Jaraguá o cidadão para ir ao açougue tem que ser bom de perna! Para baixo nem tanto mas ele não volta Você vê ali um prédio e passa um ônibus que dá a volta no bairro inteiro para parar na rua de cima Então se não tivermos coragem e vergonha em nossas caras de assumir a realidade de São Paulo em que as pessoas são separadas por alguns metros do que precisam e não tem como chegar é um absurdo Temos unidade de saúde na zona Leste em que quem está do lado de cá vê a unidade mas não tem como chegar! Há um córrego mas não há uma ponte Ele tem que pegar um ônibus e dar a volta no bairro para chegar do lado de lá Entre ele e o sistema de saúde existe o sistema de transporte E a distância é pouco mais de 300 metros até a unidade e ele não chega

Nesse processo teríamos que ter algum mecanismo estabelecido para a cidade toda Não podemos criar zoneamentos diferenciados em que pudéssemos licitar para que tivesse o comércio local a farmácia a padaria, o açougue, a cabeleireira alguma coisa nesse sentido bem próximo porque não fazendo assim eles fazem à revelia E estão certos porque é uma lei, é a lei de mercado A tendência normal das pessoas é querer ter tudo perto de casa Em não fazendo isso Beth, naturalmente estamos contemplando de novo o poder de meia-duzia que detém o poder de vender tudo no Brasil que são os grandes supermercados, as grandes redes com os seus mercados-espelhos na periferia, que também

Folha nº 108
11/12/2011
Luz Carlos
Reunião do Conselho
Municipal

ficam nas coletoras, e bem longe Vendem mais barato aí a pessoa vai com enorme dificuldade e você vê a pessoa com muleta num braço sacola no outro neto nas costas é uma cena horrível

Mais uma vez digo a vocês da Habitação que é diferente vocês não andam muito por lá mas precisam dar um pulinho para ver Se não assumirmos agora a responsabilidade e resolvermos o problema do que está instalado porque em todas já têm comércio quase em todas têm comércio temos de tomar uma atitude Ou decide tem mesmo e regulariza o que tem porque nós anistiamos tudo neste país Agora vamos anistiar também desmatamento Aliás, foi anistiado ontem, a partir de agora em nome de Suzano e Cia e outras empresas de eucaliptos vamos anistiar quem desmatou

Teremos então de resolver esse problema, que é o que mais traz questionamentos nos bairros em que nós vamos Neles existem habitações construídas novinhas novinhas mas as pessoas não têm aonde comprar o que precisam em suas casas Quem sabe a solução não é um artigo no Plano em que o Município determina ou cria a figura do espaço comercial para atender aquilo que é local aquilo que o bacana tem em Pinheiros por exemplo

Não há a menor chance de entender que não vão fazer os puxadinhos fechar as garagens e fazer um comércio local E então ficam então à mercê da fiscalização Quando não existe eles tocam, quando existe vão promovem o fechamento, o que cria sempre um grande problema

Queremos então uma proposta da Secretaria para que pudéssemos estudá-la nesta Casa O Governo Kassab tem tido atitudes corajosas desde o Cidade Limpa até agora E esse é um problema muito grande nos bairros

Passo a palavra para a Maria Zilma do Grupo Mães Flor do Oriente Depois falará Laerte Brasil

A SRA MARIA ZILMA – Bom dia a todos senhoras e senhores A minha pergunta é para a Dra Bete França Somos uma associação organizada Temos famílias que estão participando há cinco dez anos Temos pessoas que apresentam as convocatórias antigas que era da Cohab de 76 de 78 e que nunca foram chamados para moradia para nenhum empreendimento

Vemos aí vários tipos de programa Só que a nossa realidade no Brasil as pessoas ganham no máximo três salários mínimos A cada esquina que nós vamos a gente vê uma construção são várias construtoras fazendo moradia de seis a dez, doze salários mínimos, mas nós estamos trabalhando numa realidade que não tem nada a ver com o nosso povo

A gente cria uma expectativa de estar naquela organização com eles acreditando que um dia vão ser atendidos, que vai melhorar E o que está acontecendo? Eles estão recebendo cartas pessoas da minha associação para ir num empreendimento lá em Guaianases para quem ganha de três a seis salários Não sei se houve convênio entre Cohab e construtora mas eles estão recebendo

Gente a moradia é o bem mais precioso da família Estamos mexendo com o que é mais precioso com suas casas E quando chegam lá olha você tem que ganhar no mínimo seis salários se não não é aprovado Olha o balde de água gelada E eles estão na reunião com a gente estão no cadastro do Minha Casa Minha Vida que foi unificado – Cohab CDHU e Caixa Federal Nos três governos eu sou cadastrada porque participo de tudo que é licitação Ganhei a licitação, a senhora sabe da de um a três mínimos A Associação pegou num primeiro momento 30 unidades e a gente olha para aquela multidão o que vamos fazer? As pessoas estão a dez anos esperando mas temos que ter o cuidado de ver como fazer Costumo fazer sorteio para não priorizar ninguém Juntamos os que estão com mais dificuldade e fazemos isso

Vereador Paulo Frange obrigada pelo convite Eu gostaria muito que vocês aqui na Casa que estão me dando esta oportunidade hoje vissem com muito cuidado o que vai ser aprovado com muito carinho e pensassem muito nas pessoas que ganham de um a três porque esse é o nosso povo Se for de três a seis eles vão numa construtora e compram as suas unidades O que tem mais é construção aí não é verdade? Então gente vamos pensar melhor nessas famílias, pessoas que estão cadastradas há muito tempo

Eu tenho uma licitação ganha na Cohab vai fazer dez anos Foi a última licitação que teve para mutirão O Santa Etelvina eu entreguei porque eu aceitei a parceria junto à Cohab e CDHU Ai eu estou tentando a outra licitação que já está ganha também dessa mesma época Essas famílias estão esperando há mais de dez anos e acreditam no que a gente fala Então eu gostaria muito Dr Paulo que o senhor nos ajudasse ajudasse os movimentos de moradia e ajudasse a Dra Bete França que é uma pessoa que quando a gente chega lá na Cohab ela faz de tudo para tentar nos ajudar – não é verdade Doutora? E até na bolsa-aluguel eu consegui algumas coisas, que a dificuldade estava muito grande, pessoal Eu quero agradecer à senhora por ter me ajudado em algumas bolsas-aluguéis Mas eu queria que vocês vissem melhor essa coisa de um a três salários mínimos que é o que nós precisamos Outro dia eu fui a uma reunião, “olha CDHU tem dinheiro a puxar com rodo” Se tem dinheiro a puxar com rodo faz as casas de quem precisa está certo?

109
C15-11-11

É isso que eu tenho a falar Muito obrigada

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Vamos ouvir Janete Lima (ininteligível) do Butantã
A SRA JATENE LIMA – Bom dia a todas e a todos Agradeço pelo convite Esta discussão é muito importante porque não se pensa no planejamento da Cidade sem pensar na moradia principalmente para as pessoas de baixa renda

Quero fazer um questionamento sobre o cadastro unico, porque fica parecendo que a pessoa é contemplada com a casa, aí ela vende, vai para outro lugar e a responsabilidade é da pessoa que está na casa Só que o poder publico tem que fazer o cadastro unico Gente nós estamos discutindo isso já tem 30 anos que eu estou no movimento de moradia e tem 30 anos que eu falo a mesma coisa Meu discurso é o mesmo eu não preciso escrever nada porque o discurso é o mesmo porque as coisas Oito mil e quinhentas unidades para Minha Casa Minha Vida Isso aqui é menos que um pingo d água no oceano É ridículo Num final de gestão Quanto tempo esse Prefeito está na gestão? Então a gente precisa

Outra questão é que a Casa eu quero participar mais eu quero estar presente eu quero colocar meu e-mail porque eu quero vir para essas discussões aqui A gente também precisa sair da periferia e vir para cá que é muito longe a gente leva duas horas mas a gente tem que participar porque a Casa tem que fiscalizar essa questão do cadastro tem que exigir que a Secretaria faça esse cadastro Eu não quero falar de governo Federal nem estadual Eu quero que o Município faça o cadastro unico porque não é possível mais Eu fui cadastrada na Cohab em 1976 e nunca fui chamada Mil novecentos e setenta e seis mãe solteira com uma filha pequena Nunca fui chamada Aí fala que todo ano tem que fazer Gente, a gente não sabe nem ler e escrever como é que a gente vai ficar todo ano se cadastrando na Cohab? Se a Cohab tem um cadastro unico e aquela familia foi contemplada ela retira e a fila anda Outra questão é a de inscrever as comunidades as favelas para retirada Tem duas comunidades no Butantã que estão numa situação lastimável Quer dizer várias mas essas estão numa situação lastimável Primeiro é o Caramazal, que começou um projeto de retirada das famílias depois parou abandonou e a coisa está aumentando e a gente as pessoas que moram no entorno Tem um córrego as casas estão em situação de risco porque o córrego foi desviado A Subprefeitura diz que não é um problema dela e a gente quer saber de quem é o problema A outra é o Jardim de Abril que com as chuvas agora E o poder publico tem que se responsabilizar por isso, porque a gente não sabe a Chega na Subprefeitura faz o cadastro faz a discussão mas não avança

A gente falou com o Carlos – olha gente, é uma coisa maluca isso -, o Carlos falou assim "Não chegou nada para mim aqui" e o Carlos é um companheiro nosso é uma pessoa presente no Butantã tem discutido conosco apresentou esse trabalho que é um projeto espetacular – o projeto que vocês fizeram é - mas a gente quer que ele aconteça a gente quer essa fila a gente quer acompanhar a gente quer transparência porque a gente quer saber onde está o negócio

Quero perguntar também por que é que se pensa na situação do pessoal que está em área de risco que são as comunidades, mas a gente que está no movimento de moradia Está sendo construído dentro da Cohab Raposo Tavares o Minha Casa Minha Vida de uma indicação de uma área que foi feita pelo movimento e o movimento não foi chamado não foi convocado nem para dizer Olha vocês indicaram essa área mas vocês não vão ser contemplados' Nós queremos que os nossos movimentos que essa lista seja atendida Eu tenho outro modo de ver essa questão de área Vereador O senhor sabe porque o senhor está aqui há várias gestões a questão é política Quando se quer fazer as coisas acontecem Quando tem vontade de ambos os lados as coisas acontecem

Muito obrigada

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Laerte Brasil Em seguida vou passar para a Bete para as respostas

O SR LAERTE BRASIL – Primeiramente vou parabenizar o Presidente desta Comissão os demais vereadores autoridades da Mesa Sou Laerte Brasil Santos de Oliveira Presidente da Ação São Paulo Sustentabilidade e Vidas que é a federação de sustentabilidade as políticas publicas sociais, ambientais e culturais dos moradores e empreendedores dos bairros e vilas de São Paulo Também parabenizo a Sehab pela apresentação do projeto

Particpei da primeira edição da Conferência das Cidades em Brasília e nessa conferência tive a ideia brilhante de apresentar o projeto Minha Casa Minha Vida que foi aprovado por todos os delegados daquela conferência Mas o projeto previa 10 milhões de unidades habitacionais até 2016 mas está havendo muita irregularidade O Governo Federal não conseguiu implementar o plano e está havendo muita irregularidade São 3 200 unidades até agora

Mas vou me ater aqui à apresentação do Parque do Cocaia e Jardim Gaivota A ocupação do bairro na época foi feita sem nenhum planejamento urbano e arquitetônico e a orla da Represa Billings está

113
12-52-7
52/11

comprometida As casas foram construídas em cima tem vários lixões ali aterros sanitários que além de colocar a saúde daquela população em risco, vêm contribuindo com a contaminação do lençol freático e da camada de ozônio A minha pergunta para a Sehab é se tem algum plano de recuperação da orla da Billings Não é a classe trabalhadora que polui a lagoa são os ricos que têm suas mansões construídas ali em cima da lagoa - inclusive o Sr Paulo Maluf tem uma mansão bem em cima da lagoa - que vêm contaminando a bacia da Represa Billings Eu queria saber se tem algum projeto de recuperação da lagoa, se tem algum projeto de tirar os moradores para a implementação desse projeto e se tem algum plano de indenização para aquelas famílias

Era o que eu tinha a dizer Obrigado pela palavra

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Passo a palavra para a Bete

A SRA ELISABETE FRANÇA – O questionamento da Maria Zilda eu não me comprometo a verificar essa questão dos salários do empreendimento Guaianases porque ele é para um a três salários mínimos Deve estar a menos que seja outro que não do Minha Casa Minha Vida Mas a gente se compromete você pode marcar ali com a Dra Nanci que é a nossa diretora social a estudar esse caso Eu gostaria de dizer que nas resoluções tanto do Conselho Municipal da Habitação quanto do Conselho Federal da Habitação já está contemplado o interesse das associações de moradia no atendimento, 25% das unidades habitacionais produzidas com recursos do Minha Casa Minha Vida são para os movimentos de moradia Nós fizemos uma seleção uma licitação, uma coisa bacana O movimento tem que mostrar que trabalha há tempos etc, e as primeiras unidades não são muitas mas já estão sendo chamadas as associações

O cadastro – vamos deixar isso muito claro -, o cadastro unico da habitação hoje é o da COHAB, para atender qualquer tipo de empreendimento seja do Governo Federal do estadual ou do municipal

Em relação às moradias em áreas de risco Caramazal e Jardim de Abril nós demos prioridades neste ano para as moradias que o IPT o relatório do Instituto de Pesquisas Tecnológicas indicou São 1 132 moradias em extremo risco risco de cair hoje Já as outras – eu conheço bem o Jardim de Abril e o Caramazal que também são risco iminente – estão contempladas nessa priorização como a senhora pode ver A área de risco é prioridade absoluta então à medida que as intervenções vão acontecendo, essas questões vão sendo atendidas Claro que com as chuvas que virão na sequência nós vamos verificar junto à Subprefeituras do Butantã essa questão se eles levantaram o risco etc e tal para o atendimento

Em relação à Cohab Raposo Tavares é um empreendimento que foi transferido para o Minha Casa Minha Vida A partir do momento em que o empreendimento é transferido os convênios que vocês assinaram há dez, quinze anos do mutirão, ele passa a seguir as regras ou da CDHU ou do Minha Casa Minha Vida que são as resoluções O que não significa porque o movimento está cadastrado que não entre na cota do atendimento à questão das famílias inscritas no movimento de vocês Acho que também a gente pode marcar uma reunião específica a senhora pode falar com a Nanci e a gente pode na semana que vem conversar sobre isso

Finalmente a questão o Laerte Acho que é do conhecimento geral que a Prefeitura com recursos do Governo Federal e do Governo do Estado tem um programa de intervenção enorme na região da Guarapiranga e da Billings Algumas intervenções grandes já estão feitas ali tipo Cantinho do Céu São 10 mil famílias a orla foi toda recuperada virou um parque que estão sendo bastante divulgado um parque maravilhoso E o Cocaia está na previsão está sendo licitado neste ano para intervenção no ano que vem, o mais tardar em 2013 Lembrando que o passivo recebido é grande são três milhões de paulistanos que têm algum tipo de precariedade então infelizmente não vai Vai num ritmo bastante acelerado na minha opinião O orçamento tem contemplado a Habitação com recursos consideráveis mas ainda não vai no ritmo que aqueles estão há dez anos na lista da moradia gostariam que fosse

Obrigada

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não havendo mais inscritos está encerrada a audiência pública sobre PL 509/2011 Agradeço à Bete e à Teresa pela disponibilidade Temos um carinho muito grande pelo trabalho que a Companhia de Habitação tem feito, a Secretaria de Habitação tem feito Pena que a gente não tem possibilidade de falar com o Papa Bento e pedir a beatificação do pessoal em vida porque é um trabalho hercúleo e nós sabemos das dificuldades Às vezes a gente fica ansioso tenso porque tem contato direto com o sofrimento Você também tem e sabe como a gente fica tenso quando não tem possibilidade de ver o resultado dessas equações em curto prazo Obrigado Tenham um bom dia

Vamos passar ao PL 470/2011 do Executivo que institui o Projeto Estratégico de Intervenção Urbana no Parque de Eventos Expo-São Paulo previsto no ART 42 do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Pirituba e Jaraguá



O Secretário Bucalem já está conosco O Subprefeito de Pirituba não está presente? (Pausa) Vou pedir ao Subprefeito para nos dar a honra e o prazer de estar aqui pelo menos uma vez numa audiência pública de um projeto que envolve 100% de Pirituba Seria muito importante Como ele não veio nenhuma vez não é nenhuma crítica, mas em se tratando de projeto com um impacto tão grande aliás o maior da América Latina, o Subprefeito que é a ação descentralizada do local deveria estar presente para ter condições de depois explicar esse projeto lá Nós não temos condições de explicar à população uma série de situações Imaginem então quem não está presente como consegue explicar Depois diga ao Subprefeito que nós temos um carinho muito grande por ele mas seria muito importante a presença dele aqui Ele se faz muito bem representado com certeza Você já esteve aqui outras vezes Márcio, mas é mais no sentido de uma contribuição quanto ao que diz a região sobre isso porque o que chega para a gente por enquanto é só boato Oficialmente nada Oficialmente nós temos recebido só da comunidade organizada que tem trazido de lá algumas situações Então eu vou aproveitar e pedir que você nós encaminhe da Subprefeitura quais são as reivindicações quais são os posicionamentos que eventualmente surgiram para que possamos juntar ao processo para que a Subprefeitura de Pirituba esteja presente nesse projeto que é tão importante Acho que pode fazer por escrito e encaminhar quais são os anseios e os problemas porque nós vamos votar isso em segunda – não votamos ainda em primeira – até o final deste mês lá pelo dia 20 então seria importante a gente ter informações do poder local

Vou passar a palavra ao Secretário Miguel Luiz Bucalem que é sempre bem vindo Permita tratá-lo por “você”, já que é tão jovem

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM – Vereador Paulo Frange Presidente da Comissão de Política Urbana Vereador Ítalo Cardoso Vereador Chico Macena gostaria de cumprimentá-los Antes de falar exatamente do projeto de Pirituba do polo de eventos Expo-São Paulo quero dar uma ideia do contexto geral em que um projeto desse se insere

A Cidade como todos sabem, tem uma vocação muito importante ligada a negócios à atividade econômica e isso sempre foi a mola propulsora da cidade de São Paulo E nós observamos que nesse contexto em que as cidades têm assumido cada vez mais um protagonismo

Observamos que nesse contexto as cidades têm assumido cada vez mais o protagonismo em relação ao desenvolvimento global, as cidades precisam se preparar para manter a sua condição de liderança Entendemos que essa condição de liderança de São Paulo está associada a poder fazer eventos que complementem a sua atividade econômica pujante como os eventos de negócios ligados à economia do conhecimento Nesse contexto então se insere o projeto criar condições para que São Paulo possa atender a demanda crescente que têm ocorrido e se intensificará na medida em que São Paulo cada vez mais se insere nessa economia do conhecimento e tem toda uma estrutura de negócios pois a cidade sempre teve posição pujante nesse aspecto

Insere-se também na necessidade de a cidade cada vez mais levar polos de desenvolvimento econômico para as áreas mais periféricas da cidade Todos sabem, e teremos a oportunidade de falar sobre Itaquera em que o polo institucional é iniciativa com esse mesmo conceito e se quer criar novos polos de desenvolvimento regional na cidade para assim gerarem empregos nas regiões mais periféricas atuando sobre o desequilíbrio existente que é conhecido de todos que gera um movimento pendular As pessoas moram nas áreas periferias mas não há emprego na mesma proporção e se encaminham assim para a região central

Dentro de um conceito global menciono também que o projeto Expo São Paulo envolve muitas secretarias do Município de São Paulo A Secretaria do Desenvolvimento Urbano está tratando da implantação desse projeto estratégico proposto em projeto de lei Mas temos outras secretarias envolvidas fortemente como a Secretaria do Desenvolvimento Econômico que no momento coordena os atores necessários para que o projeto se torne realidade Temos também a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, a SPTuris pela própria característica do polo e a Secretaria de Transportes De forma que é uma iniciativa abrangente da Prefeitura de São Paulo

Faço uma menção agora que está ligada a um pleito que a cidade de São Paulo fez agora oficialmente com o apoio do Governo Federal e Estadual, para se candidatar a sede da Expo Universal em 2020 que está entre os três grandes eventos globais Olimpíadas Copa do Mundo e Expo Essa candidatura possibilitará que São Paulo crie condições importantes para orientar e acelerar várias iniciativas em seu desenvolvimento urbano e econômico Dessa forma entre a candidatura e a realização são nove anos Esperamos ter sucesso pois gera uma dinâmica que foi atestada nas cidades que realizaram a Expo é muito positivo para o desenvolvimento de foco e de geração de recursos Espera-se que numa Expo em São Paulo tenhamos mais de 25 milhões de visitantes Não é um evento que ocorre de uma forma concentrada mas sim durante seis meses É um evento que tem uma capacidade, uma exposição da

112
21-535 28/11
130 110
RECEBIDO

cidade para o mundo todo uma capacidade de geração de efeito positivo bastante importante Na Expo São Paulo está previsto além da implantação do polo de feiras e eventos um local para abrigar os equipamentos necessários para recebermos a Expo

Feita esta pequena introdução, menciono que o projeto é entendido como a implantação de propositura de intervenção urbana previsto no Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Pirituba Jaraguá segundo o seu art 42 Dessa forma entendemos que precisaríamos no âmbito do projeto explicitar os objetivos gerais da intervenção descritos em seu artigo segundo e os objetivos específicos que caracterizam o que se quer para a área É um programa de intervenções e está explícito em seu artigo terceiro que queremos um polo de feiras e exposições um centro de convenções áreas e suportes de exposição descobertas um centro empresarial e hoteleiro mas não muito atrelado ao centro de feiras e exposições

Entendemos também ser necessário que o projeto crie ou detalhe parâmetros urbanísticos que possam então de certa forma dar cobertura à implantação desse programa de um lado e de outro garanta a qualidade ambiental a sensata inserção urbana do projeto

Afirmamos também que têm sido feito estudos sobre essa intervenção mas da maneira que foi colocado entendemos que os estudos vão se vincular aos parâmetros que deveriam estar definidos em lei o que seria vínculo para que as intervenções – na medida em que forem detalhadas e propostas concretamente – obedeçam aos parâmetros urbanísticos que devem garantir a qualidade da área

Dessa forma foi encaminhado o projeto de lei, que deve ser capaz de criar condições para a instalação desse centro de eventos e também abrigar as atividades da Expo São Paulo

Vereador acho que de uma forma ou de outra, procurei situar o contexto do projeto Obviamente é uma parte do polo de eventos como um todo é a parte que disciplina o entendimento que o polo de eventos corresponda ao plano estratégico já previsto no Plano Regional e essa é a concretização com a vocação identificada para essa área

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Secretário Bucalem Rapidamente diante do pouco tempo passo a palavra ao Vereador Juscelino Gadelha

O SR JUSCELINO GADELHA – Bom dia a todos Primeiramente afirmo ao Secretário que hoje realizamos a segunda audiência pública a respeito do projeto de lei do Piritubão E na primeira audiência pública Secretário o plenário ficou cheio de moradores da região de Pirituba Perus Hoje estou vendo poucos moradores da região Também estiveram presentes na primeira audiência a associação comercial associação de moradores lojistas jornais etc E afirmo que as falas da população nenhuma delas foi contrária ao Piritubão Isso tem que ficar registrado nesta segunda audiência A única questão o que incomodava os moradores é sobre as indenizações dos imóveis a serem desapropriados Essa era a única questão que queriam saber se atingiria eles diretamente porque leva desenvolvimento para a região Noroeste do Município de São Paulo, local em que há poucas entradas e saídas dos bairros Com esse projeto que está sendo apresentado, o desenvolvimento com o metrô trem ônibus a mobilidade na região vai melhorar porque hoje há dificuldade Há apenas duas saídas da região Noroeste para a área central da cidade e é preciso passar pela Marginal de qualquer jeito Essa então é a única questão trazida pela população à questão da indenização

A segunda questão – e foi colocada por mim – diz respeito à área que é muito grande e há uma pequena área contaminada dentro da grande área que abrigará o Centro de Exposições E nos foi esclarecido na primeira audiência pública que a terra será removida inclusive há uma ideia de como pode ser feito rapidamente

Outra questão, secretário é uma preocupação não somente minha mas de outros Vereadores é que no futuro podemos receber uma ação civil pública porque primeiro aprova o projeto e depois desapropria Essa é a grande questão a qual debatemos nesta Casa, é a respeito da ação Essa é uma preocupação porque pode entrar e durar dez quinze vinte anos a ação e todos nós que aprovamos poderemos ser acionados Conversando na Casa pensamos que isso só poderá ocorrer com relação ao centro de exposição em mais nenhuma outra situação Se lá na frente o próximo governo quiser mudar quer dizer, não vai ser centro de exposição vai ser outra coisa não pode! Com isso nós garantimos que o espaço será para um centro de exposição que São Paulo precisa Somos uma megalópole temos pequenos centros de convenções como o Anhembi o Imigrantes e alguns particulares são pequenos para a cidade de São Paulo Hoje as feiras as atividades as exposições não muito grandes e só não fazemos mais por falta de espaço

Então são pequenos ajustes sobre os quais conversamos na Casa sobre os quais temos preocupação para que lá na frente não venha uma ação civil pública, não só sobre a Vereança mas sobre o Executivo

Era isso que eu tinha a dizer muito obrigado

113
01.539 2011
F. 1.1.50

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu que agradeço. Aproveito que há inscritos para falar e também a presença da Subprefeitura de Pirituba, embora haja informação de que não vai haver desapropriação de imóveis particulares, eu sugiro, por cautela, só vale o escrito, o que não está escrito não existe. Márcio, aproveitando a presença de todos da região, quem tiver dúvida quanto ao imóvel, se será ou não desapropriado, aproveita a presença da Subprefeitura para que possam encaminhar e eu ponho na mão do Secretário para que possa responder a vocês, sim ou não. Se não, fica “alguém disse que não”, alguém disse que sim. Parece que ouviu dizer, ouviu falar, mas não garante por escrito. É para que possamos transmitir segurança, aonde vai haver desapropriação e aonde não haverá. O Secretário conhece profundamente a questão, a Secretaria do Trabalho está também presente. Poderíamos concentrar na Sub o pedido de informação. Se vier por e-mail, nós encaminhamos, recolhemos o material e o encaminhamento é pela Comissão de Política Urbana, institucionalmente. E não é favor, é obrigação nossa informar com muito critério um assunto que foi exaustivamente debatido na região.

Passo a palavra ao Vereador Chico Macena.

O SR CHICO MACENA – Obrigado, Presidente. Cumprimento ao Secretário Miguel Bucalem, Secretário, eu foi o relator na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente desse projeto de lei. Na primeira audiência pública, com a presença da Nilza, tivemos a oportunidade de fazer um primeiro debate.

Apresentei no debate que fiz na Casa, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, uma avaliação. Não vou discutir, mas quero fazer alguns questionamentos. Primeiro, reafirmo que nesta Casa, pelo que conversamos com os 55 Vereadores, ninguém de nenhum partido é contra o Centro de Exposições nesse local, ninguém! Há uma disposição de todos os Vereadores de buscar entendimento para que possamos viabilizar o Centro de Exposições, pois achamos importante para a cidade de São Paulo.

Segundo, afirmei em primeira audiência pública e em meu relatório que não se trata de regulamentação do Plano Diretor atual, pois muda perímetro, mexe com o zoneamento, com o coeficiente mínimo e máximo, com taxa de ocupação, tanto é que é necessário voto qualificado nesta Casa para sua aprovação. É bom que fique claro.

E os questionamentos que fazemos é justamente a respeito das lacunas que existem no projeto, melhor ainda, aquilo que deixa de explicitar que nos dá insegurança para a sua aprovação. Estamos falando de uma área enorme, inicialmente 4,8 milhões de metros quadrados, agora com o aumento do perímetro vai para 5,02 milhões de metros quadrados, se não me engano. Não é uma área pequena. Se olharmos o que consta do Plano Diretor Estratégico, temos algumas áreas de ZEPAM, inclusive algumas áreas de proteção permanente. Vocês podem perceber – e o Secretário sabe disso – não é pequena essa área, aliás, é a maior área. Mais de 50% são ZEPAM. Está em cor cinza no mapa, duas ZEIS. Quero começar por aí. O projeto muda a taxa de ocupação máxima para 0,35, a taxa de permeabilidade para 0,50. O coeficiente de aproveitamento mínimo continua em algumas áreas 0,10, mas o coeficiente de aproveitamento máximo e básico vai para 0,70. Temos uma área em que o aproveitamento era 1 e diminuiu para 0,70. No entanto, estendeu 0,70 para as demais áreas, inclusive as de ZEPAM, onde o coeficiente era 0,10, aumentando sobremaneira o potencial construtivo, sem outorga onerosa, inclusive. Nós passamos numa conta simples de 2,3 milhões de m² para 3,5 milhões de m² como possibilidade de se construir, sem nenhuma garantia da forma como está o projeto, de que serão preservadas essas áreas de proteção. Porque se fizermos uma conta simples apenas da taxa de ocupação, mesmo com a trava de 50% da área impermeável, nós avançaríamos em torno de 500 mil a 700 mil na área de proteção ambiental. E nós estamos mudando isso de forma muito grande. Não tem restrição no gabarito. É outra questão do projeto que é colocada.

Então qual é a nossa dificuldade, Secretário?

Quando o projeto não traz um plano de massa, um plano de ocupação do território, nós não sabemos exatamente ou não temos segurança o que vai ser construído, onde e qual a garantia daquilo que tem que ser preservado. E como sabemos, temos relatórios de áreas que são de proteção permanente, ou seja, que não pode ter nenhum tipo de corte. Essa é uma questão.

A segunda questão diz respeito inclusive à desapropriação.

A área foi aumentada, tem um decreto de desapropriação.

E qual é a nossa dúvida? Conforme, inclusive, questionando pelo Vereador Juscelino. Sei que já tem até questionamentos informais no Ministério Público. Recebi ligações perguntando como era o projeto tal.

A mudança do coeficiente que permita o aumento da construção de mais de um milhão de m² não levará a uma valorização da área e, portanto, obrigará o Poder Público a desapropriar quando desapropriar, despendendo valores muito acima do que despenderia se houvesse essa desapropriação no

114
01-5338
2011
JAN 10
IVO

zoneamento atual

A terceira questão diz respeito aos melhoramentos

O projeto solicita que nós demos uma autorização ao Executivo para que este defina os melhoramentos que é uma atribuição por lei do legislativo municipal. E o que será feito das ZEIS? Porque o projeto também não faz nenhuma menção nem tampouco dá qualquer garantia do que será feito com as ZEIS.

O meu parecer, na Comissão de Política Urbana, foi contrário por essas questões. Foi aprovado o parecer contrário na Comissão de Política Urbana. Estamos fazendo gestões na Casa para construir como disse um entendimento, mas precisaríamos ter garantias mínimas – garantias para o Poder Executivo inclusive –, para que seja algo de governo independentemente da administração. Então garantir que o projeto que se pensa para a cidade de São Paulo será executado com a maior transparência possível, inclusive sobre os interessados da iniciativa privada em investir na área.

O projeto fala em parceria, mas não sabemos se é PPP, se é concessão. Quer dizer, não traz, faz nenhuma menção ao estatuto jurídico dessa parceria que haverá com a iniciativa privada.

Então ficamos muito incomodados. Ainda mais quando a resposta a todos os questionamentos que fizemos por escrito ou verbalmente era de que não havia projeto, de que no futuro isso seria visto, de que no futuro o estudo vai apresentar, etc. e tal. E no mercado ou na rua, ou na imprensa, nós verificamos o tempo todo a Odebrecht e a Camargo Correa fazendo propaganda de um possível projeto que será implementado na área – com plano de massa, com maquete que tem pelo menos um desenho. Não sei se vai ser mesmo ou não, mas é isso que está sendo discutido lá fora e a gente fala. Está sendo alguma coisa lá fora e aqui dentro não. Tive aliás a oportunidade de apresentar até um vídeo de 2010 em que esse projeto estava sendo apresentado, com a presença do Secretário do Prefeito do Goldman e outras pessoas. Isso foi em 2010. E não temos um plano de massa no qual possamos nos basear para tomar uma decisão, uma decisão nesta Casa.

Então tenho muitas dúvidas ainda.

O SR JUSCELINO GADELHA – Vereador gostaria de fazer um acréscimo acerca do que V. Exa. abordou, porque é algo importante para o Secretário.

Teve uma empresa que foi à Associação Comercial de Pirituba e apresentou um projeto em 3D. Então já há alguns esboços da iniciativa, projeto acerca do projeto.

O SR CHICO MACENA – Então são essas as questões que eu gostaria de deixar. E aproveito para reafirmar que nós queremos construir uma alternativa para viabilizar o centro de exposições. É a disposição da Casa. Mas queremos o mínimo de controle social e de transparência a respeito daquilo que será executado.

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Secretário, vou passar a palavra a V. Exa. para a resposta. Falamos de iniciativa privada. A cidade de São Paulo tem 40% da população que tem seguro saúde. Então o SUS da cidade de São Paulo atender 60% da população. Todas as emergências, urgências, confusões de acidente em qualquer lugar, com convênio ou não, primeiro é atendido pelo SUS – nunca ressarcido – e depois o paciente vai para o Einstein para os grandes hospitais. Depois que o custo ficou no SUS, o paciente termina o tratamento noutro hospital.

Tivemos um contato com a Federação dos Hospitais, oportunidade em que falamos desse projeto. E eu tenho a segurança na afirmação de que a iniciativa privada, que tem hospitais privados na cidade de São Paulo, tem o maior interesse de ser incluído nesse projeto para que aquela região seja contemplada com hospital, uma vez que possui mais de um milhão de habitantes e, no entanto, não tem um hospital. Aqui eu vejo um proprietário de hotel.

Você tem convênio, não tem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Quando você procura o hospital a 30km de Pirituba, tem que vir aqui no eixo da Paulista. Na verdade, é um verdadeiro estelionato praticado contra quem compra convênio de saúde – Amil, Greenline. Todo mundo compra plano de saúde lá e não tem onde ser atendido porque não tem um pronto-socorro de qualidade. E todo mundo tem que ir para o Einstein para o São Camilo ou para o Samaritano aqui no Pacaembu. É assim que funciona.

Então do lado de lá do rio, todo mundo paga convênio e não usa. E quando há um acidente, vai para o Mandaqui ou para o Hospital de Pirituba.

Então Sr. Secretário, eu gostaria de ter oportunidade de conversar esses dias com o senhor, levar a Federação dos Hospitais. Tem muitos interessados em construir. Até porque a região vai receber um número grande de pessoas, e os turistas não virão para cá sem seguro-saúde em hipótese nenhuma – aliás, com certeza, bem vacinados para febre amarela porque somos considerados terceiro mundo e de risco. De lá para cá o pessoal se vacina. E daqui quando vamos para a África, também nós nos vacinamos.

115
21-503 2011
TODAS AS FOLHAS DEVEM SER
RE-1060

Mas acho que é uma oportunidade muito grande de a região ser contemplada com um hospital privado. E neste momento – aqui já é um pedido em relação ao qual a Comissão de Política Urbana pode ajudar quanto à redação do projeto final. Na Comissão temos sete membros que representam os cinco maiores partidos da Casa. Então podemos tentar escrever juntos.

A região de Jaraguá – ou seja, o que fica de Pirituba mais para dentro do Jaraguá – vai ficar esquecida demais. Quem esperou três décadas pelo Viaduto Jaraguá vai descobrir que logo em seguida ele se tornará um pequeno viaduto porque vai ficar estreito, apertado, quase sem condição de atender a demanda da região.

Então o que nós achávamos que era a maior obra da zona Noroeste de São Paulo vai ficar uma pequena obra, proporcionalmente ao impacto de trânsito, enfim, de tudo que vai ter na região.

Então gostaria de buscar nesse projeto algum tipo de compensação para dentro do Jaraguá pelo qual eles pudessem ter no mesmo quesito saúde o que eles não têm. Não há um único leito para 180 mil habitantes, nenhuma cama hospitalar, nenhum pronto-socorro. Perus não tem cama hospitalar, mas tem um pronto-socorro. E como vai ter uma porta de entrada no km 24 para poder ter acesso ao polo, a presença de um hospital privado e a presença de um pronto-socorro de porte, talvez mais para o lado do Jaraguá para contemplar a população da região seria muito bom. Então que identificasse no projeto uma área para isso, até para que depois pudessemos alocar recursos, projeto de forma que o Município possa assumir uma unidade pública. E eu me comprometo junto com a Federação dos Hospitais Privados a buscar um grupo para construção de um hospital. Porque hoje quem tem problema ali sabe que é muito mais fácil ser atendido em Jundiaí do que em São Paulo. É mais rápido ser atendido no Paulo Sacramento, em Jundiaí. É muito mais rápido do que pegar todo o trânsito porque Pirituba não tem entrada e não tem saída. É muito complicado. Se chegar na Edgar Facó e estiver enfartado vai morrer na Edgar Facó porque não chega a tempo. Temos em média 30 minutos a 2 horas para atendimento do infarto e o tempo para sair de Jaraguá e chegar a qualquer um dos hospitais que atendem e tem condições de fazer um cateterismo é muito maior. Portanto, essa é uma situação crítica, uma situação que vivo na região, porque atendo os pacientes cardíacos da região, até porque tem muito pouco cardiologistas lá. Eles acabam vindo para a Pompeia para a zona Oeste.

Então seria muito interessante estudarmos a possibilidade de um equipamento público e um privado de porte para receptionar todo esse público que vai ter na região. Se puder, com certeza eu vou ser brindado com um presente ao levar essa proposta para a sociedade que hoje vê esse espaço como um bom espaço de mercado, vê esse espaço com uma angústia. E é muito preocupando que vamos aos hospitais da região e pergunta: “De onde você é?” “Pirituba”. “De onde você é?” “Da região Parque São Domingos”. Em toda aquela região, dali para cima, o pessoal tem convênio. Trabalham, têm renda. É um bairro em que a renda cresceu economicamente. Veja Tatuapé ganhou o São Luís. O São Luís foi para lá e montou um bruta hospital, e mais dois na Marginal, prontos que a Amil construiu. E nós temos condições tranquilamente de levar isso para lá. Então se tiver a oportunidade, seria muito bom que a gente pudesse ser recebido no Governo. Não sabemos quem quer fazer, mas a Federação tem interesse em falar nesse assunto e ser contemplado também na proximidade desse polo de desenvolvimento dessa região.

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM – Sem dúvida. Vereador. Aí eu precisaria devolver também ao Secretário Marcos Cintra que faz a coordenação. Mas estamos abertos a interagir e aperfeiçoar para buscar o melhor projeto.

Queria agradecer a manifestação dos Vereadores Juscelino e Macena.

E acho que a primeira observação a fazer, em caráter geral, é que com muita satisfação, ele reênfatizou que os moradores veem com bons olhos o projeto. E o Vereador Macena também mencionou que os Vereadores também veem com bons olhos o projeto. E eu acho que o Vereador Macena colocou de uma forma muito precisa e com muita propriedade esse projeto que pelas características que tem e pelas importância que tem para a Cidade tem que ser um projeto independentemente que seja abraçado de uma forma bastante ampla pela Cidade e sem dúvida por esta casa de representantes. E é dessa forma que a gestão entende, trata-se de um projeto da Cidade mesmo que esteja ancorada até numa postulação da Exposição Universal que é uma postulação apoiada pelos Governos Estadual e Federal. Queria abordar agora os tópicos mais específicos.

O Vereador Juscelino levantou a questão da desapropriação pela legislação urbanística atual ou pela legislação urbanística futura, afeta à área.

Todo o nosso entendimento e aí acho que todos os aperfeiçoamentos que a lei pode ter é de que essa legislação urbanística só passa a ter efeito na medida em que o projeto efetivamente comece a ser implementado. Então essa legislação não tem efeito sem que o projeto seja implementado. Portanto, o nosso entendimento, e o dos procuradores, é o de que as desapropriações sejam realizadas pela

112
21537 8011
LUCAS
FELIX
R. 110

tempo há uma autorização dentro da legislação que nos permite publicar de forma transparente o desejo de que o Município possa autorizar estudos pela iniciativa privada dessa área. Isso foi feito em 2009 autorizamos a Odebrecht a fazer esses estudos.

Obviamente se esses estudos um dia fizerem parte da PPP a legislação exige que eles sejam remunerados mas se não fizerem é um risco que o particular assume na medida em que faz os estudos pela própria legislação.

O SR ELISEU GABRIEL - Quem ganhar vai pagar o estudo é isso?

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM - Se for traduzido em projeto

O SR ELISEU GABRIEL - Independentemente de quem ganhe

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM - Independentemente de quem ganhar teria de ressarcir os estudos segundo a legislação. Como foi citado creio que foi oportuno em 2009 quando fizemos uma primeira divulgação foi informado o primeiro estudo naquele momento que era o estágio de desenvolvimento do projeto. Esse processo continuou sendo desenvolvido.

Se compararmos aquele estudo com estudos mais recentes, que não estão concluídos ainda são estudos, já é completamente diferente a ocupação da área.

A questão que se coloca é a seguinte: na hora que fizemos o detalhamento desse projeto estratégico para dar as diretrizes urbanísticas na medida em que se coloque um estudo ainda não definitivo para embasar a legislação imagino que há dois riscos: esse estudo será alterado na sua própria evolução não será o estudo final; aquele que embasou a legislação será diferente do final.

Mesmo no processo de licenciamento como há muitas áreas de preservação de ZEPAM, córregos, ou seja é uma questão ambiental complexa é possível que no processo de licenciamento esse projeto tenha de ser modificado.

A abordagem que demos foi a de colocar qual seria o programa ou seja, quais equipamentos gostaríamos de colocar naquela área. Portanto dentro dos estudos em metros quadrados do que se pretende colocar naquela área num número aproximado embasar os parâmetros urbanísticos e ver se são compatíveis com a qualidade ambiental e urbana da área.

O projeto que vier depois terá de se reportar a essa aprovação que de certa forma deve assegurar a qualidade urbana e ambiental da área.

Mesmo porque temos hoje estudos. O de 2010 é diferente do último estudo, que possivelmente será diferente daquele existente no momento em que a Prefeitura disser que o aceita. Na hora que ocorrer a licitação da concessão é esse que vai embasar a parceria.

Procuramos fazer o programa entendemos pelos parâmetros que observamos porque uma parte é o polo de eventos e na outra serão necessários possivelmente para a expo novos equipamentos. Procuramos fazer uma estimativa do que era necessário para o polo de eventos uma para a expo e isso deu o coeficiente global de aproveitamento que é o que está sendo proposto no projeto.

O SR JUSCELINO GADELHA - Secretário então foi aquela questão que aumentou de 2 milhões para 3,5 milhões ajustando para 2020 é isso?

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM - Não não é que aumentou. A nossa proposta já estabelece um coeficiente de 0,70 que corresponde a mais ou menos 3 milhões de metros quadrados. Entendemos que o zoneamento hoje permite 3,8 milhões.

O SR JUSCELINO GADELHA - Está abaixo inclusive

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM - Está um pouco abaixo entendemos que há compatibilidade. Isso dá flexibilidade para que toda essa tramitação do projeto seja compatível com algo que vincule o projeto. Propomos que cheguemos à conclusão de algo que permita implementar um programa desse tipo mas que vincule o projeto que o anteceda de forma que o projeto deva se adaptar a ele. Mesmo porque ele deva sofrer muitos aperfeiçoamentos até que se chegue ao projeto final.

Foi nesse sentido que interpretamos a abordagem dada mas lógico que é um projeto em discussão e nós estamos abertos para tentar esclarecer a nossa proposta da melhor forma possível e colaborar com os aperfeiçoamentos que forem desejados.

Sobre as ZEIS a ZEIS II não tem ocupação hoje mas também é algo que pode estar em discussão. Foi vista uma área desocupada como um todo e que poderia dar vazão à implantação desse projeto mas isso fica a discutir.

Em relação aos melhoramentos viários foi efetivamente uma permissão que pleiteamos por lei. Estamos pleiteando essa flexibilidade para fazer os ajustes dos melhoramentos viários.

O SR ELISEU GABRIEL - Agradeço ao Secretário, é muito importante ter vindo dar esses esclarecimentos. Esse é mesmo um projeto para a Cidade, porque traz intervenções urbanas previstas no Plano Diretor Estratégico das subprefeituras. Aliás todas as subprefeituras têm áreas reservadas para intervenções. Nessa de Pirituba está se propondo esse mega projeto muito importante para toda a

118
CV 555, 2011
10

região

Creio que há várias questões relevantes como o senhor falou que justamente o que hoje poderia ser feito na área não será maior do que está sendo proposto que seja feito. Lá existe uma ZER enorme que tem o coeficiente de aproveitamento 1 que vai cair para 0,70 porque tem a ocupação máxima de 0,5 vai cair para 0,35. A Zona Mista que é 2 passa 0,70. A ZEPAM sim que é menos passa a ser mais ocupada. De maneira que a soma total do que seria ocupado praticamente permanece a mesma até diminui um pouco.

Há uma questão que chama a atenção gostaria até de ver com o Vereador Macena quanto aos usos. Quer dizer "Isso aqui vai ser usado para qualquer outra coisa". Não vai porque é específico desse projeto estratégico de intervenção urbana do Parque de Exposições Expo São Paulo.

Então imagino que isso é um conjunto que será usado para isso quer dizer essa lei é específica para esse projeto. Se o projeto não for feito não vale nada creio que nada será feito. Esse vínculo é extremamente importante.

Os parâmetros de incomodidade não têm grandes alterações praticamente não existe nenhuma agressão ambiental. Há itens que têm de se estudados, como um pequeno trecho de mata nativa.

Sobre a drenagem pretende-se fazer um parque linear de mais de 1 milhão de metros quadrados. Há uma série de intervenções importantes inclusive para a região. Nas questões de enchentes e cheias em alguns pontos funcionaria até como um piscinão um super piscinão segurando parte das cheias que acontecem na região de Pirituba.

O projeto em si não está totalmente definido não o projeto de lei mas o plano aquilo que se pretende fazer lá. Fala-se em um parque de exposições de 140 mil metros quadrados – não sei se é isso – que depois poderia crescer um pouco mais na eventualidade de vir a Expo 20. Então a área ocupada não será imediatamente toda ocupada mas uma parte. Por exemplo há o Clube Jaraguá Campestre não vejo razão para desapropriá-lo se não será usada a sua área. Ele pode estar dentro da área de DUP mas não precisa desapropriá-lo num primeiro momento se não for usado. Se o Clube for usado na Expo 20 poderia ser feita uma parceria mas não simplesmente acabar com o clube. Creio que são questões como essa que precisam ser feitas.

Foi muito importante a mobilização dos moradores do bairro Sítio Pinheirinho que pude acompanhar e participar. Graças aquilo que foi despertada a sensibilidade para não se destruir aquele bairro inteiro mudando a alça de acesso. Foi algo possível de ser feito.

Estou falando sobre o que é possível fazer, sobre as possibilidades e o que ainda dá para ser feito. Vejo esse polo de eventos como um grande indutor de desenvolvimento para a região toda.

Vamos pensar no estádio do Corinthians que tem lá o centro tecnológico e uma série de itens sendo feitos lá como berçários de empresas etc. Muito mais do que lá – embora seja corinthiano e adore Itaquera – o Polo de Eventos de Pirituba pode ser um instrumento desse tipo de alternativa. Creio que a Prefeitura poderia trabalhar num programa de desenvolvimento da zona Noroeste, como está sendo feito na zona Leste colocando isenções.

Na zona Noroeste no entorno desses 5 milhões de metros quadrados existem regiões muito pobres que precisam de desenvolvimento há pessoas que precisam de emprego como na região do Cantagalo em todo o Jaraguá, parte de Taipas, chega nas divisas com a Voith, Brasilândia, Cachoeirinha tem toda uma região enorme e muito próxima que pode ser induzida a se desenvolver muito se for pensado nisso. Não como sendo algo feito com uma muralha em volta com hotéis chiques – sei que os hotéis não serão chiques porque eles serão previstos basicamente para quem for trabalhar lá. Creio que poderiam aproveitar essa oportunidade, creio que temos aqui Vereadores e a Câmara Municipal poderia ajudar no que for possível e realizar um grande programa de desenvolvimento da zona Noroeste nos moldes que foi feito o da zona Leste e com muito mais possibilidade porque o centro de convenções não é para a Copa do Mundo um evento isolado nem para os jogos do Corinthians que ocorrem de vez em quando. Lá terá permanente ocupação todos os dias terá trabalho de montagem e desmontagem para fazer feiras e encontros. Essa é uma grande oportunidade para toda a região.

Eu gostaria que pensássemos nisso que não se fizessem muralhas, mas que fosse um processo indutor para a região toda e para a cidade de São Paulo também.

Muito obrigado.

O SR. CHICO MACENA – Secretário a conta que fiz foi no Google, como eu não tinha a dimensão da área fui calculando mais ou menos e deu uma diferença. Mas é uma questão de ajustar e saber o cálculo exato de cada área.

A outra questão, Secretário, creio que temos oportunidade de buscar nesse programa um projeto sustentável para a cidade de São Paulo dentro de tudo o que vimos discutindo como a Lei de Mudanças Climáticas etc. Há discussões na Casa e temos algumas garantias na área de proteção.

Por exemplo na área de ZEPAM se a utilização for só para acesso e melhoramentos se houver qualquer estudo determinando a ocupação, o território a ser ocupado podemos por uma trava para impedir futuros avanços que não sejam esses. É um projeto que demorará algum tempo para ser executado precisamos ter um maior numero de garantias mesmo que permitamos um adensamento maior nas demais áreas, em cima da capacidade construtiva. Mas podemos colocar algum tipo de trava. Temos uma taxa de permeabilidade maior aí há metros construtivos, reposição de vegetação que permitiria também instrumentos como esse. Uma questão premente e que gostaríamos de colocar no projeto seria a garantia das ZEIS. Foi um debate que tivemos a oportunidade de fazer na audiência pública anterior sobre a escassez de área para habitação de interesse social.

Temos uma área ali que na minha conta era 140 parece que é 199 maior ainda daquilo que eu tinha estimado. É necessário ter algumas garantias para termos um projeto social e ambientalmente exemplo da cidade de São Paulo para o resto do país e do mundo.

Somos a favor do projeto mas queremos alguns ajustes e garantias para que venha ser abraçado por todos inclusive pelos moradores do entorno.

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - Tem a palavra o Sr. Cipriano.

O SR CIPRIANO - Sr. Presidente Paulo Frange obrigado, Vereadores Eliseu Gabriel, Chico Macena, Juscelino Gadelha, Sr. Secretário Miguel Bucalem, é um prazer estar conosco. Na audiência anterior tivemos a Nilza que demonstrou grande conhecimento. Só vale o escrito não é Vereador Paulo Frange? Só vale o que está no papel?

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - É.

O SR CIPRIANO - Por que não tira a DUP do Pinheirinho? Por que não tira o Decreto de Utilidade Pública do Pinheirinho? Só vale o que está no papel. Lá não se pode colocar um tijolo não se pode arrumar uma rua. Está lá no papel.

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - Nós comentamos isso com o Secretário. Está congelado. Ele sabe dessa segurança, mas precisaria ter isso escrito.

O SR CIPRIANO - Então vamos tirar. Vamos ter por escrito. Só vale o que está escrito então isso é importante.

O SR - Tinha sido combinado que ia ser feito.

O SR CIPRIANO - Mas até agora não derrubaram ainda então vamos trabalhar isso. A questão do Subprefeito que o senhor colocou ele tem participado conosco de diversos detalhes, inclusive esteve conosco ontem lá, tanto o Ricardo como o Márcio Campos Verde. Nós vamos ter a primeira árvore de Pirituba. Nós estamos lutando para ter o primeiro ponto fora do círculo. Do lado de lá do rio nós vamos ter o primeiro ponto iluminado numa parceria. Ótimo. E nós temos discutido isso nos pontos de interesse. Lá na Mutinga, lá no 951, na Casa de Nassau no próprio empreendimento a gente já esteve junto com o Secretário Camargo. A gente tem discutido isso e ambiente. Até pensei que talvez ele estivesse aqui hoje porque esteve em campo conosco lá. Mas é interessante que ele esteja debatendo conosco. É importante isso.

As ZEIS. Consta uma ZEIS no meio aí. Vereador Chico aquela do ponto lá em cima não é?

O SR CHICO MACENA - Área quadriculada lá em cima.

O SR CIPRIANO - Isso lá em cima é ZEIS. Eu estava até olhando para ver se tinha mesmo quando vi a área quadriculada lá. O que me preocupa Vereador é o seguinte: nós temos várias ZEIS na nossa região e não temos infraestrutura nessas ZEIS. Eu até coloquei aqui assim. A cidade de São Paulo cresceu sem planejamento. Parece que a administração pública em alguns dos seus setores quer continuar esse mesmo projeto. Depois vai punir com multas processos e o diabo a quatro e vai punir aqueles que fazem o crescimento.

A Cidade só cresceu para fora porque houve essas pessoas, esses aventureiros, esses corajosos que vieram desenvolver a Cidade. Aí a Casa de leis vem e faz leis para punir aqueles que fizeram com que o desenvolvimento crescesse com que a Cidade crescesse, não invadindo áreas de preservação APPs, APAs, Zonas de Preservação Ambiental não, mas aqueles que realmente fizeram com que a cidade crescesse que geram empregos que geram desenvolvimento.

O Paulinho foi bem feliz, na vez passada de dizer que até então a gente combatia muito isso mas parece que esta Casa está começando a prever aquilo que não acontecia. A Cidade cresceu sem planejamento nenhum. De repente nós nesta Casa - e eu faço parte porque votei em vocês - estamos planejando a Cidade para 10, 20, 30 anos no futuro. Esse centro de convenções é exatamente isso. Nós queremos planejar esta Cidade para o maior centro de convenções da América Latina talvez do mundo mas queremos que haja uma contrapartida disso.

O que nós recebemos com isso? Nós colocamos o empreendimento não temos infraestrutura não vamos preservar as zonas APPs. Temos um bairro do lado a Vila Mirante, completamente abandonado.

No Jaraguá se fez um novo viaduto interessante, depois de 40 anos de batalha se fez um viaduto Bacana Não se previu que esse viaduto poderia ter uma avenida por baixo

O SR - Isolaram o Jardim Bandeirantes lá

O SR CIPRIANO - Nós já somos isolados Nós já temos de um lado a Anhanguera Bandeirantes Rodoanel atrás de nós o rio na nossa frente a estrada de ferro e não temos saída A unica saída que existe é a Edgar Facó Tem planejamento agora para um novo hospital de Pirituba até a gente debateu isso Vai se fazer um novo prédio mas depois tem que derrubar aquele que está lá

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - Esse pode esperar bastante Pelo que nós vimos aqui da PPP e tudo pode (ininteligível)

O SR CIPRIANO - Mas é isso que nós queremos Vereador A Associação Comercial de São Paulo

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - Vai ser para depois de 2012 Agora

O SR CIPRIANO - A Associação Comercial de São Paulo debateu todo esse projeto na nossa sala no nosso teatro Nós estivemos lá levamos as comunidades para discutir levamos o interesse publico levamos a administração publica para discutir esse projeto Nós queremos fazer parte desse projeto Ele vai desenvolver a nossa região não tenham duvida disso Só que nós queremos fazer parte dele Nós queremos saber por que não tem ligação por exemplo da (ininteligível) Pinel, da Raimundo Pereira de Magalhães com o empreendimento Ele está dentro da nossa área e nós não podemos aproveitá-lo Segundo o que foi apresentado ele só teria ligação pelo metrô que vai ter uma linha estendida do Morro Grande que irá até a Bandeirantes Al privilegia a Vila Mirante porque vamos estar ali bem no meio Mas e a infraestrutura? Um ramal talvez da estrada de ferro e uma ligação da Rodovia dos Bandeirantes E quem está na Vila Mirante quem está no Jaraguá, como é que vai fazer?

Então nós queremos que seja criada uma comissão que nós da comunidade elejamos algumas pessoas que estejam nessa comissão para a gente poder trabalhar em parceria É interesse nosso ter o melhor sistema viário ter o melhor hospital um sistema de saude eficiente, melhor moradia para esse pessoal, para as ZEIS para os próprios moradores de lá porque nós merecemos isso Então há interesse nosso em que seja criada uma comissão e que nós, da Associação Comercial juntamente com a comunidade, algumas pessoas lógico façam parte dessa comissão para que a gente possa debater isso É uma proposta da Associação Comercial de São Paulo

Obrigado Vereador

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado Cipriano

Mônica Carbolanti também da Associação Comercial de São Paulo e Conselheira Municipal da Política Urbana

A SRA MÔNICA CARBOLANTI - Bom dia Sr Presidente da Mesa Srs Vereadores senhores presentes

Minha fala é em continuação à do Cipriano Também faço parte da Associação Comercial mais especificamente do Comitê de Política Urbana que discute urbanismo e a construção da Cidade como um todo da Associação Comercial Também estou eleita Conselheira Municipal de Política Urbana pela comunidade

Há quatro meses nós procuramos desenvolver um trabalho levantando com as lideranças locais - quando falo lideranças, não são meros civis contados como uma pessoa mas as lideranças capazes de multiplicar - informações de uma grande coletividade Há quatro meses nós fizemos vários debates que culminaram nesse documento que pretendo apresentar para aos senhores mais especificamente ao Sr Bucalem

Não pudemos apresentar esse documento na primeira audiência porque ainda não estava pronto Estava marcada para 29 de novembro Então quero aproveitar esta audiência para apresentar este documento Após quatro meses de trabalhos nós chegamos a alguns itens Foram convocadas para esse fórum várias áreas - saude habitação segurança cultura meio ambiente e outras - para chegar a este documento

Eu gostaria de falar pelo menos um item de cada área Por exemplo ao implantar um centro de eventos como esse dessa magnitude a nossa preocupação em termos de impactos negativos é total A gente espera que o que seja feito em torno seja de uma maneira que a gente possa realmente aproveitar

Em relação à habitação por exemplo o Vereador Gadelha colocou que a maior preocupação seria apenas a desapropriação Realmente existe essa preocupação e afeta uma pequena porcentagem das pessoas que serão impactadas ali Não existe somente essa preocupação - gostaria de corrigir - existe a preocupação de toda a comunidade sobre vários aspectos, então não é somente esse

Por exemplo se vem o mundo para Pirituba dali as pessoas, após os seus eventos de negócios vão para onde? Eles vão pegar a Bandeirantes, a Anhanguera, vão se perder na Cidade ou eles vão utilizar as coisas que a gente possa oferecer em Pirituba em termos de turismo? Depois de seus negócios as

121
01/528 2011
LUIZ CARLOS
TEL: (11) 3366-1100
11/11/00

REUNIÃO 12506 DATA 07/12/2011

peças que querem fazer turismo conhecer o país Então a gente gostaria de oferecer coisas ali em Pirituba, que as pessoas de outros países tenham vontade de ir

Em relação ao primeiro item que consta deste documento que é a parte de patrimônio histórico e cultural que é extremamente carente em Pirituba então nós precisamos ali de casas de cultura tanto em Pirituba quanto em Jaraguá assim como preservação de alguns patrimônios históricos que justifiquem a visita da população internacional algumas coisas interessantes que possam ser preservadas ali Relacionamos alguns inicialmente e pretendemos ao longo da construção desse centro de ventos apontar outros patrimônios históricos que possam ser preservados

Em relação a meio ambiente o principal que a gente espera na nossa lista de coisas é a preservação de córregos e a construção de parques lineares e caminhos verdes para que além da preservação em si seja possível desenvolver o turismo ambiental A gente sabe que todos os impactos específicos do terreno vão ser feitos para o próprio funcionamento do terreno para o próprio funcionamento do empreendimento em termos ambientais vai estar dentro da lei e tudo mais A nossa preocupação sempre é o que está fora por isso que nós conseguimos fazer esse documento independentemente de termos acesso ao projeto até o presente momento

Tem algumas coisas que a gente solicita sobre o terreno em si, que já foi falado mas o principal é a limpeza de córregos e o principal é a gente se transformar em modelo O Brasil é muito mal visto em relação a todas as questões de sustentabilidade então a gente gostaria de transformar Pirituba em modelo para São Paulo de repente até para o Brasil a ser apresentado para a comunidade internacional Nós somos capazes então gostaríamos de conquistar alguns itens pelo menos em relação a meio ambiente, para nos transformarmos nesse modelo

Em relação ao sistema viário novamente o que se refere ao bom funcionamento do empreendimento com certeza será feito Uma preocupação nossa é que está sendo colocado desde o início que o empreendimento não teria acesso por vias ao bairro A gente está vendo isso como uma questão negativa porque como eu disse o pessoal pega a Bandeirantes e vai embora se perde na Cidade A gente gostaria que tivesse algum acesso com um páteo de estacionamentos que ligasse o empreendimento diretamente ao nosso bairro Especificamente a gente coloca aqui a Avenida Felipe Pinel esse traçado dela mas também transformando essa avenida que pega de Pirituba a Jaraguá e solta também para o restante da Cidade que ela fosse não só alargada mas transformada em uma autoestrada uma autovia, com aumento de fluxo do número de carros

Em relação a transportes nós precisamos de uma reurbanização das estações com esses bolsões de estacionamento que é o principal para a gente em termos de sistema de transportes

Em relação a trabalho e emprego nós precisamos de algumas unidades que capacitem as pessoas do entorno para atender não só em termos de emprego mas também em relação a empreendedores que possam ir além de hotéis e lavanderias Já estamos trabalhando para a partir do próximo ano a Associação Comercial desenvolver palestras e seminários já instrumentalizando as pessoas para se transformarem em empreendedoras que possam explorar a gama de negócios possíveis a partir desse centro de convenções

Em relação à saúde, o hospital com certeza Em relação à segurança a manutenção e a melhoria do atendimento das delegacias locais Em relação à habitação construir moradias populares para manter minimamente as comunidades já moradoras do local

Isso é um resumo O nosso documento é relativamente abrangente Pretendemos trabalhar no sentido de enxugar e objetivar um pouco mais o que nós solicitamos Para isso gostaríamos de compor uma comissão de acompanhamento do desenvolvimento desse projeto para debater detalhadamente cada item solicitado aqui

Para encerrar, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Bucalem como Conselheira Municipal No mapa 5 tem um tracejado em vermelho Está prevista no Plano Diretor a Operação Urbana Diagonal Norte onde está inserida essa área A Operação Urbana Diagonal Norte é bem maior No mapa 5 é possível apresentar? A pergunta para o Sr. Bucalem é a seguinte por que não se desenvolve esse projeto Não é esse, não Mais um por favor A pergunta é por que não está sendo desenvolvida a Operação Urbana Diagonal Norte onde estariam previstas todas as questões urbanísticas envolvidas? A maioria das solicitações que colocamos aqui poderia ser respondida por essa Operação pelo desenvolvimento do projeto da Operação Urbana, assim como a questão Olha lá é no tracejado vermelho É esse mapa Nem mostra toda a Diagonal Norte, só um trecho O terreno está dentro de uma operação urbana Desenvolvendo o projeto da operação urbana poderiam ser respondidas várias questões que a gente coloca aqui em termos urbanísticos Então por que não está sendo primeiramente desenvolvido esse projeto? Inclusive responderia às questões de ZEIS que vocês colocaram, a questão de mudança de zoneamento Vou entregar este documento ao Sr. Bucalem e espero resposta à pergunta

REUNIÃO: 12506 DATA: 07/12/2011

Bom dia aos senhores. Muito obrigada.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Mônica. Na fala da Mônica, Secretário, esse desafio é muito grande. Nós participamos de congressos internacionais de cardiologia, megacongressos. Quando acontece em Atlanta, que é uma cidade absolutamente chata, nós ficamos ali dentro daquele congresso de segunda a quinta. Quinta-feira, Mônica, ninguém fica em Atlanta. Nós pegamos um avião rapidamente para Miami, ficamos três dias num bellissimo lugar, e de volta para o Brasil. Pirituba pode correr o mesmo risco: dali para o aeroporto, pertinho, aí vai para o Rio; ou alguém vai pegar um avião pequeno e descer no Guarujá, três dias e... Não fica aqui. Então, Secretário, é um desafio realmente muito grande. A Secretaria do Trabalho vai ter, com certeza, um desafio enorme de buscar fixar esse turista aqui. É um desafio muito grande mesmo. Todas as cidades do mundo enfrentam isso, Frankfurt, todas essas mega... Com exceção de cidades como Milão, que tem outros atrativos. Mas algumas outras têm.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Pela ordem, Presidente. Primeiro eu queria falar para a Mônica que esse documento está muito bem elaborado, está justo e tem que ser realmente acompanhado e discutido. Eu coloquei aquilo porque, como você disse, não apresentou nada na primeira audiência pública. A única questão apresentada em todo momento aqui foi a da desapropriação. Hoje você acrescenta dados importantíssimos para agregar na discussão do processo. Então a partir de hoje não vou falar mais que é só questão de desapropriação, e sim também... então vou ser corrigido da melhor maneira possível.

A SRA. MÔNICA CARBOLANTI – Só um detalhe que eu esqueci de falar: esse nosso documento já está sendo distribuído para toda comunidade local por meio dessas lideranças e estão sendo colhidas assinaturas. Ele está saindo em forma de abaixo-assinado e já estão sendo colhidas assinaturas por essas lideranças em toda comunidade.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Uma orientação: não só entregar ao Secretário, mas protocolar na Comissão de Política Urbana, porque a gente fixa no processo que está aqui dentro, entendeu? Não só entregar, mas também protocolar na Comissão de Política Urbana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Senhores dois minutos de paciência, só para cumprir o Regimento. Vamos suspender a presente sessão de audiência pública, para que possamos dar prosseguimento aos nossos trabalhos de hoje.

Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 28ª reunião ordinária de 2011. Com as presenças dos Srs. Vereadores Membros: Chico Macena, Quito Formiga, Toninho Paiva, Juscelino Gadelha e Italo Cardoso.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, pela internet, através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditórios On Line. Vamos suspender a reunião ordinária para dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Reaberta a audiência pública ao PL 470/11. Tem a palavra o Sr. Paulinho.

O SR. PAULINHO – Primeiro, quero dizer que fiquei bastante chateado na última audiência, que o representante do Governo veio aqui, aquela senhora, não lembro o nome, não trouxe nada. Mas no dia seguinte quando eu vejo o Jornal "O Estado de São Paulo", o Prefeito foi até Paris e lá, me parece, que mostrou algum conteúdo do projeto. Nós que moramos nesta cidade, cidadão dessa cidade, constrói essa cidade, não tem o direito, não tem como saber e ter o projeto. Achei uma falta de respeito, - Sr. Líder do Governo leve por favor essa indignação – que os cidadãos de Pirituba, Jaraguá e Perus de São Paulo não teve acesso ao projeto, que no dia seguinte o Jornal o Estado de São Paulo, mostrou maquete, isso, aquilo, lá em Paris. Outro dia elogiei os Srs. Vereadores, mas quero que registre essa indignação de que não temos até agora, a mulher veio aqui e disse que lá tem 1000m² de poluição. Mentira. A Sofugi ficou vinte anos jogando areia de fundição na área. Quero acompanhar isso. Vou contratar, vou procurar uma maneira de encontrar uma consultoria que vai lá fazer investigação paralela. Não acredito, como eu coloquei aqui, investigação mais feita pela Cetesb, fiscalização mais feita por esses órgãos públicos, públicos, porque todo mundo dá um jeito de se encobrir a bem do público, a bem do empreendimento que é muito grande, sai tudo. Aí vai sair as licenças, as coisas, por conta do empreendimento. Não sou contra o empreendimento, mas acredito que tem de ter algumas medidas.

123
01 535 2011

Nós da região vemos o progresso passar A Rodovia dos Bandeirantes por exemplo ela trouxe favelamento trouxe tudo mas nunca nenhuma empresa se fixou na região porque ela só passa O progresso passa pela região de Pirituba do Jaraguá e Perus mas não fica Nada fica ali É tudo de passagem Essa Rodovia dividiu Pirituba mais ainda isolando as comunidades de um lado para outro Aquilo ali da maneira como está colocado, parece um estupro Muro de Berlim Olha da maneira como fica aquilo ali não dá A coisa tem de ser integrada Temos de estar dentro Temos de acompanhar Os colegas aqui que estão preocupados com DUP do Peri tem razão de ficar preocupados Uma coisa tem de ser discutida não sei se é na Lei Orgânica mas os DUPs dessa cidade não podem ser renovados ano a ano Citei aqui um DUP que tem lá em Perus desde 1990, da fábrica de cimento Caiu agora Mas há três anos atrás esse DUP caiu 15 dias depois ele foi revisto e agora me parece que saiu o DUP Felizmente porque não pode de cinco em cinco anos ser renovado Isso vai contra a propriedade que uma garantia da Constituição Hoje o cidadão tem lá um imóvel não pode colocar um azulejo não pode trocar nada porque não tem segurança jurídica para fazê-lo Foi colocado essa questão de fazer ali a ilha da fantasia e o resto que se dane quem está perto Não pode Essa coisa tem de se integrar tem de conversar com a região tem de conversar com as coisas que estão ali próximo ao bairro de Perus Jaraguá Pirituba Não pode vir uma coisa que só passa por nós Só vemos de longe e fica parecendo a ilha da fantasia Quando um empreendimento como esse sai várias coisas tem de acompanhar Já saiu um ofício para a polícia militar aumentar o efetivo fazer concurso? Já saiu ofício etc Todas essas coisas têm de ser previstas Por isso que vivemos essa situação de desleixo nessa cidade Mas quero registrar minha indignação pelo Prefeito ter apresentado um projeto em Paris e no mesmo dia aqui naquela quarta feira a pessoa que representante da Secretaria não apresentou nada Mal soube passar as linhas mestras do projeto Essa é uma indignação porque o pessoal de Paris têm mais condições de ver o projeto de conhecer mais o projeto do que nós aqui da região de da Cidade de São Paulo

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Roberto Tripoli

O SR ROBERTO TRIPOLI – Sr Presidente eu não faço parte dessa comissão mas hoje tivemos uma triste informação do qual peço a V Exa que façamos um minuto de silêncio em relação ao falecimento da mãe do nobre Vereador Carlos Neder

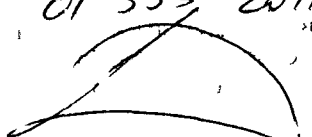
O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Peço a todos que de pé, façamos um minuto de silêncio
- Minuto de silêncio

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Passo a palavra ao Secretário Miguel Luiz Bucalém

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM – Obrigado Sr Presidente Quero comentar a manifestação do Cipriano como da Mônica tem um caráter muito positivo porque foi muito propositiva sugerindo então recebi um documento agora que efetivamente não só eu mas os outros envolvidos no projeto terão todo o cuidado de examinar acredito que o impacto do empreendimento no entorno é uma questão fundamental tem de ser abordada aí a comunidade que conhece muito bem todas as questões da área efetivamente deve estar nessa discussão e vejo como muito bem vinda essa manifestação Só queria mencionar que com relação ao que o Paulinho disse, que colocou a questão da descontaminação tem de ser algo que faz parte total do projeto tem de ser a remediação daquela área queria comentar aqui que a Dra Nilza Antenor que veio representar a Secretaria na primeira audiência pública ela efetivamente é um quadro excepcional que temos na Secretaria Tem toda uma vivência na Prefeitura do Município de São Paulo mais de 30 anos conhece profundamente a legislação urbanística e sem dúvida ela tem todas as condições de esclarecer os aspectos urbanísticos do projeto O que estava acontecendo na mesma data em Paris era a postulação da cidade com apoio e aval do governo Federal para a Expo 2020 – Exposição Universal Não se falava especificamente em nenhum dato específico desse projeto O que estava fazendo era a postulação para abrigar para que a cidade possa então desenvolver a feira universal de 2020

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – A possibilidade da integração desse projeto com a diagonal norte

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM – Então temos um conjunto grande de áreas de operação urbana identificadas no plano diretor que são áreas no meu juízo muito bem identificadas porque partiram de um diagnostico preciso das oportunidades de transformação desses territórios mas elas também está implícito que isso deve ocorrer ao longo do tempo Em relação a diagonal norte, é importante que ela esteja na agenda para que se tenha, ela transformada em uma operação urbana na medida em que se desenvolva os estudos mas parte da diagonal norte, aquela que está desse lado do Rio Tietê ela foi incorporada a essa operação urbana Lapa Brás Parte dela está sendo objeto de estudos isso não impede, então temos um conjunto de operações urbanas em estudo que perfazem uma área importante de um município Lapa/Brás, que incorpora parte da diagonal Norte Mooca/Vila Carioca Essas são malhas ferroviárias cerca de 40 milhões de m² e temos mais 11 mil hectares na operação urbana Rio

184
01 535 2011


Verde/Jacu Essas que estão sendo desenvolvidas além da Vila Sônia que está sendo desenvolvida algum tempo Um novo conjunto de operações a serem desenvolvidas é importante que a diagonal norte a parte que ficou ao norte do Rio Tiete seja contemplado

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - Esse potencial adicional de construção que será realizada aqui ele será pago com então em outorga onerosa não teríamos chances de utilizar da figura do Cepac já que não é uma operação

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM – Pelos dados que estamos propondo em relação a legislação O coeficiente básico na proposta é igual ao coeficiente máximo e ele é suficiente para o padrão de adensamento que o parque de eventos e exposições exige Não haveria nesse caso outorga onerosa porque nesse caso o próprio coeficiente básico seria suficiente

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Encerrado esse projeto Passemos ao PL 535/11 do Executivo Peço a assessoria que na próxima audiência pública peça informações a subprefeitura de Itaquera e adjacentes para que nos encaminhe o máximo de informação possível dessa situação que envolve essa região desse melhoramento

Passo a palavra ao Secretário Miguel Luiz Bucalém

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM – Esse projeto tem de se interpretado em contexto bem mais amplo porque ele propõe na verdade a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, os melhoramentos viários necessários para o entorno do polo institucional de Itaquera Esses melhoramentos viários estão inseridos no programa de desenvolvimento da zona Leste no contexto da própria operação urbana Rio Verde Jacu e principalmente no entorno do polo de Itaquera Fazem parte de um convênio que existe entre o Governo do Estado e o Município para o desenvolvimento da zona Leste e as melhorias viárias ficam então possibilitadas na medida em que esse projeto venha a ser apreciado aqui porque ele garante a necessidade das intervenções no entorno O arquiteto Alberto Lauleta que colabora com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, teve uma participação ativa, porque na integração envolve muito as secretarias Mesmo a questão só do viário envolveu a Secretaria de Transportes, Secretaria de Infraestrutura e Obras a nossa secretaria e o Estado por meio da Dersa Temos uma apresentação que farei de uma forma bem resumida mas que dá esse contexto mais abrangente no qual esse projeto está inserido

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário essas intervenções estão todas dentro da operação urbana no Verde/Jacu

O SR MIGUEL LUIZ BUCALEM – Dentro do perímetro Enquanto aguardamos a apresentação ser colocada no ar aproveito para mencionar antecipando um pouco o conteúdo da apresentação que o Polo de Itaquera chamamos agora de tecnológico de Itaquera está dentro desse contexto em que um projeto induzido de desenvolvimento urbano é colocado em uma região da cidade na qual é necessário que tenhamos mais empregos e que emprego seja absorvido pelos jovens ou pela população que lá moram Nesse sentido no entorno da estação Corinthians Itaquera do Metro e da CPTM que é um grande polo um nó de transporte também tem terminal de ônibus e no âmbito do projeto vai uma rodoviária se procurou criar condições para que se fosse implantado um conjunto de equipamentos com uma vocação muito bem definida que é a capacitação de recursos humanos destinados a dar apoio ao desenvolvimento da zona Leste Temos uma Etec/Fatec, prevista nesse polo uma unidade do Senai laboratórios e a incubadora do parque tecnológico da zona leste um centro de eventos compatível com a região, o fórum, unidade do Instituto Dom Bosco há um conjunto de equipamentos que servem nesse objetivo de criar condições para que se tenha mais emprego na região Era necessário pela própria instalação desse polo um conjunto de intervenções viárias no entorno que vão propiciar que o polo se instale com as condições adequadas vão ser acelerados pela instalação do próprio estádio que vai abrigar a abertura da copa É oportuno e será um legado muito importante para a região a implementação dessas obras viárias com a brevidade e com que elas terão O compromisso é que em fevereiro de 2014 todo esse conjunto de obras viárias no entorno do polo seja implementado Há um conjunto de cinco grandes intervenções no entorno dessa área Isso está no contexto também quer dizer o polo de Itaquera, junto com o polo econômico, são os dois grandes projetos catalizadores da operação urbana Rio Verde/Jacu, e o objetivo da operação urbana Rio Verde Jacu é além de qualificar a região criar condições para que a habitação precária que existe na região se transforme em habitações adequadas criação de parques é também criar empregos Esses dois projetos catalizadores que um é o Polo nacional de Itaquera que é servido pelo sistema viário e ou outro polo econômico vão formar como catalizadores dessa mudança na região

O SR JUSCELINO GADELHA – Quero entrar no raciocínio do Sr Secretário Bucalem Em primeiro lugar, seguinte a gestão Kassab pensou no desenvolvimento da região Leste e aqui ampliamos para Ermelino Matarazzo São Miguel e Guaianases principalmente no que tange ao desenvolvimento de

REUNIÃO: 12506 DATA: 07/12/2011

empregos, então, o polo já era uma proposta e já tinha rodoviária, Fatec, Cetec e Senai, para esse objetivo.

Há ainda algo importante que é a estufa, o desenvolvimento dos empreendimentos de pequenos empresários. Isso já estava pensado na questão do desenvolvimento da zona Leste como um todo.

Com a ampliação do estádio de Itaquera, do Corinthians, acho que aumenta a perspectiva do desenvolvimento, inclusive, no que tange ao desemprego, ou seja, melhoraria a oferta de empregos.

Mas agora vem o compromisso do Governo Municipal para viabilizar a mobilidade daquela região. Claro, ela terá um desenvolvimento muito grande, muitas pessoas circularão por lá, o trem e o metrô já estão saturados, quer dizer, tem muitas vias, elas ajudarão e são importantes, até mesmo vale dizer que estão chegando na época certa, afinal, se demorar muito ficará pior, pois, daqui a pouco, a Copa está aí – conforme colocou nosso Presidente Paulo Frange – e se não tiver esse desenvolvimento justamente quanto à mobilidade ficará difícil.

Parabenizo mais uma vez o contexto do projeto de desenvolvimento, integrando o estádio do Corinthians e, agora ainda mais, chegando essa mobilidade, e também a responsabilidade da gestão Kassab no desenvolvimento da zona Leste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Secretário, enquanto não aparece a imagem, há ainda uma dúvida.

Independente desses melhoramentos contidos no projeto, tem um despacho aprovado no estudo de impacto de vizinhança e no relatório de impacto de vizinhança do empreendimento Arena Sport Club Corinthians, publicado no *Diário Oficial* de 14 de maio, o qual determinou: “quanto ao sistema viário, o empreendedor deveria apresentar, num prazo de 180 dias a partir da data da aprovação do estudo, pelo Cades, as propostas de mitigação do incremento de tráfego regional a ser gerado durante os eventos realizados no futuro estádio”.

Quer dizer, isso independe do projeto que estamos aprovando?

Além disso, o Corinthians tem de apresentar ainda um estudo de mitigação do impacto ou é podemos entender que esse projeto é parte da mitigação, além daquilo a ser apresentado pelo clube?

O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM - Esse próprio conjunto de intervenções já permite uma condição de mobilidade viária muito melhor e compatível, de uma certa forma, com polo institucional e com a implantação do estádio.

Na verdade, no meu entendimento e pelo que o senhor acabou de ler, esse estudo que o Corinthians deve apresentar ele levará em consideração que existe esse projeto. E, nesse contexto, deveria mostrar que o impacto do estádio fica compatível e, por ventura, com necessidade de um ou outro ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então, deve vir uma certidão de diretriz além dessa que é de competência, obrigatória?

O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM - É, mas agora, de qualquer forma, nessa certidão de diretriz, como é um convênio celebrado entre Estado e Município a CET levará em consideração a existência dessas obras. E o exame é de algo adicional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Tião Farias tem algo a dizer?

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM – Essas dúvidas também podem ter a apresentação na próxima audiência. Fazemos um ensaio antes para ver se isso funciona e se é conveniente assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário, para a próxima audiência pública, insisteremos muito que o Estado esteja presente. Aproveito para pedir a colaboração do Vereador Tião Farias no sentido de ver com o Secretário Jurandir se ele pode trazer as informações uma vez que existe convênio com o Dersa e outros tantos convênios e, assim, seria muito interessante termos essas imagens para que possamos entender melhor.

Da outra vez foi muita rica a apresentação, pois antes de discutir esse tipo de assunto, discutimos o polo de Itaquera. Isso dará uma visão muito grande, pois envolve Guarulhos até aqui.

Há um assessor da Vereadora Sandra Tadeu inscrito, Sr. Euzébio?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Tem a palavra o Vereador Tião Farias.

O SR. TIÃO FARIAS – Primeiro, gostaria de agradecer a presença do Sr. Secretário, aliás, quem mais nos visitou.

Durante sua exposição fiz minha análise e também conversei com minha chefe de gabinete, a quem pedi fosse preparado um requerimento – nem sei se é necessário – para solicitar a vinda dos Secretários do Estado, envolvidos nesse projeto. Assim, podemos fechar as informações, tem a rodoviária, a Fatec e, portanto, várias ações.

Todos concordando, nem seria necessário o requerimento. Falarei com o Secretário pois tenho certeza

que ele virá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Conto com sua ajuda e pedimos ao Presidente da Casa para enviar o pedido. Nossos trabalhos praticamente terminam com esse final de ano e, assim, teremos uma apresentação interessante proximamente.

Até porque há uma discussão que, inclusive, trata de um convênio que será assinado pela Câmara – já estamos levando ao Presidente José Police Neto para apreciação – no sentido de termos todas essas informações num portal – transparência – e para que todas as pessoas possam consultar em tempo real, ou seja, terem acesso a tudo que diz respeito à construção do polo de desenvolvimento econômico e o estádio do Corinthians.

Sr. Euzébio, único inscrito, tem a palavra.

O SR. EUZÉBIO – Bom dia, Presidente. Meus cumprimentos à Mesa.

Sou assessor da Vereadora Sandra Tadeu e tenho uma pergunta ao Sr. Secretário.

Com relação ao PL 535 se haverá desapropriações e qual é a estimativa?

Só isso. Obrigado.

O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM – Sim. Em relação às desapropriações há algumas envolvidas e os números foram estimados. O Lauletta ainda está aqui? Tem os dados? (Pausa).

O SR. ALBERTO LAULETTA – Haverá algumas desapropriações em uma única obra: nas alças de acesso da Jacu Pessego para a nova Radial. Nesse local, serão necessárias, pois não há como fazer as alças sem essas desapropriações. É algo pequeno, só nesse local.

As outras quatro obras não envolvem nenhum tipo de desapropriação.

O SR. TIÃO FARIAS - O senhor está falando no projeto global, incluindo o do Estado, ou só da Prefeitura.

O SR. ALBERTO LAULETTA – É o convênio que foi assinado entre a Prefeitura e o Governo do Estado para obras próximas.

O SR. TIÃO FARIAS - A desapropriação que o senhor está falando envolve inclusive as obras do Governo do Estado, ou seja, só tem essa desapropriação que o senhor citou?

O SR. ALBERTO LAULETTA – É, essas obras são as obras do convênio do Governo do Estado com a Prefeitura. A desapropriação é feita pela Prefeitura e a obra é feita pelo Governo do Estado.

São 5 obras previstas. Dessas obras, 4 não têm desapropriações. Só uma que exige a desapropriação.

O SR. TIÃO FARIAS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Mais alguém gostaria de fazer algum comentário? (Pausa).

Não havendo mais inscritos, encerraremos nossos trabalhos, não são antes deixar todos convidados para dia 14, às 10h, nesse mesmo local, para uma audiência pública desse mesmo projeto.

Buscaremos o máximo de informações que complementar o *power point*, Secretário.

Boa tarde a todos. Está encerrada a audiência pública dos projetos da pauta de hoje.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 127
Proc. 01.525/2011
Luiz Carlos Teixeira Cordeiro
Técnico Administrativo
RE 11/00

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14 de dezembro de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

129
01 535 2011
129

REUNIÃO 12535 DATA 14/12/2011

Esse é o contexto e depois convidarei o Arquiteto Alberto Lauletta se assim o Sr Presidente me permitir para fazer uma exposição ordenada para que se possa visualizar como isso vai acontecer no território e como esse sistema viário é importante para que se possa atingir esses objetivos

Então há uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura nesse esforço A Dersa está muito envolvida mas essa parceria vai possibilitar que essas obras sejam feitas com a prioridade que precisam O próprio cronograma que o Alberto Lauletta vai apresentar mostra que logo dentro da escala de intervenções urbanas essas obras estarão disponíveis para a região

Informo que o Arquiteto Alberto Lauletta participou interagindo com várias secretarias nesse esforço Não foi um esforço unico mas que envolveu o Governo do Estado por meio da Dersa a Secretaria Municipal de Transportes, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, além de termos tido a Sehab Secretaria da Habitação também participado das discussões

Sr Vereador se o senhor me permitir o senhor gostaria de falar antes ou

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não não Sr Secretário nós queremos ouvi-lo pois o senhor tem compromisso em seguida e o Dr Alberto ainda permanecerá conosco para responder as perguntas Apenas, faço um questionamento que surgiu

Temos aqui na Cidade de São Paulo estamos falando do sistema viário Em se tratando de um polo de desenvolvimento em se tratando de Copa do Mundo de todos os equipamentos que estão se mobilizando para aquela região, houve o questionamento de um grupo de empresários da Cidade da possibilidade da inclusão nesses espaços todos de algum equipamento do tipo heliponto ou autorização para isso como tem o elicidade que está na zona Oeste da Cidade que hoje serve muito bem não só oeste como Sul e como a Noroeste porque hoje é um ponto de apoio, não leste não temos um espaço específico institucional ou espaço privado possa acolher toda essa frota que temos na Cidade de São Paulo Temos problema com o Aeroporto de Cumbica com relação as rotas mas é possível estudar alguma coisa Existe algum estudo hoje no planejamento do Município para que possamos contemplar ou a iniciativa privada ou institucionalmente possamos eventualmente ter o espaço porque esperamos que com adensamento do empresariado hoje mais arrojado em uma região dessa e que vai crescer de uma forma muito rápida e mais a presença dos eventos Copa do Mundo, etc e a presença permanente de um espaço como Itaquerão a gente com certeza teria essa necessidade Para que não passamos a ter situação que acontece por exemplo com o eixo da Faria Lima ou seja cada prédio tem o seu e aqui estamos no embate se pode ter a distância de 200 metros ou de 100 metros um do outro etc O que poderíamos ter institucionalmente? Se existe algum estudo se não existir gostaria depois de ter a oportunidade de conversar com a Secretaria para que possamos ter um avanço nesse sentido

O SR MIGUEL BUCALEM - A colocação do nobre Vereador é muito relevante Não há previamente, um estudo mas acredito de que estaríamos abertos a trocar ideias evoluir nessa questão É uma observação relevante e isso deve ser feito então da forma que está sendo aqui proposta ou discutida implicitamente na consideração do Vereador fazer de forma adequada De forma que dê oportunidade como se fosse um serviço e está muito preocupado com o impacto Acredito que essas duas questões estão no bojo da sua manifestação mas poderíamos sim a Secretaria e o Município de estar aberto a discutir essa questão

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr Alberto

O SR ALBERTO – Bom dia a todos Vou apresentar aqui informações sobre o diário que está previsto dessas obras desse projeto do planejamento da região de Itaquera Comecei mostrando a região de Itaquera e fiz raios de 5 quilômetros a partir do estádio Temos 10km dá uns oito km para chegar até o Brás, 17 km para chegar até o centro da Cidade em torno de 25 quilômetros para chegar até a região hoteleira da Berrini e tudo o mais A situação dela em relação a todo o município Daí começando com as linhas de metrô que existem e temos uma linha que atende a região as outras quatro linhas Aqui está colocado o que vai ser até 2014 tem um aumento só da linha quatro e da linha cinco que vão estar ampliadas até 2014 As linhas um dois e três são as linhas existentes e devem permanecer desse jeito Depois temos os dois sistemas de monotrilho que estão previstos para acontecer até 2014, sendo a continuação da linha dois o antigo Expresso Tiradentes que deve chegar até São Mateus Temos também as linhas de trem a linha sete oito nove e dez e a linha onze que atende a região e a linha doze que atende também a zona leste da cidade

As dez principais rodovias do país que chegam aqui em São Paulo são ligadas dentro da cidade pelas marginais e pela Jacu-Pêssego, uma obra que hoje em dia esta fazendo às vezes do Rodoanel e em 2014 já teremos o Rodoanel completo, mas essa ligação da Jacu é uma coisa muito importante para a região Isso para situar mais ou menos a região e a macrosensibilidade

Mostrando o diagnóstico de como está a situação Tem um contingente populacional muito grande temos mais de três milhões de pessoas quase quatro milhões morando na zona leste Temos muito

130
01.535 0011

REUNIÃO 12535 DATA 14/12/2011

poucos empregos numa infraestrutura que ainda precisa ser expandida e isso faz com que a população seja obrigada a se deslocar diariamente até a área central, sobrecarregando o sistema de transporte e a infraestrutura viária. Ou seja, com a baixa qualidade de vida de seus moradores.

No plano de desenvolvimento da zona leste estão previstas duas grandes intervenções: o polo institucional de Itaquera e a adequação do sistema viário. Hoje a situação com a linha do metrô e da CPTM com a estação Corinthians-Itaquera, que tem o shopping e o Poupatempo na região. A Radial Leste, a nova Radial e o pátio do metrô. Aqui a Jacu-Pêssego onde encontra com a José Pinheiro Borges.

No polo institucional estão previstas nove intervenções: o Fórum Judiciário da região, FATEC e ETEC Senai, as incubadoras e laboratórios do parque tecnológico, o centro de convenções e eventos, Polícia Militar, obra social Don Bosco, rodoviária e o Arena de São Paulo, que é o estádio da Copa. Isso é a perspectiva de como deve ficar a região no futuro, com o polo institucional e com o estádio que está sendo construído. São duas imagens que a gente

Para fazer as obras foi feito um convênio entre a Prefeitura e o Governo do Estado. A Prefeitura através da Sempla, SMDU, Siurb, SMT e Secretaria do Verde e do Governo do Estado com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, a Secretaria de Transporte Metropolitano, Secretaria de Logística e Transporte, DER e a Dersa para executarem essas obras.

São cinco obras previstas para serem executadas e é exatamente sobre isso que trata o projeto de lei que estamos discutindo.

Então a primeira é uma nova avenida ligando os eixos Norte-Sul entre as Avenidas Itaquera e a José Pinheiro Borges, transpondo as linhas do Metrô e CPTM. Uma outra avenida articulando essa ligação Norte-Sul, Miguel Ignácio Curi, junto à adutora da Sabesp. A passagem em desnível na Rua Doutor Luis Aires, na Radial Leste, no trecho em frente às estações do Metrô e CPTM, que prevê também um alargamento da via nesse trecho. Uma adequação de área no cruzamento da Avenida Miguel Ignácio Curi com a Avenida Engenheiro Ardevan Machado e as alças de ligação no cruzamento da Avenida Jacu-Pêssego com a Avenida José Pinheiro Borges.

São essas as cinco obras previstas com o melhoramento viário que está colocado.

A primeira obra é a nova avenida de ligação Norte-Sul. Vamos mostrar um pouco melhor.

A segunda é essa ligação atrás do estádio, ligando o eixo Norte-Sul com a Miguel Ignácio Curi.

A terceira é essa intervenção, a passagem em desnível pela Rua Dr. Luis Aires e o alargamento dessa Avenida em frente ao estádio, em frente ao Metrô.

A quarta é essa adequação viária do cruzamento da Avenida Miguel Ignácio Curi com a Engenheiro Ardevan.

Essas são as quatro obras que estão nesse ponto. Depois vamos falar da quinta obra que está localizada fora dessa região, mas que é de importância fundamental também.

Para mostrar essa nova ligação da Norte-Sul, a colocamos junto à região onde será inserida, entre a Cohab, o estádio e a antiga pedreira.

Também nessa região estão sendo transferidos os dutos da Petrobrás, que ficarão entre a Cohab e esse novo viário existente. Portanto, teremos a Cohab, os dutos, o viário, o estádio e a área da pedreira – que é uma área privada.

Também está prevista uma passarela de interligação dos dois lados, porque hoje quem está deste lado da avenida e quer ir para o outro lado, só pode fazer a transposição por meio das estações do Metrô – tanto de Itaquera, como de Artur Alvim.

Então, junto com essa transposição para veículos, estamos fazendo também uma grande passarela interligando os dois lados, permitindo que as pessoas do conjunto possam usar as escolas que existem do outro lado e vice-versa. Isso permitirá mais uma transferência para os pedestres, não só para os veículos. Essa passarela é de uma importância vital para a região.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Qual o tamanho dela, linear?

O SR. ALBERTO – Ela tem uns 200 metros. Nós temos a passagem por toda, teria inclusive essa coisa em arco, que é uma proposta, ainda não está definida, ela é feita dessa forma para poder vencer o vão. O vão é muito grande, é radial para poder acertar os pontos onde ela pode ter apoio. Então, ela terá de ter uma estrutura muito bem estudada para poder vencer esse vão que é muito grande.

Aqui, não temos como toda a região da Radial que vai ser alargada, mais a região do metrô da CPTM, não temos como colocar apoios. Então, ela tem essa estrutura que não necessariamente é esse desenho, mas é isso que está sendo previsto. Ela tem uma distância muito grande.

A 2ª intervenção, essa nova ligação, toda essa região, por conta da topografia, ela necessita de viadutos para poder vencer a topografia existente. Por conta do duto da Petrobras que ficou ao lado da Cohab, nós tivemos de deslocar todo o viário previsto por 15 metros para poder implantar os dutos. Ficamos em

REUNIÃO: 12535 DATA: 14/12/2011

uma situação em que são necessários muitos viadutos para poder vencer essa topografia.

Para terem ideia, essa região que será implantada, isso aqui já está um pouco diferente por conta das obras, mas é um viário muito complicado para poder implantar essas avenidas. Teremos de usar viadutos para poder transpor essas ligações. Elas são importantes do ponto de vista viário, de acesso, de ligação com as várias regiões da Cidade, e complementar o viário existente, mas elas têm uma necessidade de utilizar viadutos por conta da topografia.

A questão da passagem em desnível, ela foi pensada para distribuir o tráfego de passagem do tráfego local da região. Então, para quem vem pela Radial e vai seguir em direção à Nova Radial não precisará mais passar pelo Centro onde está a ligação com o metrô. Ela passa por baixo, só quem utilizará essa região terá acesso ao estádio, ao polo, ao metrô, ao shopping, ao Poupatempo que usa esse diário lateral.

Temos alargamento em frente ao estádio e na região para poder permitir todo o desnível e a circulação por cima.

Hoje esse grande cruzamento é um problema para as pessoas, mas isso melhorará muito com a proposta de desnível que está sendo pensada.

O túnel que está sendo previsto nessa ligação terá um monitoramento eletrônico, com câmeras de TV, sistema de ventilação combate à incêndio que será controlado pela CET, nas centrais de gerenciamento. Esta 4ª intervenção na região é menor e criará uma rotatória onde, hoje, existe esse acesso. Ele precisa ser melhorado para poder dar todos os movimentos que são necessários e também teremos uma intervenção na Av. Ardevan Machado, para poder ajustar esse viário.

A 5ª intervenção foge um pouco daquela região. É a alça de ligação do cruzamento da Jacu-Pêssego com a José Pinheiro Borges. Vamos ter duas alças ligando diretamente a Jacu com a Nova Radial, de quem vem do Norte da Jacu, entra direto na Nova Radial, sem passar por esse viário do centro de Itaquera. E a volta também é feita através de outra alça, quem é da região sabe, é onde temos um parquinho, ela vai circundar o parquinho para acessar diretamente.

Essas são as ligações prioritárias, a ligação para o terminal rodoviário, a ligação de quem vem da Ayrton Senna, para chegar mais rapidamente até Itaquera. As outras intervenções serão feitas no viário existente, ajustando, alargando, criando uma pequena via que falta interligar, mas são intervenções menores. As duas principais são essas duas alças ligando a Jacu Norte com a José Pinheiro Borges. Aqui temos um desenho de como é a situação hoje e como deve ficar com essas duas alças que estão sendo previstas. Então são essas cinco obras.

No convênio entre a Prefeitura e o Governo do Estado, em que o projeto e a obra são feitos pela Dersa, nessa região deverá haver algumas desapropriações para fazer essas alças. Nas outras quatro obras não haverá nenhuma desapropriação, nenhum reassentamento de pessoas.

Aqui teremos desapropriação para poder fazer esses dois movimentos, porque não tem como implantar sem mexer nas casas, mas onde está sendo prevista a desapropriação é mais nesta região, em que há um pequeno comércio que terá de ser desapropriado. É basicamente isso. A ideia é tentar circundar o parque que há hoje. Quisemos evitar ao máximo a quantidade de desapropriações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Alberto, desde o início temos acompanhado uma expectativa muito grande da região, que era o mercado municipal. Conseguimos o terreno, que já tem DUP e agora já tem código, inclusive, para pagar a desapropriação no começo de janeiro. Ele fica do lado do parque, nesse verde?

R – Isso.

P – Sabbado D'Angelo com Jacu Pêssego.

R – Isso. E está preservado.

P – Já tem código, está garantido e, inclusive, a obra já tem dinheiro.

R – E está preservado. Não vai mexer. Está exatamente nesse lugar. Sabemos da importância disso para a região. Inclusive, essas alças que foram feitas não estão na geometria que usaríamos pois faria um grande estrago na região.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É que, no começo, essa alça entrava praticamente dentro do terreno, e esse é o único terreno livre.

O SR. ALBERTO LAULETTA - E ele continua sem problema nenhum. Você pode ver que ele está aqui, nessa região.

Temos a rua do lado e ele segue por aqui. Ele pega um pedaço do parque, mas a ideia é que o parque permaneça. Até porque o elevado estará muito alto. São três níveis de viário nessa região. Estamos falando de um acesso que estará muito elevado.

Teremos aqui, no final, alguns pilares para poder sustentar as alças, mas estaremos muito longe do terreno. Aliás, fizemos questão de preservar essa área, fator muito importante. Prejudicando um pouco

132
01.535.2011

até os raios dessa alça de acesso

Nosso cronograma inclui a ideia de finalizar tudo isso em fevereiro de 2014 a tempo da Copa e tudo o mais

A previsão é de 350 milhões só dessas 5 obras São obras que envolvem tuneis viadutos e por isso custam bastante

Basicamente é isso que gostaria de apresentar Fico à disposição para quaisquer duvidas E também o Hermes que está à disposição para esclarecimentos Nós acabamos trabalhando juntos Obrigado

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Passo a palavra ao Vereador Toninho Paiva que tem várias informações a respeito

E só para relembrar – não sei se alguém tem isso de cabeça – o eixo Norte-Sul não está dentro do perímetro da Jacu, do Rio Verde Jacu da Operação Urbana está?

O SR ALBERTO LAULETTA- Está

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então engloba? Está no limite da Operação Urbana

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - Mas no limite quer dizer fica dentro? É permitido verticalização ali? Potencial 4 com tanta área vazia?

Estou colocando isso pois o questionamento de não ter médicos na zona Leste é porque não há apartamentos com 3 dormitórios ou 4 dormitórios Porque não há como levar o médico para oferecer pois já está há 24 quilômetros do Centro

Espaço seria, eventualmente um espaço que ele poderia levar

O SR ALBERTO LAULETTA - Olha, deixe eu voltar aqui um pouco Essa região da Pedreira, está inserida dentro da Operação Urbana

Ainda não está definido quais serão os coeficientes de aproveitamento de cada região Ela até poderia está inserida Como a grande necessidade da zona Leste é de empregos essa área está associada basicamente ao Parque Tecnológico da zona Leste Provavelmente deverão ser feitos empreendimentos relacionados ao Parque Tecnológico ou seja para empregos Essa é a lógica

Mas já temos inclusive uma empresa chamada Contax (?) que está querendo implantar existe uma conversa para implantar um serviço e há outros que podem ser feitos junto ao Parque Tecnológico Mas não estão definidos uso e coeficiente porque é no processo da operação urbana que será definido Se for se chegar a quatro o que pode ser feito é grande Essa área se não me engano tem 250 são

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Igual a do estádio? Acho que são 200 mil metros?

O SR ALBERTO LAULETTA – É É maior do que o estádio Então é possível que cresça muito mas a ideia inicial é que seja utilizado para a geração de empregos

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Depois vamos falar do Planejamento Como já discutimos muito e as operações urbanas foram divididas em setores numa área desse tamanho podemos fazer pequenos setores para aproximar o empresário daquilo em que está trabalhando e o empregador ficar ao lado do trabalho com conceito não de cidade compacta mas do bairro compacto Se a pessoa puder morar viver e trabalhar no local esse é um atrativo Mas essa discussão é para depois

Tem a palavra ao Dr. Hermes para que faça a sua apresentação

Agradeço a presença de Eduardo Félix subprefeito da Penha, Moacir Rosado assessor técnico do Metrô, José Pinheiro Presidente da Comissão de Direitos Esportivos – OAB Francisco Beraldi Neto assessor da Secretaria Municipal de Transportes Josafá Caldas Secretaria Especial de Articulação para a Copa, Jorge Sabag coordenador de transportes da Secretaria Estadual de Transporte Metropolitano

O SR HERMES DA SILVA – Bom dia a todos Caro Vereador Frange Presidente da Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal de São Paulo Cumprimento também o Lauletta que está representando o Secretário Miguel Bucalém, que se retirou, e ao cumprimentar o Padre Rosalvino estendo aos senhores da galeria

A Dersa como disse o Lauletta já enfatizou o projeto do Polo Institucional de Itaquera e do Desenvolvimento Viário da zona Leste é participe do convênio entre Estado e a Prefeitura do Município de São Paulo Coube-nos à execução desse importante empreendimento para a zona Leste Temos clareza de que a obra é de fundamental importância para o desenvolvimento da zona Leste como o próprio nome dá ao conjunto do empreendimento

Aproveito para cumprimentar o Vereador Tião Farias, nosso companheiro

Estamos desenvolvendo os projetos Temos o projeto funcional agora vamos para o detalhamento construtivo Vai ser liberado licenciamento já existente na Secretaria do Verde e Meio Ambiente Enfim esperamos cumprir os cronogramas estabelecidos Temos certeza de que a obra será linda será um cartão postal da zona Leste de São Paulo Como disse o Lauletta, é uma região bastante populosa, mas não tem emprego na região Grande porcentagem dos trabalhadores da região se desloca para as demais regiões da cidade para trabalhar As estruturas todas que serão construídas nessa região

133
01.535
2011

REUNIÃO 12535 DATA 14/12/2011

permitirão não somente a formação técnica de mão de obra como também possibilitará a implantação de bastantes polos econômicos na região

Temos recebidos pela Dersa muitos contatos de empresários interessados em conhecer melhor o projeto porque já estão buscando investimentos nessa região. Então, certamente em 2014 esse polo econômico estará totalmente implantado – esse é o desejo do Governo do Estado e do Sr. Prefeito. Com isso, essa região sofrerá uma grande mudança para melhor, com certeza.

Estou à disposição para alguma questão. Essa união de esforços entre a Prefeitura, através do desenvolvimento urbano e a Dersa, está bem afinada. Tenho certeza de que essa obra sairá tranquilamente. Estamos dependendo da aprovação desse projeto de lei. Acho que isso é importante para que a Prefeitura possa emitir o decreto para as desapropriações.

Os impactos serão necessários, porém não haverá muita desapropriação. Tentaremos fazer essa grande obra dentro dessa área bastante conglomerada, interferindo o mínimo possível na vida das pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Cumprimento ao nobre Vereador Tião Farias que, além de ser Vereador desta Casa, representa aqui o Governo do Estado de São Paulo, a figura do Governador Geraldo Alckmin.

Temos questionado muito uma situação que tem ocorrido na cidade de São Paulo. Quarenta por cento dos paulistanos têm plano de saúde. Logo, o SUS atende 60% da cidade de São Paulo.

Nós conseguimos ontem convencer o Executivo para que reserve um espaço dentro dessa área de 5 milhões de m² do Piritubão para que pudéssemos contemplar a iniciativa privada no sentido de haver hospital privado naquele espaço.

E por quê? Hoje é um verdadeiro estelionato o que acontece hoje com a população de São Paulo. Vejo que o convênio da Amil ou da Unimed, ou qualquer um dos convênios, não têm um hospital numa região de um milhão de habitantes.

Por exemplo, o paulistano que tem um convênio percorre 25 km de Itaquera ao Centro, depois mais 30 km para ir até o Morumbi ao Albert Einstein ou Samaritano, São Camilo ou até a região da Bela Vista, onde está concentrada a maior concentração de leitos do País e da América Latina.

Vislumbrando essa situação, insistiremos com a Secretaria de Planejamento para que seja reservado um espaço com muita acessibilidade para que possamos licitar esse terreno e atrair um hospital privado nesta região, porque só tem hospital privado na zona Leste até a Anália Franco, dali para frente não há mais nada.

Os primeiros leitos que atendem convênio ficam no Santa Marcelina em Itaquera e ainda não têm capacidade de atender tanta gente.

Se trouxermos o médico da iniciativa privada para esse espaço, ele também vai dar plantão do lado porque deixa de voltar à Cidade para dar outro plantão. E se há apartamento para morar com as condições que gostaria, ficará aqui. Passará a vir ao Centro de São Paulo para passear ou participar da vida integrada da Cidade.

Então, essa situação do espaço destinado ao hospital traz um enorme desenvolvimento no sentido daquilo que temos hoje. Fizemos concursos e não conseguimos médicos. Pedimos para fazer contratação sem concurso e não atraiu o médico, nem se o levássemos de carro. É preciso que ele more lá e para isso tem de ter trabalho privado porque na verdade 40% estão ligados aos convênios médicos. Tentaremos incluir nesse espaço um terreno definido pelo Município dentro do planejamento do Município para que possamos disponibilizá-lo quem sabe em licitação. Quem pagar o melhor preço ou oferecer a melhor proposta para a região fica com esse espaço para poder ser trabalhado.

Tem a palavra o Vereador Toninho Paiva que tem informações preciosas porque a história dele se confunde com a história da zona Leste.

O SR. TONINHO PAIVA – Bom dia a todos. Cumprimento aos Srs. Vereadores Paulo Frange, Presidente da audiência pública e Tião Farias.

Aproveitando o que o Vereador Paulo Frange mencionou sobre o problema da saúde, é uma preocupação constante quando vieram as primeiras apresentações sobre o Projeto da Copa do Mundo e os melhoramentos e incentivos fiscais na área da zona Leste.

Não há uma área reservada para que a saúde realmente possa ser instalada. Estive há dois meses com o Secretário Elton Santa Fé Zacarias da Siurbs e tive a oportunidade de ver um projeto totalmente diferente desse. Estávamos em torno de sete engenheiros e não haveria alargamento algum do Parque Dom Pedro até Itaquera na Radial Leste. O senhor teve a oportunidade de dizer que a zona Leste vai ser alargada. Gostaria de perguntar onde será alargada. Há alguns pontos na Cidade Patriarca, Vila Guilhermina, Cidade A. E. Carvalho, Arthur Alvim. Essa é uma pergunta.

REUNIÃO: 12535 DATA: 14/12/2011

Há uma área no parque industrial e aqui tem pessoas como o Padre Rosalvino que está erradicado há muitos anos em Itaquera desenvolvendo uma obra social grandiosa. Esse parque industrial de Itaquera é desprovido de qualquer melhoramento público. As ruas são de terra, não há esgoto, ainda existem poços artesanais. Pergunto: Quais melhoramentos viários serão feitos?

Inicialmente o Vereador Paulo Frange falou sobre o heliponto que nos preocupa muito. Hoje, o transporte de helicóptero é natural. Pensando na Copa do Mundo de 2014 não há nenhum local reservado para helipontos. Genericamente, fala-se em melhoramentos na Av. Radial Leste. Haverá desapropriação na Cidade A.E. Carvalho e em que local? Tem uma comunidade de pessoas com problemas de moradia. Antes a desapropriação seria feita na Av. A.E. Carvalho com a Av. Águia de Haia.

Esse projeto que tive oportunidade de ver prevê a construção de um viaduto que ligaria a Rua Itinguçu com a Av. Águia de Haia, praticamente já em Arthur Alvim. Na frente em Itaquera mais um viaduto e dois viadutos em Guaianases, mas nesse projeto não foi mostrado nada. A Radial vai dar no Parque Dom Pedro e na Estrada de Poá, e aqui também não foi apresentado nada disso. Então, se há um conflito, uma divergência do projeto que foi apresentado pela Siurb e esse projeto, desconheço.

Eu não sei se um dos senhores teve a oportunidade de ver esse projeto. Se há dois projetos paralelos, qual vai valer?

O SR. ALBERTO LAULETTA – Na verdade, são dois projetos. O projeto da Siurb é um projeto de complementação da Nova Radial; eram obras que precisariam ser feitas quando ela foi implantada, mas acabaram não sendo feitas. Agora ela está complementando as obras da Nova Radial.

O SR. TONINHO PAIVA – Onde vai ser a intervenção na Nova Radial?

O SR. ALBERTO LAULETTA – Para o alargamento do qual falei, é só nesse trecho em frente ao estádio até o túnel existente que vai dar na Nova Radial. É só nesse trecho entre o estádio e a Nova Radial, porque nós vamos criar essa passagem em desnível e nós precisamos alargá-la para fazer o sistema local. A informação que o Secretário Elton passou está correta, nós não estamos alargando a Radial do Parque Dom Pedro até lá. Não tem nada disso. Estamos, sim, alargando só nesse trecho por conta desse viário que está sendo implantado. Mas é uma coisa muito pequena; não é um alargamento da Radial do Parque Dom Pedro para cá, é estritamente nesse ponto.

Então, a informação do Secretário está corretíssima, e eu não viria aqui para desmentir o Secretário. Não sou louco para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Roberto, esse prolongamento da Radial ficou parado por muito tempo no Tribunal de Contas.

O SR. ALBERTO LAULETTA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Assim que tivemos oportunidade de ir ao Tribunal com o Eduardo Pinheiro, com o padre, com o pessoal na época, fizemos uma reunião com o Tribunal para que eles pudessem acelerar a apreciação desse processo. Agora, então, a obra já começou, porque já vimos as máquinas lá.

O SR. ALBERTO LAULETTA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – E esse complementar, então?

O SR. ALBERTO LAULETTA – São duas coisas distintas e não é uma contra a outra. Não, as duas caminham juntas. Então, são duas obras distintas, a de Siurb, a complementação das obras da Nova Radial, e essa que estamos fazendo, que é do convênio da Prefeitura com o Governo de Estado no entorno de Itaquera, por conta do polo institucional e do estádio que está sendo feito para a Copa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. TONINHO PAIVA – Então, quem vai executar, o Governo Estadual ou a Prefeitura?

O SR. ALBERTO LAULETTA – Essas que eu apresentei, quem vai executar é o Governo do Estado. O que a Siurb passou para o senhor é que ela está implantando a complementação da Nova Radial. São duas coisas distintas que se complementam, que são perfeitamente ajustadas.

O SR. TONINHO PAIVA – O alargamento que o senhor fala da Radial vai se dar em frente ao futuro estádio

O SR. ALBERTO LAULETTA – Exato.

O SR. TONINHO PAIVA – Qual o percurso que será alargado? Um quilômetro?

O SR. ALBERTO LAULETTA – Não dá 500 metros.

O SR. TONINHO PAIVA – Não dá 500 metros... Então, é bem em frente ao campo e à estação do metrô.

O SR. ALBERTO LAULETTA – Exatamente. Só nesse trecho. Por conta de estarmos fazendo túnel, para desviar o tráfego de passagem...

O SR. TONINHO PAIVA – Ali no projeto, que eu tive oportunidade de ver, há uma passarela também...

O SR. ALBERTO LAULETTA – Nesse projeto a que o senhor teve acesso há um viaduto que está... Vou até mostrar... (Pausa) O viaduto, que é nesse lugar aqui, será implantado pela Siurb, pois faz parte do

REUNIÃO: 12535 DATA: 14/12/2011

contrato dela. Isso está tudo combinado, ajustado. Esse viaduto vai ser implantando pela Siurb dentro desse contrato que o senhor viu lá com o Elton.

O SR. TONINHO PAIVA – Que está fora desses 350 milhões?

O SR. ALBERTO LAULETTA - Ele está fora.

O SR. TONINHO PAIVA – Está fora completamente?

O SR. ALBERTO LAULETTA - Está. Faz parte do contrato da Siurb.

O SR. TONINHO PAIVA – E esses 350 milhões...

O SR. ALBERTO LAULETTA - São dessas outras obras aqui.

O SR. TONINHO PAIVA – Então, vai haver duas obras paralelas...

O SR. ALBERTO LAULETTA - São duas obras que se complementam.

O SR. TONINHO PAIVA – Porque lá no projeto da Siurb, inclusive, há dois viadutos já em Guaianases...

O SR. ALBERTO LAULETTA - Em Guaianases, sim, para cruzar a ferrovia e tudo mais, que é uma coisa importantíssima para a região.

O SR. TONINHO PAIVA – Lógico. Tudo o que vier é importante para a região.

O SR. ROBERTO – Mas eles não têm nada a ver com isso que apresentei aqui. A única coisa que tem a ver com o que eu apresentei é esse viaduto, que faz parte do projeto da Siurb, mas ele está incorporado no mesmo desenho. Esse é o único lugar onde poderia haver uma interferência, mas não há, porque os projetos caminharam juntos.

O SR. TONINHO PAIVA – Quer dizer que esses 350 milhões estão fora do projeto inicial, que seria feito pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico e que foi apresentado no Gabinete do Prefeito, onde há a Etec, a Fatec, a rodovia...

O SR. ROBERTO – Esses 350 milhões são de obras viárias, dessas cinco obras viárias que iremos implantar. Esse o valor dessas cinco obras.

O SR. TONINHO PAIVA – Mas de Siurb também... Ele não deixa de ser uma obra viária.

O SR. ROBERTO – De Siurb é obra de complementação da Nova Radial.

O SR. TONINHO PAIVA – O senhor falou em uma desapropriação. Lá no outro projeto também há uma desapropriação, que se situa em uma comunidade em AE Carvalho.

O SR. ROBERTO – Sim. O projeto de Siurb é nesse trecho aqui. É essa ligação, que não existe, mas que está prevista no projeto de Siurb. Mas nem comentei, porque ela faz parte desse outro projeto. É essa região aqui: ligação da José Pinheiro Borges com a Avenida Águia de Haia.

O SR. TONINHO PAIVA – O senhor conhece o projeto?

O SR. ROBERTO – Conheço.

O SR. TONINHO PAIVA – Mas os valores?

O SR. ROBERTO – Valores, não sei dizer. A Siurb é que pode informar. Mas os projetos são todos perfeitamente interligados, combinados. Não existe nenhum tipo de conflito.

O SR. TONINHO PAIVA – Quando a gente expõe para o Executivo a possibilidade de criação de empregos, é porque temos lá um parque industrial que foi completamente criado e depois abandonado. E eu não vi – nem no seu projeto nem no projeto de Siurb – se realmente há alguma coisa voltada para isso.

O SR. ROBERTO – O que nós temos é... Não nas obras viárias... As obras viárias estão concentradas nessa região. Mas elas têm a ver com o parque tecnológico, onde haverá os laboratórios e as incubadoras nesse ponto aqui. Isso aqui não faz parte desse custo de obra viária. O que está sendo negociado com a Semdet é utilizar essa área da antiga Pedreira para o Parque Tecnológico e no projeto da Operação Urbana Rio Verde-Jacu, que está em desenvolvimento, existe uma preocupação de criar um grande parque industrial junto à Jacu, diferente daquele que tem hoje e com todos os melhoramentos viários necessários. Só que isso faz parte do projeto da Operação Urbana que será discutido, terá a lei e tudo o mais. Existe uma quantidade enorme de intervenções viárias para ajustar, inclusive...

O SR. TONINHO PAIVA – Vai ser criado um novo parque industrial pela sua colocação.

O SR. ALBERTO LAULETTA - Sim, da Operação Urbana.

O SR. TONINHO PAIVA – Muito bom, mas se melhorarmos as condições e existe a possibilidade de se fazer isso, vamos criar milhares de empregos naquela região. É que eles não têm estrutura e uma dificuldade em transportar até o que se fabrica.

O SR. ALBERTO LAULETTA - O senhor está coberto de razão. A dificuldade do viário existente naquela região é muito grande. Só que estamos tentando fazer isso dentro do projeto da Operação Urbana Rio Verde-Jacu. São coisas distintas. Nós estamos trabalhando com o polo institucional e o estádio nesse trabalho...

O SR. TONINHO PAIVA – Veja bem, são coisas distintas, mas entendemos que o dinheiro público é um só. Tá certo? O local também. Nós precisamos saber qual projeto vamos votar, porque chegou o projeto

do melhoramento viário e ele não está na Casa e nem nesta audiência. Precisamos ter uma noção melhor para podermos explicar para a sociedade que nos procura. O que vamos votar nesses melhoramentos viários na região? Esse projeto que V. Sa. está nos apresentando agora ou aquele de Siurb que teve possibilidade de ter acesso? E sobre a participação do Governo Estadual, vai ser só no problema do transporte? Nós precisamos, realmente, achar um caminho que possa beneficiar o objetivo maior, que é a conclusão das obras em 2014.

O SR. ALBERTO LAULETTA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Alberto, essa insistência do Vereador Toninho e nossa e peço ao Hermes que tenha toda paciência com esse assunto, é porque há uma chance muito grande desse projeto ser aprovado hoje à tarde. Mas muito grande. Há um acordo de levar esse assunto até a exaustão e ele passa daqui a pouco por um novo debate na Comissão de Constituição e Justiça. Isso que o Vereador Toninho Paiva estava colocando com certeza vai ser levado para lá.

Portanto, o PL 535 que estamos discutindo é, exatamente, esse que está aí. O outro é aquele de Siurb que, na verdade, é um projeto que ficou travado no tribunal, ficou parado depois a obra foi recuperada, já tem recursos e está caminhando neste ano. É um projeto que vai levar essa radial até Guaianases com os dois viadutos que o Vereador Toninho está falando tirando do isolamento XV de Novembro que, até então, era separada em dois, parecia o Irã e o Iraque e agora ficará com alças de acesso e acessibilidade, enfim, não tem nada uma coisa com outra.

Esse projeto é específico deste aqui e inclusive em seu último artigo revoga os viários das leis anteriores. Quero deixar bem claro porque na Comissão de Constituição e Justiça esse assunto ainda hoje vai voltar.

Tem a palavra o nobre Vereador Tião Farias.

O SR. TIÃO FARIAS – Bom dia a todos – ao Sr. Presidente Paulo Frange, ao nobre Vereador Toninho Paiva.

Gostaria de agradecer a presença do Hermes e do Alberto.

Tem gente que não acredita em Papai Noel – isso porque não conhecem o trabalho do padre Rosalvino da zona Leste. Aliás, hoje ele veio a rigor.

Seja muito bem-vindo. O senhor tem realmente o respeito de todos aqui da Casa e também da cidade de São Paulo pelo trabalho que desenvolve com as crianças da zona Leste.

A questão que votaremos hoje à tarde até acho tranquila. Eu particularmente fui contra o incentivo que o Município estava dando para a construção do Itaquerão do Corinthians. Eu me manifestei contra e votei contra. E sempre dizia qual era a participação do Estado que eu achava correta num evento como esse, a obra de infraestrutura. Aí é obrigação do Estado. E cabe a nós agora criarmos as condições. Quando falo Estado, refiro-me à União, ao Município, ao Estado de São Paulo. E o Estado deve começar o mais brevemente possível, até para que não haja nenhum atraso.

Queria saber, Hermes, como está o cronograma do que cabe ao Estado, como as licitações. E em termos dos investimentos que serão feitos – excluindo-se daí os incentivos, a doação – o que cabe ao Município e o que cabe ao Estado de São Paulo nas obras de melhoramento de infraestrutura no entorno do estádio.

O SR. HERMES DA SILVA – Nós tratamos esse projeto como um empreendimento. E o empreendimento tem muito mais que a obra, tratamos de outros elementos que não somente as obras de implantação.

O convênio assinado entre o Governo do Estado e a Prefeitura pressupõe o valor de 478,2 – ou 478 milhões de reais – para o empreendimento como um todo. Desse total, 353 diz respeito à obra, o restante se refere ao projeto, detalhamento (?) construtivo, meio ambiente, desapropriações – que serão em número de 80 – fiscalização e gerenciamento. Então essa diferença entre 350 milhões e 478 milhões se deve a esses outros itens.

O cronograma está totalmente em cima do tempo que planejamos. Estamos nesse momento soltando as licitações para projetos – detalhamento construtivo. Em seguida, no começo do ano, já entram as estações de obra. E a previsão do início da obra é para meados de 2012. Então é com isso que trabalhamos.

As estações serão feitas pela Dersa, na modalidade da Lei nº 8.666 – sem nenhum segredo. Os recursos estão alocados nos orçamentos, tanto do Estado quanto da Prefeitura.

Dessa totalização, do 478 milhões, são 345 e 900 do Estado e 132 e 300 da Prefeitura Municipal de São Paulo. Então acho que está tudo caminhando bem. Esperamos que não haja nenhum percalço nas licitações. Vamos trabalhar com a maior transparência possível, com a maior lisura para que não haja impedimentos a fim de que possamos iniciar as obras.

Realmente, essas obras de infraestrutura, desse projeto em particular, são fundamentais para que em

REUNIÃO: 12535 DATA: 14/12/2011

2014 tenhamos a grande festa do Brasil e de São Paulo, e que será a abertura da Copa aqui. Então, nós da Dersa não seremos o problema dessa grande festa.

O SR. _____ - Só um aparte. Ontem estive com o Secretário Julius, que está à frente há 18 dias. Ele até pediu desculpas ao Presidente da Comissão porque ainda não tinha o domínio necessário para vir expor o que está sendo feito pelo Estado.

Na conversa com o Governador Geraldo Alckmin, fez-se um comentário muito interessante, a respeito de como a Imprensa vê São Paulo e Rio de Janeiro. O Rio tudo pode. Rio gastou 25 milhões para fazer o sorteio das chaves da Copa do Mundo. Foram 25 milhões e ninguém fala nada! Quer dizer, gastar 25 milhões para promover um sorteio! E nós, qualquer coisa que façamos em São Paulo, que fuja um pouco... Existe, realmente, má vontade. Tudo ao Rio e São Paulo nem tanto.

Então, temos de ter cuidado, principalmente com a questão do processo licitatório. Às vezes, uma questão administrativa se transforma em... Os inimigos, que querem tirar de São Paulo a Abertura da Copa do Mundo.

Portanto, temos de estar atentos.

O SR. _____ - No caso, poderíamos ter evocado a portaria ministerial que permitiu a União sair da Lei 8.666, para fazer as coisas da Copa. Mas São Paulo, não. Faremos de acordo com a lei. Não tem essa de extrapolar a lei. Estamos seguindo a Lei 8.666.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes de passar a palavra, Alberto, vai aqui um pedido pessoal. Já vimos em Atlanta, em Frankfurt, em Milão, em outras cidades do mundo, passarelas desse tamanho. E elas acabaram por ser feitas de tal forma que transpor um espaço desses é possível para todos.

Ou seja, há uma parte em que você vai caminhando e as esteiras laterais. Uma pessoa com mais de 65 anos, 70 anos, quando sabe que tem de ir a mais de 200 metros para cruzar de um lado para o outro, é muito espaço. A maior parte dessas pessoas tem dificuldade de locomoção, de mobilidade.

Enfim, acho que a passarela desse tamanho, interligando esse espaço, deveria ser tratada com esse tipo de atenção, isso é, a mesma coisa que encontramos em grandes aeroportos. Quem já fez uso do aeroporto de Frankfurt viu a extensão daquilo: você vai de passarela ou a pé. Têm as opções. Tem manutenção, tem consumo de energia, mas nada é tão barato quanto permitir a essas pessoas usarem esse espaço no ir e vir com facilidade.

Essa não é uma região que tem a idade média da Lapa, só de idosos. Mas aqui também vai ter, com certeza, uma progressão na idade média das pessoas e a dificuldade.

Se esse assunto pudesse ser tratado, creio que poderíamos utilizar de todos os recursos que temos da infraestrutura da Secretaria de Acessibilidade que tem o Município e o Estado, que são órgãos competentes, para que pudéssemos tratar desse assunto.

O SR. ALBERTO LAULETTA - Perfeito. Como falei esse aqui é um projeto inicial de interligação. Queríamos tornar possível que a população não precisasse passar pelas estações de metrô para poder fazer essa interligação.

A localização é estratégica, é bem no meio, ligando a Cohab ao outro lado. Quer dizer, tudo para poder fazer com que essa ligação seja importante.

Como há largura suficiente, será possível também o uso de bicicleta. Creio que é importante essa preocupação, a gente deve incorporar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Pode ser feito estaiada, com o vão livre?

O SR. ALBERTO LAULETTA - Tem vários métodos. Na verdade, isso aqui é uma ideia inicial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - O padre está olhando atentamente e nós vamos pedir isso com muito carinho, que seja feito em vidro, coberto. E esse é o lugar onde não podemos economizar, porque vamos ter um polo onde as pessoas precisarão ir e vir de um lado para o outro, por isso o acesso é muito importante.

O SR. ALBERTO LAULETTA - É perfeito. Inclusive, temos uma preocupação muito grande com as calçadas, nesse projeto falamos de viário e tudo mais, mas a calçada é fundamental.

Já temos, nesse alargamento da Radial, uma proposta que não foi colocada aqui, não envolve o viário em si, mas vamos fazer uma calçada no talude entre a Cohab e a Radial, para as pessoas poderem acessar.

Como há um desnível muito grande, para as pessoas poderem chegar de Artur Alvim para aquela região, teremos uma calçada larga no talude e a entre a Cohab que fica no alto e a Radial. Teremos calçadas largas em todo esse trajeto, para as pessoas poderem caminhar.

Inclusive porque está previsto um acesso, a gente acaba falando rapidamente, mas na Copa do Mundo, quem vier para o estádio de metrô vai parar não na Estação Itaquera, mas na Artur Alvim, percorrendo a pé uma distância de 800 metros.

Quem chegar de trem desce em Itaquera e também andar 800 metros para chegar no estádio, porque

138
01-535-2011

REUNIÃO 12535 DATA 14/12/2011

para chegar é fácil todo mundo chega disperso Mas a saída é concentrada se todos saírem direto para a Estação Itaquera no caminho mais rápido não se consegue fazer isso aqui

Por questão de segurança temos de fazer um caminho igual 800 metros para chegar à Estação Itaquera e 800 para chegar à Estação Artur Alvim Isso funcionará também para depois da Copa para a torcida adversária que irá para Artur Alvim Assim as duas torcidas não se encontrarão numa mesma estação Quem vem de metrô desce na Estação Artur Alvim de trem na Estação Itaquera

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – O adversário vai vir por qual?

O SR ALBERTO LAULETTA - Vai vir por Artur Alvim

(NÃO IDENTIFICADO) - Apenas uma informação Nós tivemos, recentemente, com a Secretária Dinamara onde está se esboçando em um grupo de trabalho para discutir com bastante amplitude essa questão da mobilidade e acessibilidade Os equipamentos públicos de São Paulo tinha a possibilidade da Prefeitura do Município de São Paulo presente, e principalmente desse projeto aqui estamos realmente o detalhamento do Executivo vai estar contemplado todos os equipamentos necessários para que haja a melhor condição possível de acessibilidade de mobilidade principalmente das pessoas portadoras de necessidade especiais toda parte de sinalização vai estar contempladas as pessoas com deficiência visual, com braile enfim Realmente é um projeto inovador esse da zona Leste que vai servir inclusive de cartão de visita vamos estar recebendo em São Paulo grande parte do mundo a imprensa do mundo todo É importante que façamos bonito

O SR ALBERTO LAULETTA – Uma coisa importante que precisa falar nós teríamos uma calçada de 10 metros de largura Calçada de 10 metros de largura é calçada da Av Paulista Vamos ter calçada da Av Paulista lá em Itaquera para pessoas poderem chegar com tranquilidade vamos ter ciclovias Tem um projeto completo Aqui estamos falando de uma pequeníssima parte, que são essas obras viárias Mas o projeto é um projeto muito interessante que vai mudar a cara da zona Leste Temos certeza disso

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tomara Eduardo Temos recebido muito e-mail, com sugestões para essas situações Uma delas muito interessante é a seguinte todos os polos grandes em todo o mundo é possível saber tudo que tem lá mas não é possível chegar Porque? Não há perna que aguenta andar tudo isso E a sugestão que veio para cá< será que vamos ter transporte em carrinhos elétricos para que as pessoas possam se deslocar de um lugar para outro a pessoa começa imaginar que em alguns lugares elas já viajaram, e quando chega em um parque por exemplo como na Disney se não aguenta mais andar, tem o carrinho elétrico ali fazendo a direção e fica o tempo todo caminhando tem hora que a pessoa não consegue caminhar mais quem virá fazer uma visita nessa área ele vai gastar a metade do dia para ver o estádio outra metade para outras mas não vai aguentar caminhar Então como tem uma comissão estudando, foi sugerida aqui a presença desses carrinhos que o pessoal vê para todos os lados inclusive nos nossos parques deveria Parque do Carmo por exemplo se a pessoa for lá e não for boa de perna, ela não vai ver nada Ela só vai ver a porta Entra não consegue sair

Passo a palavra ao Sr Eduardo Pinheiro Borges vice-Presidente do Fórum para o desenvolvimento da zona Leste e também da Associação dos Lojistas e Moradores da 15 de Novembro Pessoas que mais conhecem o ordenamento urbano naquela região e o sistema viário

O SR EDUARDO PINHEIRO BORGES – Bom dia a todos Defendemos muito a construção do estádio, sim, porque acreditávamos, nós todos, de que isso seria o inibidor O catalisador do desenvolvimento da região Porém precisamos ter os investimentos em infraestrutura que deverão vir por consequência disso O projeto que você apresentou ali é perfeito, é muito bonito é muito bom No entanto ele tem de ser complementado com projeto da Siurb e mais ainda do que isso Vou fazer algumas críticas do vi Estou vendo que aquela extensão que vinha do Corinthians até a Líder está parada agora na Estrada de Itaquera que já era do meu conhecimento que tinha sido reduzido por problemas de custos Fazer com que a entrada do estádio seja feita pela Líder é importante a nível de possibilidades de trânsito congestionado

Hoje, o que acontece na Radial? Chegamos meia hora atrasados porque, justamente, em Artur Alvim, antes do túnel teve um acidente com uma moto Depois mais à frente antes da Patriarca havia outro acidente com moto Quando eu vim, às 8h, do Tatuapé à Itaquera para pegar o Padre tinha um terceiro acidente com moto na Vila Matilde Moral da história tudo trava, nada anda porque só temos duas pistas naquele local E, justamente esse foi o ponto falado pelo Vereador Toninho Paiva Onde existe acessibilidade melhorada na Radial do Centro para cá? Não há

Primeiro voltarei à questão da ligação com a Líder Se a entrada principal do estádio por automóvel para os estacionamento, for feita pela Líder quando se vem do Centro para cá quando o trânsito entupir na Patriarca é só sair à direita na Gamelinha e entrar à esquerda na Estrada de Itaquera, na Líder Se o trânsito entupiu na Aricanduva, é só virar à direita na Aricanduva e à esquerda na Estrada de

139
01/03/2011
REC

REUNIÃO 12535 DATA 14/12/2011

Itaquera Se a entrada principal for feita pela Líder, quem vem de Itaquera do Carrão e de toda aquela região vai entrar por ela Então é fundamental que se faça aquela ligação por ali

Outra situação que ocorre farei um parêntesis Nós precisamos fazer com que as pessoas se fixem em Itaquera O grande problema é o gabarito Não se pode construir prédios altos porque a Lei do Zoneamento não permite é a alteração da área da Operação Urbana Ninguém pode construir Nós empresários e comerciantes não temos como viver lá se não mexerem nisso Mais ainda a Operação Urbana que deveria ser um instrumento de atrair investimentos para a região devido à inércia dos últimos anos, - e eu fazia parte da comissão de aprovação do Governo Marta e também do Serra - está totalmente travado O que acontece? Por que eu empresário vou fazer alguma coisa na região se amanhã vou ter direito a incentivos? Então, estou parado esperando acontecer essa lei para que, depois eu resolva fazer algo na região Não é somente a falta de regulamentação mas todas as coisas envolvidas na Operação Urbana estão atrapalhando por não propiciar o desenvolvimento como estão inibindo aquele que quer investir Então isso é urgente tem que ser votado o quanto antes tem que ser regulamentado Tem que existir de fato

Esse projeto apresentado - pelo que entendi que está sendo votado - é somente com relação às intervenções da Dersa nas obras ao lado do estádio Perfeito Tem que ser feito Mas no entanto mesmo as ações de Siurb que tem de ser complementadas também são acanhadas são pequenas

Voltando a falar do projeto, diretamente Tudo que está sendo mostrado é direcionado às pessoas que vêm do aeroporto para o estádio e vice-versa A população que vive ao lado, em Guaianases Ferraz de Vasconcelos e Poá, e que virá pelo outro lado da região não tem acessibilidade ao estádio Mesmo por conta das obras de Siurb, ainda são muito acanhadas são pequenas que são os dois viadutos de Guaianases que emenda à Estrada de Poá Morreu ali Briguei muito pelas obras da Radial que começaram, lutei e foi o Vereador Paulo Frange que desatou o nó que estava preso sendo que foi concedida a liberação mediante as exigências serem cumpridas futuramente Mas na verdade não há essa integração com o sistema viário estrutural

Vou aproveitar a presença do Lauletta, porque sei do trabalho que existe em SMDU e lá existe a solução Lá está o projeto de integração do sistema viário que faz com que se consiga entrar no principal viário que é Jacu-Pêssego e Radial e que se possa acessar o estádio São pequenas ações que farão as grandes diferenças como a extensão da São Teodoro que vai cruzar com a Jacu-Pêssego que emenda à Rua Luís Mateus e faz com que quem vem de Ferraz e Guaianases não precise entrar na Radial e nem na própria Jacu-Pêssego Pode cortar por trás e ir para o estádio São as duas pistas que estão paradas e vêm da Marechal Tito para poder acessar a Parada Nordestina que vai passar por trás do CEU, não tem nome porque não existe somente o local, que emenda à Nagib Farah Maluf Jacu-Pêssego João Batista Conti e estamos dentro do estádio de novo

Então essas ações de capilaridade - ou mais ainda, desse viário estrutural que se comunique - é que vão fazer com que nós tenhamos condição de chegar ao estádio Porque senão o que vai terminar acontecendo é que Itaquera onde já está difícil de andar, vai ficar impossível de se circular E para que isso aconteça, nós precisamos realmente - e quem sou eu para falar? - de muito investimento público para que não se transforme num local pior de transitar Senão aquilo que todos nós defendemos com unhas e dentes - a construção do estádio para que melhorasse a condição de vida com população e trabalho - vai transformar a região num lugar pior para vivermos

Mas eu acredito, sim no Poder Público Eu acredito na ação integrada de Emurb - agora SMDU - Siurb e Poder Público, e em que os Vereadores se mobilizem e que mobilizem mais ainda o Poder Público estadual e até federal para que, unidos desenvolvam a região, fazendo com que as pessoas lá se fixem Essa é a minha opinião

Como não disse meu nome sou Eduardo Pinheiro Borges, do Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) - O senhor quer responder?

O SR ALBERTO LAULETTA - A gente já conhece o Eduardo de longo tempo de longas discussões e no que ele falou ele está coberto de razão A questão da ligação até a Avenida Líder que é fundamental está prevista Porque são vários projetos para a região e essa ligação está prevista num outro projeto um projeto de SPTrans que vai fazer o Terminal Rodoviário Al, vai ter um outro viário Há a ideia de se fazer um corredor na Avenida Líder chegando à Avenida Itaquera até o terminal rodoviário, e está prevista essa ligação da Avenida Líder com a ligação Norte-Sul dentro desse projeto da SPTrans que também é para 2014 Inclusive - corrija-me se eu estiver errado - a ligação até a Líder está prevista no projeto de lei Então, quanto a isso o projeto de lei já incorpora a extensão até a Avenida Líder O projeto que a Dersa está fazendo para na Avenida Itaquera, mas esse trecho será feito pela SPTrans no projeto que ela está fazendo para a rodoviária que faz parte do polo e que terá

143
01.535 2011
Luiz

também um viário um corredor de ônibus na Líder e na Avenida Itaquera Então as coisas estão todas interligadas São vários projetos Essa ligação com a Líder está prevista e deve acontecer através da SPTrans

A questão da operação urbana – e você conhece o projeto, as conexões que estão previstas – é algo um pouco mais demorado Por quê? Porque está sendo feito o estudo da operação para depois ter o EIA-RIMA e virar lei Depois disso, até ser implementado etc leva um tempo muito maior É necessário? É mas isso ainda tem um tempo maior para poder ser implantado

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eduardo a resposta está contemplada? É isso mesmo? Porque nós queremos sair daqui hoje com o menor numero de dificuldades possível

O SR EDUARDO PINHEIRO BORGES – Na verdade contempla mas não responde Não responde não por ele mas acho que por todas as coisas que têm de caminhar paralelamente O ponto é só um se não forem feitas rapidamente essas intervenções viárias grandes urgentes, nós não vamos conseguir circular na zona Leste Haverá uma grande fila para sair de Itaquera e chegar ao centro Ele falou de alargamento, também, da própria Radial mas não há muita opção em alguns lugares O que tem de ser feito são vias alternativas

Falando em via alternativa, deixe-me dar uma ideia Se você continuar naquele rio que vem nas pistas laterais do rio que vêm da Pedreira de Guaianases continuem nessas duas pistas do lado da fábrica de papel que você vai sair já emendando com aquelas duas pistas que cruzam a Nordestina e sai na Marechal Tito do lado da Nitro Química

Isso aí poderia ser um grande corredor de ônibus de automóvel de transporte coletivo de ciclovia não importa Proíbe-se caminhão porque caminhão já vem pela Jacu-Pêssego e essa pista sai em frente ao Aeroporto de Guarulhos Conseguiríamos fazer um novo viário de todos os outros conhecidos de acessibilidade ao aeroporto Falta pouca coisa Fiz inclusive um sobrevoo com o Subprefeito Paulo Cezar Máximo, de Itaquera e dá para ver que é muito pequeno e existem projetos também Seria uma grande via alternativa para ligar aeroporto ao estádio e à região de Itaquera

Obrigado Agradeço a vocês a oportunidade E façamos o trabalho

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Padre Rosalvino

O SR ROSALVINO – Bom dia, gente querida Falou como educador, formador e um pouco também como um apaixonado por Itaquera

Alguém falou que o meu chapéu é de Papai Noel É tempo de festa tempo de alegria, e eu sei que esse chapéu causa sorrisos Até o Vereador Tripoli me confessou que estava bravo, mas ao ver o meu chapéu, comecei a sorrir E é verdade é tempo de sorrir de unir de comungar de sonhar e de realizar Emocionei-me quando vi o Tião entrando porque a saudade ainda bate forte no peito deste padre pelo nosso ícone da política brasileira que é o Covas e o Vereador Paulo Frange incansável e um sonhador por Itaquera juntamente conosco

Ao doutor da Dersa e ao nosso engenheiro a minha mensagem é não adianta projetos lindos e maravilhosos feitos em escritórios É importante ir ao local conversar com as lideranças com quem nasceu e vive no local com quem já sofreu com o trânsito na Radial Hoje por exemplo pegamos uma fila no Itaquerão e chegamos àquela pista que vai afunilando até Artur Alvim, para depois podermos deslancharmos e chegar até aqui Vocês imaginem como não ficará com uma saída de estádio uma massa de corintianos e são paulinos se confrontando sem terem para onde correr Imaginem tudo isso Então, é verdade, nós temos que nos preocupar sim

Repto, projetos lindos de escritórios são maravilhosos mas não resolvem as problemáticas de uma coletividade de milhões de pessoas que vão circular Então é preciso pensar seriamente O projeto está bonitinho agora há outros problemas ali que precisariam ser trabalhados pensando na coletividade Por exemplo o que fazer com a população que está na Rua Sabbado D Angelo? O que fazer com aquele público que ainda permanece nas áreas de risco do Rio Verde? São problemas sociais Não digo lamentavelmente mas eu me incomodo porque batem todos na porta de um tal Dom Bosco de um tal padre achando que por vezes ele é culpado por outras, que está resolvendo encaminhando o problema

A responsabilidade é de todos nós, e estão envolvidos a Dersa a Câmara o Estado o Município a SPTrans etc Então gente vamos acabar com vaidades e vamos dar soluções muito realísticas e muito práticas porque até a Copa nós vamos sonhando e vamos realizando quero ver depois da Copa depois que todo mundo voltar para sua própria casa campeões ou derrotados daí quero ver o que vai restar para nós que moramos nesta coletividade Então temos de pensar no antes no durante e no depois Essa é a nossa visão muito clara e muito verdadeira porque o projeto está perfeito

Apresentam-se os seus desdobramentos que são sérios e graves e podemos um dia lamentar só não se pode fazer o enterro e não é de 20 ou de 30 quem sabe de 100 ou 200, ali fazendo filas e caixões, de

141
01/535/2011
LUCIANO
TOMAZ
REVISOR

REUNIÃO 12535 DATA 14/12/2011

repente Isso é que deve direcionar a economia os artistas que escrevem nos lindos projetos e fazem riscos que nem entendemos direito mas que no final é quando a gente vai se locomover e vai ver o progresso da zona leste acontecendo a cada dia a cada ano

Então, a minha fala é a de um sonhador que quer que tudo dê certo não pode dar nada errado ali A passarela que você citou é maravilhosa as pessoas poderem andar, até de bicicleta é muito bom é perfeito porque isso vai facilitar o acesso às escolas aos núcleos que têm esportes e a meninada vai poder circular Não será aquele aperto com medo de encontrar um cara vindo para te roubar Se é uma coisa bem ampla facilita a visão, a segurança então são muitas situações muitos problemas

Acho que a audiência é bem vinda e nós nos derrocamos sem poder hoje vir porque queremos acompanhar queremos saber e dizer à comunidade o que vai acontecer conosco que moramos em Itaquera Seria interessante retomar tudo o que está sendo alavancado e dar o retorno à comunidade para que tenham ciência e possam estar acompanhando porque podem opinar melhorar

Pelo menos quando as máquinas começarem a ruir por lá e a soar e a coisa acontecer não vão encontrar a comunidade com aquela placa contra com a faixa de "não concordo" porque a comunidade já acompanhou o processo todo Isso é importante acontecer

Foi uma universidade visitar Itaquera para conhecer um pedaço vocês acreditam que não quiseram descer do ônibus Quando mandaram descer eles disseram que não queriam Será que não vamos ser assaltados aqui em Itaquera perguntaram Tem gente com esse pensamento esse conceito preconceito Hoje nós queremos falar "Itaquera" olhando para o alto com orgulho e queremos o bem de todos que nos visitarem, mas que nos respeitem para que vivamos lá felizes e ainda promovendo coisas para melhorar o bem de toda a comunidade saúde educação habitação todas as necessidades Parabéns a todos

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Esta audiência pública é regimental portanto faz parte da tramitação dos projetos então não tendo audiência pública não teríamos como tramitar e votar Foi muito bom podermos ter essa troca de ideias e aprender O que o Padre comentou é exatamente isso na primeira vez que o Ernest (?) esteve aqui tínhamos falado e ele nos respondeu

Independentemente de quem vai ganhar a Copa do Mundo no campo, queremos que o grande ganhador seja a zona leste Foi cobrado muito da gente que está sendo disponibilizado muito dinheiro público o município está investindo para a zona leste Mas o importante é que a zona leste seja ganhadora nesse processo porque hoje o município caminha para lá

Realmente hoje quem volta da zona Leste, no sábado ou mesmo no domingo à tarde já pega um grande congestionamento para chegar ao Centro

As vias que imaginávamos serem eixos estruturais para a locomoção de um ponto a outro da Cidade hoje mesmo aos finais de semana há uma grande dificuldade de retorno Com certeza serão estudadas outras possibilidades de utilizarmos as saídas Lá na frente há a possibilidade de sair da Marginal passando por dentro da Penha, podendo chegar até a região de Itaquera Não sabemos por onde mas há que ser feito um estudo porque com o tempo está ficando realmente, difícil voltar Se você tiver algum projeto ou proposta gostaria muito de participar

Com relação à acessibilidade a Comissão de Política Urbana tem muito interesse em acompanhar isso Sempre que houver reuniões gostaríamos de receber informações Pediríamos a um dos técnicos que fosse buscá-las, para que possamos replicá-las na Câmara porque acredito com as obras na velocidade que vão ser tocadas, muitas vezes não ficaremos sabendo do que acontece ou somente pela imprensa É importante termos a oportunidade para responder à região o que está sendo feito

O SR ALBERTO – Quero comentar algumas coisas em primeiro lugar temos a certeza de que esse projeto é importante mas sabemos que não resolve a questão viária da zona Leste É um dos projetos que precisa ser feito junto com outros Então temos de trabalhar com um conjunto de obras necessárias Outra coisa já fizemos apresentação em Itaquera com o Padre Rosalvino ou seja já temos feito um trabalho de levar ao conhecimento da comunidade essas propostas a fim de discutirmos o que é melhor Felizmente tem sido bom o que as pessoas têm achado do projeto Há um grande problema sempre com relação à desapropriação mas é algo pequeno, pelo volume de obras que serão feitas

O problema do Rio Verde das pessoas que estão junto ao Córrego é sério e precisa ser resolvido Mas infelizmente não será nesse projeto

A proposta sobre a qual o Eduardo falava da ligação por São Miguel Paulista Itaquera-Itaqueruna informo que parte da obra já está feita Inclusive foi feito um terminal de ônibus em São Miguel o qual ficou isolado porque existia uma proposta de ligação que não se concretizou, mas o terminal foi feito Então ele ficou no meio do nada Essa ligação permitiria chegar até a Airton Senna e fazendo-se uma

142
01535/2011
14/12/2011

nova ligação completando trechos Isso é muito importante para a região É mais uma obra necessária
O SR PRESIDENTE (Paulo Frange) – Estão presentes o Vereador Ricardo Teixeira e o nobre Vereador Gilson Barreto

Alberto, você mostrou todas aquelas áreas Os Vereadores já foram abordados pelas Irmãs Marcelinas devido ao espaço do Hemocentro delas o qual mudou daqui para lá e de repente sumiu Elas têm tratado disso com o Governo mas só nos resta agora uma desapropriação Ali perto do espaço do Shopping Itaquera havia um triângulo onde tivemos com o Subprefeito Tamura à época e identificamos uma área para contemplar um hemocentro naquela região Não sei como caminhou isso Tem alguma informação a respeito desse espaço?

O SR ALBERTO – Na Secretaria estávamos trabalhando a questão desse terreno Itaquera é uma região muito grande mas não tem espaços públicos generosos para serem utilizados É uma grande dificuldade que temos também, quanto à habitação de interesse social Precisamos de áreas que não existem

Não participei diretamente mas sei que na Secretaria existe um pessoal ligado à Operação Urbana Rio Verde-Jacu que estava com essa incumbência de discutir com as irmãs sobre as áreas Sei que eles verificaram algumas áreas, mas não tenho a resposta exata sobre qual área seja

O SR GILSON BARRETO – Sr Presidente quero parabeniza-lo pela audiência pública Devido aos projetos que estão em pauta os Srs Vereadores estão nos gabinetes mas estamos atentos e acompanhando de perto pelo circuito interno da Casa

Padre Rosalvino não se preocupe, Itaquera é pedra dura a região os moradores sua comunidade é dura na queda Vamos vencer essa luta

Posso dizer que, quando da discussão do projeto houve “n” manifestações contrárias a ele, mas a maioria dos Vereadores entenderam e também discutiram demonstrando a necessidade de desenvolvimento da zona Leste porque particularmente não estou preocupado com a Copa mas sim com o desenvolvimento da região assim como ao Piritubão Sou a favor do Piritubão mas é claro que precisam ser determinadas as regras do jogo para termos desenvolvimento

A região da zona Leste é importante, e, quando o senhor falou a respeito da habitação para mim só há uma solução dar um jeito de construir habitação de interesse social em ZEPAG onde só pode ser feita extração mineral e exploração agrícola O que iremos extrair lá? Então não podemos construir uma escola uma habitação Essas áreas, na realidade serão todas invadidas se a Administração Pública não tomar uma providência a respeito disso

Já existe um decreto para a construção de habitação de interesse social só que a ZEPAG limitou muito porque se usar 20% da área é muito difícil para construção e investimento principalmente para empreendimentos Não há condição de construir junto com o Programa Minha Casa Minha Vida que existe hoje com a integração do Governo Federal Estadual e Municipal para a construção de habitação

Hoje São Paulo só cresce para a zona Leste Agora existe essa trava e precisamos retirá-la Falam que temos de esperar o Plano Diretor Conversa pois quando querem aprovar algo vem aprovam questão de zoneamento e está tudo bem Inclusive é iniciativa do Executivo e essa iniciativa tem de ser de imediato Não podem deixar para depois pois autorizando Zepag então teremos um desenvolvimento grande e resolveremos grande parte da demanda que existe O Poder Público precisa estar ciente disso

Quanto ao desenvolvimento, está muito moroso É uma tristeza vermos uma obra há demora ou abre logo a Radial Leste até Itaquá para dar o escoamento de imediato O grande problema é este chega a Guaianases parece que todos os projetos – ninguém conhece lugar nenhum – são feitos no meio No início e no final não tem saída Faz a Radial chega a Guaianases, pronto, joga tudo para dentro das ruas estreitas Por que isso? Por que não tem logo a saída para fazer? É um negócio de louco que às vezes a gente não entende os técnicos não entendem Não sou engenheiro mas tenho a faculdade da vida que nos ensina muito e o dia a dia que convivemos com essas pessoas da região que conhecem e vivem os problemas Hoje Itaquera São Mateus Guaianases têm os mesmos problemas de congestionamento que existe no Centro na Radial na Berrini Por quê? Porque são iniciativas que precisam ser tomadas de imediato rápido fácil barato, mas precisam ser tomadas

A Câmara Municipal de São Paulo vota os projetos que vêm e são bons para a Cidade não tem dificuldade O que não está a contento, que sabemos que não atenderá ao município então reclamamos apresentamos substitutivo Na maioria das vezes não somos atendidos mas precisa ter a iniciativa precisam fazer agora já

Muito obrigado

O SR PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Obrigado Vereador, pelas palavras

Não há mais inscritos Agradeço mais uma vez a oportunidade do Executivo estar conosco Talvez esta seja a última audiência pública do ano que envolva esses projetos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

Folha nº 143
Proc. nº 01-534 / 2011
Luiz Carlos Thomaz Cordeiro
Técnico Administrativo
RP 1106C

REUNIÃO: **12535** DATA: **14/12/2011**

Agradeço a todos das comissões e os que vieram participar. Há momentos difíceis, mas temos de cumprir obrigatoriamente o Regimento e, sem esta audiência pública não podemos continuar. Hoje este projeto passará pela Comissão de Justiça e, com certeza, teremos isso aprovado.

Aprovado hoje, voltará em segunda votação após 48h. Portanto, se aprovar hoje, na sexta-feira, o projeto poderá ser votado e pode ir a sanção.

Desejo a todos um feliz Natal e que 2012 seja tudo o que esperamos.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2012.

Memo URB n.º 001/2012

À
SGP 33

Senhora Supervisora,

Encaminho em anexo as notas taquigráficas da 28ª e 29ª Audiências Públicas da Comissão de Política Urbana.

Solicito a Vossa Senhoria que estas sejam juntadas aos projetos de lei 535/2011 e 470/2011 os quais se encontram neste setor.

Esclareço que as notas não foram devidamente juntadas em razão de terem sido enviadas somente no mês de janeiro de 2012, quando os projetos não se encontravam mais nesta seção.

Atenciosamente,


Maria Tereza Affonso da Silva
Supervisora da SGP-12



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 145
do processo 01-535 de 2011 14/02/2012

Luiz Carlos Thomaz Cordeiro
RF 11060

Obs.: Juntadas 45 folhas em 14/02/2012 - Memo URB n.º 001/2012.

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 145 fls.
Arquivado em 14/02/2012
O Funcionário

Luiz Carlos Thomaz Cordeiro
RF 11060